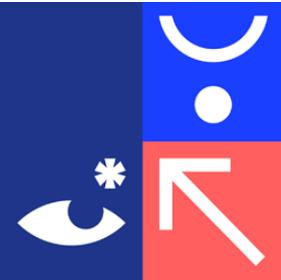


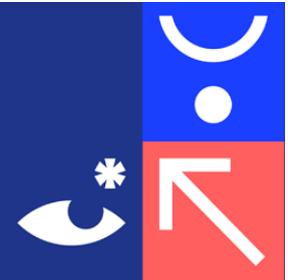
**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
- PEDAGOGIA -**

Dezembro, 2022

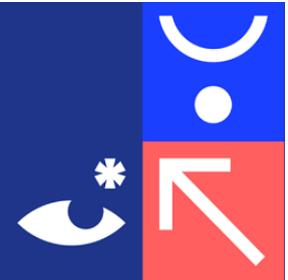


SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO	4
1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES.....	4
1.2. ATENDIMENTO DO CURSO AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS.....	4
1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO	6
1.4. HISTÓRICO DO CURSO	6
2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS	9
2.1. DA MANTENEDORA.....	9
2.1.1. IDENTIFICAÇÃO	9
2.1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL.....	9
2.1.3. FINALIDADES	10
2.2. DA MANTIDA	10
2.2.1. IDENTIFICAÇÃO	10
2.2.2. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO	11
2.2.3. DIRIGENTES PRINCIPAIS.....	11
2.2.4. HISTÓRICO DA IES	11
2.2.5. ÁREA DE ATUAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL	12
2.2.6. POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO UNIFACEX	16
2.3. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	17
2.3.1. PERFIL INSTITUCIONAL	17
2.3.1.1. Missão.....	17
2.3.1.2. Visão de Futuro.....	17
2.3.1.3. Princípios.....	18
2.3.1.4. Objetivo Geral.....	18
2.3.1.5. Objetivos Específicos	19
2.3.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	20
2.3.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	22
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	23
3.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	23
3.1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	23
3.1.2. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	23
3.1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO	26
3.1.4. ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PDI	26
3.1.5. CONCEPÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	27
3.1.6. REGIME ACADÊMICO, ESTRUTURA E DURAÇÃO DO CURSO.....	27
3.1.7. INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO	28
3.1.8. FLEXIBILIDADE	28
3.1.9. CONCEPÇÃO DE PESQUISA, FOCO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	29
3.1.10. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO	30
3.2. OBJETIVOS DO CURSO	32
3.2.1. GERAL	32
3.2.2. ESPECÍFICOS	32
3.3. PERFIL DO EGRESSO.....	33
3.4. ESTRUTURA CURRICULAR	36
3.5. CONTEÚDOS CURRICULARES	42
3.6. METODOLOGIA	44



3.7. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO)	45
3.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATC)	46
3.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	47
3.10. APOIO AO DISCENTE	48
3.10.1. ACOLHIMENTO	48
3.10.2. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE	48
3.10.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO	49
3.10.4. ATENDIMENTO EXTRACLASSE	49
3.10.5. MONITORIA	50
3.10.6. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	50
3.10.7. POLÍTICA DE BOLSA	50
3.10.8. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS	51
3.10.9. OUVIDORIA	52
3.11. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	52
3.12. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	54
3.13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	55
3.14. NÚMERO DE VAGAS	57
4. CORPO DOCENTE	58
4.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO	58
4.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR	59
4.3. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	62
4.4. CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO)	62
4.5. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	62
4.6. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	62
4.7. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	63
4.8. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	63
5. INFRAESTRUTURA	64
5.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	64
5.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	64
5.3. SALA COLETIVA DOS PROFESSORES	65
5.4. SALAS DE AULAS	65
5.5. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DISCENTES	65
5.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	66
5.7. BIBLIOTECA DO UNIFACEX	122
5.7.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA	122
5.7.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	123
5.7.3. SERVIÇOS OFERTADOS PELA BIBLIOTECA	123
5.7.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	123
5.7.5. ACERVO DA BIBLIOTECA	124
5.8. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	125
5.9. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE	128



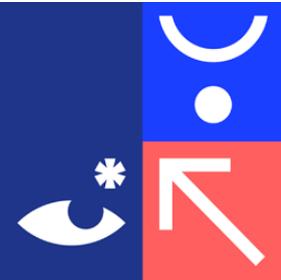
1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO

1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES

O Centro Universitário UNIFACEX foi criado considerando-se o que normatiza a alínea **d** do artigo 2º do Estatuto da Mantenedora: “criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de todos os níveis, prioritariamente de nível superior, com estrita observância de legislação que lhe for aplicável”. A criação foi legitimada pelo Decreto n. 85.977, de 05 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 06 de maio do mesmo ano. Por solicitação da Mantenedora e considerando a implantação de novos cursos em diversas áreas, pelo Parecer CES nº 1.194/99, a Instituição teve sua denominação modificada de Faculdade para Executivos para Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão – FACEX, conforme Parecer homologado pelo Despacho do Ministro da Educação, publicado no D.O.U., de 19 de janeiro de 2000. Através da Portaria Nº 1.099 do Ministério da Educação, de 31 de agosto de 2012, a FACEX passa a condição de Centro Universitário denominado UNIFACEX.

1.2. ATENDIMENTO DO CURSO AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS

Requisitos Legais	Contemplado como
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na Lei 10.098/2002, nos Decretos 3.095/2001, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.	A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Referência localizada na página 102
Titulação do Corpo Docente	Todos os docentes do curso possuem pós-graduação. Referência localizada na página 60
Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	A IES possui CPA implantada e atuante. Referência localizada na página 19
Disciplina de Libras	A IES mantém a disciplina na matriz curricular como obrigatória no caso das licenciaturas, e ao mesmo tempo oferta como optativa para os



	demais cursos. Referência localizada na página 37
Carga horária mínima do curso	A Instituição está cumprindo integralmente esta exigência. Referência localizada na página 40.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.	A Instituição está cumprindo as exigências das legislações através da disciplina de História, Sociedade e Cultura e em outras disciplinas/atividades específicas de cada curso de forma transversal. Referência localizada nas disciplinas de História e geografia para os anos iniciais do ensino fundamental e Prática curricular em Pluralidade cultural nas páginas 39 e 40.
Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas Educação para saúde, sexualidade e diversidade; Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas e em outras disciplinas/atividades específicas de forma transversal. Referência localizada nas páginas 36 e 37
Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002.	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através da disciplina Meio Ambiente e Sustentabilidade e atividades específicas de forma transversal. Referência localizada nas páginas 37
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação <i>stricto sensu</i> ; tem o coordenador de curso como integrante. Referência localizada nas páginas 57
Estágio Curricular Obrigatório, Prática Curricular, Atividades Complementares	Consoante com as Diretrizes do curso. Referências localizadas nas páginas 37 e 43
Trabalho de Conclusão de Curso	Consoante com as Diretrizes do curso. Referências localizadas nas páginas 46
Tempo de Integralização	Consoante as Diretrizes do Curso. Referência localizada na página 6

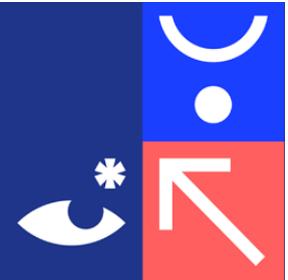
1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO

Denominação do curso:	PEDAGOGIA				
Habilitação:	-				
Modalidade:	Licenciatura				
Endereço de oferta do curso:	Rua Orlando Silva, 2896 – Capim Macio – Natal/RN				
Ato Legal de Autorização do Curso Superior de Farmácia do Centro Universitário Facex (UNIFACEX)	Portaria 534 de 12/06/1998 Reconhecimentos Portarias: 243 de 18/08/2003; 406 de 10/05/2007; 286 de 21/12/2012; 915 de 27/12/2018;				
Turno de funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Total
(*)Nº. de vagas anuais oferecidas:	-	-	-	70	70
Regime de matrícula:	Semestral por disciplina				
Dimensão das turmas:	Teórica		Prática		
	70 (setenta) discentes		70 (setenta) discentes		
Duração do curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	8 (oito) semestres = 04 (quatro) anos		14 (quatorze) semestres = 7 (sete) anos		

1.4. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Pedagogia do UNIFACEX está alicerçado por uma experiência com quase de vinte e cinco anos, formando profissionais para exercer a docência e a gestão com ética e compromisso a sua função educativa. O seu projeto político tem sido reavaliado e revisado periodicamente, atendendo as exigências no âmbito das políticas de formação para o magistério e gestão.

Desde a sua autorização em 1998 o curso tem sofrido alterações na sua oferta na matriz curricular,



acompanhando todas as mudanças e se adequando ao longo do percurso às demandas locais, às exigências legais e aos diálogos estabelecidos pelas organizações que discutem a formação de professores no contexto brasileiro e norte-rio-grandense.

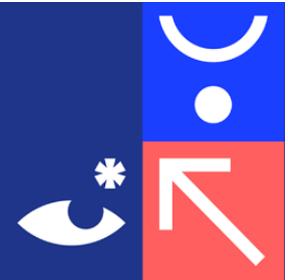
Atualmente temos profissionais da educação formados pelo UNIFACEX não apenas atuando na cidade de Natal, mas pelo Rio Grande do Norte e até em algumas localizações brasileiras, exercendo a função de professores ou gestores.

O projeto pedagógico do curso foi articulado aos documentos legais que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a licenciatura em Pedagogia, contemplando os conteúdos propostos e definindo o perfil do pedagogo, apresentando no seu histórico resultados significativos na questão da empregabilidade, aprovações em concurso público e no exame nacional. Nos dois últimos ENADE obtivemos resultados favoráveis, considerando o momento da pandemia. No exame de 2017 tiramos ENADE 5 e na avaliação de 2021 ficamos com 3 diante de um contexto atípico e de muita resistência para participação.

O Curso de Pedagogia do UNIFACEX contempla um conjunto de conhecimentos, que podemos considerá-los como “Saberes da área da Educação”, fundamentais para uma Formação Docente. Ele se encontra pautado na perspectiva de uma práxis que contribui no desenvolvimento dos educandos com consistência política, ética e moral, correspondendo com os anseios de uma sociedade mais democrática e preparada para atender as demandas sociais.

Em face do exposto, e no contexto das políticas e filosofia da instituição, o curso de Pedagogia do UNIFACEX tem sido reestruturado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) para atender às demandas do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) das Diretrizes Curriculares Nacional - DCNs, atualizando a sua matriz curricular ao contexto atual, objetivando formar o profissional da educação para os novos desafios e necessidades da sociedade. A exemplo, no momento na pandemia novos aprendizados foram adquiridos e uma nova forma de conceber a educação, exigindo do profissional da educação avançar com conhecimentos da tecnologia para reinventar sua sala de aula.

Em consonância com a política da Instituição de curricularização da extensão, com enfoque na interdisciplinaridade, a reestruturação da grade curricular também foi necessária para atender à Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Conforme definido pela referida Resolução, “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. Segundo disposto no Artigo 4º, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudiantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.



2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

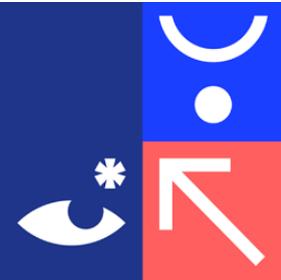
2.1. DA MANTENEDORA

2.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora	CIFE – CENTRO INTEGRADO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS		
CNPJ:	08.241.911/0001-12		
End.:	Rua ORLANDO SILVA	nº:	2896
Bairro:	CAPIM MACIO	Cidade:	NATAL
		CEP:	59080-020
		UF:	RN
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	secretaria@facex.com.br		

2.1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL

Nome:	JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEIREDO
CPF:	004.254.604-44
E-mail:	secretaria@facex.com.br



2.1.3. FINALIDADES

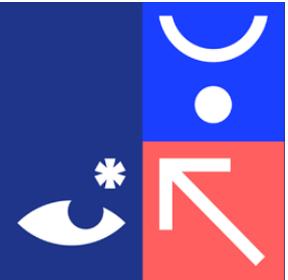
A Mantenedora tem como finalidades educativas o desenvolvimento:

- De uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- Da capacidade de utilizar crítica e criativamente as diversas linguagens do mundo contemporâneo;
- Da autonomia, cooperação e sentido de corresponsabilidade nos processos de desenvolvimento individuais e coletivos;
- De uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde;
- Da competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmo, pelos outros e pelos recursos da comunidade;
- Do exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;
- Da motivação para dar prosseguimento à própria educação, de forma sistemática e assistemática;
- Do pleno exercício de suas funções cognitivas e socioafetivas;
- Da capacidade de aprender com autonomia e assimilar o crescente número de informações, adquirindo novos conhecimentos e habilidades;
- Da capacidade de enfrentar situações inéditas com dinamismo, flexibilidade e criatividade;
- Da capacidade de usar o conhecimento para ser feliz, relacionar-se com a natureza, ser gestor da própria vida e ajudar os outros.

2.2. DA MANTIDA

2.2.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantida:	Centro Universitário Facex (UNIFACEX)		
End.:	Rua Orlando Silva	nº:	2897
Bairro:	Capim Macio	Cidade:	Natal
		CEP:	59.080-020
		UF:	RN
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	secretaria@facex.com.br		
Site	www.unifacex.com.br		



2.2.2. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

DADOS DE CREDENCIAMENTO:	
Documento/Nº:	Portaria nº 1.099/2012
Data Documento:	31 de agosto de 2012
Data da Publicação:	04 de setembro de 2012

2.2.3. DIRIGENTES PRINCIPAIS

Cargo	Pró-Reitor Acadêmico		
Nome:	Celly Franck da Cruz Moura		
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	prorac@unifacex.edu.br		

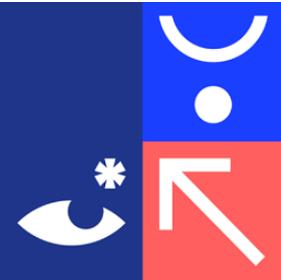
Cargo	Reitora		
Nome:	Candysse Medeiros de Figueiredo		
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	candysse@unifacex.com.br		

2.2.4. HISTÓRICO DA IES

O Centro Universitário FACEX - UNIFACEX tem os seus primórdios em 25 de outubro de 1971, quando por determinação de sua mantenedora, o Centro Integrado para Formação de Executivos, foi implantado o curso de Secretariado Executivo. Surgia, através desta primeira ação pedagógica da mantida, a Faculdade para Executivos – FACEX. Como tivesse sua origem em curso livre, a Faculdade pautou o seu fazer educacional, cumprindo o currículo pleno estabelecido pelo então Conselho Federal de Educação.

Essa autonomia permitiu à mantenedora regularizar sua mantida, consoante ao disposto na Portaria Ministerial nº 942/79, bem como autorizar o seu curso matriz. Nesse aspecto, a comissão verificadora foi incisiva no seu parecer ao pronuncia-se in verbis: este curso oferece condições para autorização e funcionamento. Através do Parecer SESU 267/1981, ficou autorizado o Curso de Secretariado Executivo, homologado através do Decreto nº 85.977, de 05 de maio de 1981.

Estava assim a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte - FACEX, sucedânea da Faculdade para Executivos - FACEX, devidamente legalizada, bem como suas ações pedagógicas retroagindo a 1972. Em 2012, a FACEX se credencia como Centro Universitário,



apresentando em seu portfólio 14 cursos bacharelados, 3 cursos de licenciaturas e 6 cursos tecnológicos (CSTs).

A IES oferta cursos nas modalidades presencial e EAD, sendo os cursos na modalidade presencial: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Psicologia.

A Instituição tem 5 Unidades construídas, com 89 salas de aulas, auditórios, anfiteatros, laboratórios especializados, reservadas ainda as salas da Educação Infantil, com 20.000 m² de área construída. Todas as instalações são modernas, bem equipadas, adaptadas aos Portadores de Necessidades Especiais, permitindo o amplo funcionamento de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino, na pesquisa e extensão.

O UNIFACEX já formou ao longo destes 50 anos mais de 5000 discentes, nos seus diversos cursos, colocando, no mercado de trabalho, profissionais capacitados, com espírito inovador e empreendedor, mudando a realidade regional e do país.

O programa da Pós-Graduação do UNIFACEX conta com cursos de pós-graduação *lato sensu*, todos os quais seguem rigorosamente a legislação pertinente e os certificados têm validade nacional, atendendo a Resolução CNE/CES n° 1, de 8 de junho de 2007.

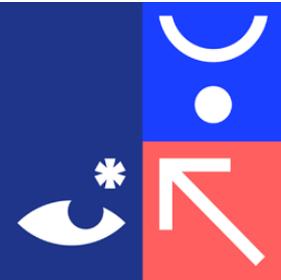
Em 2014, foi publicada a homologação do Parecer 106/2012, do Conselho Nacional de Educação pelo Exmo. Ministro da Educação, transformando a Instituição em Centro Universitário FACEX.

Segundo dados fornecidos pelo E-MEC — base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior (IES) e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino, que informa através do site www.emec.mec.gov.br os conceitos destas IES — das quatro IES do Rio Grande do Norte credenciadas junto ao MEC, de natureza privada, o UNIFACEX apresenta Conceito Institucional 3, Índice Geral de Curso absoluto 3 e IGC contínuo 2,73. Isto demonstra que o Centro está comprometido com a qualidade de ensino, com a formação intelectual dos seus discentes, com a qualidade do atendimento às suas necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais.

2.2.5. ÁREA DE ATUAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

O Brasil tem uma população estimada em 208.852.687 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil, possuindo uma área equivalente à da Itália com, aproximadamente, 55.794.694 habitantes, contando com 56.186.190 hab². Em comparação com as outras regiões brasileiras, a região nordeste apresenta a segunda maior população, o terceiro maior território, o segundo maior colégio eleitoral (38.269.533 eleitores em 2014), o IDH médio de 0.659 (2010) e o terceiro maior PIB (2016).

De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Nordeste alcançou aproximadamente R\$ 15,0 mil em 2015, representando crescimento real de 33,6% em relação a



2002. Nesse mesmo período, o PIB per capita do Brasil aumentou 25,4%, tendo atingido R\$ 29,3 mil (BNB, 2018).

É a região brasileira que possui o maior número de estados, são nove: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em função de suas diferentes características físicas, a região é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano ao longo de suas zonas geográficas.

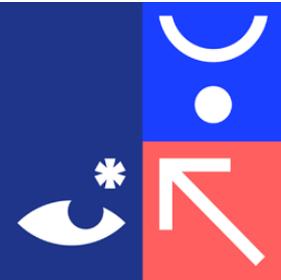
A região Nordeste foi o berço da colonização portuguesa no país, devido ao descobrimento e a posterior colonização exploratória, que consistia, em suma, na extração pau-brasil, cuja tinta da madeira era utilizada para tingir as roupas da nobreza europeia.

O Nordeste foi também o centro financeiro do Brasil, uma vez que a Capitania de Pernambuco foi o principal centro produtivo da colônia e Recife a cidade de maior importância econômica. A área do Nordeste brasileiro é de 1.554.291,607km², equivalente a 18% do território nacional e é a região que possui a maior costa litorânea.

A formação do povo nordestino se deu por meio de três grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro. A miscigenação étnica e cultural desses três elementos foi o pilar para a composição da população do Nordeste. Em média a população é composta de 71% pardos, negros ou índios e 29% de brancos. Infelizmente, dados estatísticos e antropológicos apontam etnia e status socioeconômico como sistemas de desigualdade relacionados, com uma considerável sobreposição entre etnia e posição socioeconômica.

O Nordeste se industrializou, mas não se resolveram os problemas: as desigualdades. O Nordeste é o maior problema regional do País. Investimentos na industrialização e em programas para reduzir a desigualdade, segundo especialistas, devem ser colocados maciçamente em educação. Se isso for feito, com 50 ou 100 anos, serão eliminadas as desigualdades regionais. Segundo dados do Ministério da Educação as taxas de escolarização significativa da expansão do acesso a educação superior passaram de 15,1% para 26,7% a bruta e a líquida de 8,9% para 14,4%. No entanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNDE estabelecia inicialmente o provimento da oferta de educação superior a, pelo menos, 30% desta população. Ou seja, apesar do avanço, o salto projetado pelo PNDE 2011-2020 precisará alcançar uma elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, o que para o Brasil já é desafiador, imagine no NE. Para se entender o contexto educacional que está inserido o NE, segundo dados do IBGE concluíram o ensino médio mais de 2 milhões de jovens e, portanto, poderiam iniciar estudos na educação superior. No entanto, os dados mostram que apenas pouco mais de 460 mil iniciaram seus estudos na rede de educação superior no NE. Neste contexto, surge a possibilidade do acesso a Educação Superior a distância, para atender a grande demanda reprimida de brasileiros com dificuldades de acesso a educação superior (seja pela distância, pela preferência ou até mesmo questões de disponibilidade de tempo). Os cursos a distância representam menos de 20% do total de cursos de graduação no país.

O acesso à Educação Superior é uma das ferramentas que viabiliza o desenvolvimento efetivo regional e a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade, certamente, é o agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento. Por todos os aspectos



mencionados acima, o Unifacex vem cumprindo a sua missão institucional de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, justificando a necessidade de continuar lutando pela expansão e acesso da sociedade à Educação Superior conforme previsto no Plano Nacional de Educação. Adicionalmente, a concepção do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade, na modalidade de educação a distância, tem por objetivo a formação de um profissional que esteja capacitado a atuar nos novos modelos de gestão, nas novas estruturas organizacionais que vêm se desenhando nos tempos atuais e que se projetam para o futuro. Além do mais, em sintonia com o perfil empresarial e econômico do Estado de Alagoas, da Região Nordeste e do País.

Localizado na região Nordeste do Brasil, o Estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 52.796,791 km² e, segundo dados do IBGE, Portal das Cidades (2020), tem uma população estimada em 3.534.165 habitantes e a capital Natal possui aproximadamente 890.000 habitantes.

Além de Natal, o estado tem duas outras cidades com mais de 150 mil habitantes: Mossoró (300.618 habitantes) e Parnamirim (267.036 habitantes). Com mais de 50 mil habitantes, temos os municípios de São Gonçalo do Amarante (103.672 habitantes), Ceará-Mirim (73.886 habitantes), Macaíba (81.821 habitantes), Caicó (68.343 habitantes) e Assu (58.384 habitantes).

A seguir, podemos verificar dados estatísticos do estado do Rio Grande do Norte:

População estimada (IBGE, 2020): 3.534.165

Extensão Territorial (Km²): 52.811,126

Densidade Demográfica (hab/Km²): 66,92

Número de Municípios: 167

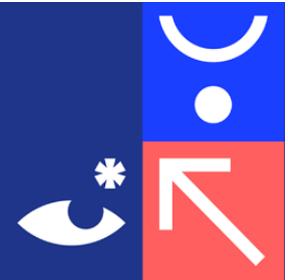
PIB do Estado (2018): 66 970 000

PIB Per Capita (2018): 19 249,60

Apesar de ser um Estado pequeno em área territorial, o Rio Grande do Norte é uma das unidades federativas mais populosas do país. Com 1,6% da população brasileira, é o 18º estado mais populoso e o 6º do Nordeste. A densidade demográfica potiguar é de 66,92 habitantes por km², a 10ª maior posição em todo o Brasil e a 5ª no Nordeste. Considerando-se que o território potiguar tem cerca de 90% da sua área situada no semiárido, seria previsível esperar uma economia frágil.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Rio Grande do Norte é considerado médio conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo o último Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, divulgado em 2013, com dados relativos a 2010, o seu valor foi de 0,684, estando na 16ª colocação a nível nacional e na primeira a nível regional. Considerando-se o índice de longevidade, seu valor é de 0,792 (18º), o valor do índice de renda é 0,678 (16º) e o de educação é de 0,597 (16º).⁸² A incidência de pobreza, em 2003, era de 52,27% (sendo 55,91% o índice de pobreza subjetiva) e o índice de Gini no mesmo ano era 0,49.83 Em 2009, a taxa de fecundidade era de 2,11 filhos por mulher, a décima terceira maior do Brasil.

A economia potiguar é surpreendente e diversificada, seja nos segmentos econômicos explorados ou na tipologia dos negócios. Potencialidades vão se transformando em oportunidades que se adequam às condições climáticas que, a princípio, parecem adversárias da produção.



O agronegócio tem na fruticultura seu principal destaque. Os profundos e férteis vales do Apodi e do Piranhas/Açu reúnem as condições ideais para uma produção de qualidade excepcional e elevada produtividade. A maioria das culturas admite um número de colheitas superior às obtidas em outras áreas.

O Estado é grande exportador de frutas, particularmente melão e castanha de caju. Recentemente, foi concedida por um organismo internacional – Fairtrade Labelling Organizations – a primeira certificação, no mundo, para comercialização, dentro do Comércio Justo, do melão cultivado sob o regime de agricultura familiar na comunidade Pau Branco, em Mossoró.

A Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar – COODAP, que reúne os produtores, é a primeira cooperativa de melão do mundo a ser certificada pela Flo-Cert o que possibilita a assinatura de contratos de exportação, tendo sido realizados os primeiros embarques de frutas para a Inglaterra no período de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010.

A abertura de mercado valoriza e reconhece os pequenos negócios como força indutora do desenvolvimento. O solo potiguar é rico em minérios e o Estado continua a ser o maior produtor de petróleo do Brasil em terra firme.

Embora a micro e pequena empresa potiguar tenha significativo peso na economia, sendo imbatível em relação ao número de empreendimentos. O setor produtivo conta também com a presença pontual de grandes empresas, principalmente no setor mineral.

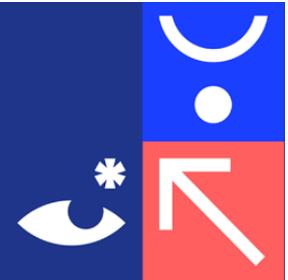
É inegável a importância da Petrobrás na economia local, formando pólos de desenvolvimento no interior e incentivando outros negócios ligados à extensa cadeia produtiva do petróleo.

A indústria, o comércio e os serviços acompanham o ritmo econômico do Estado. O turismo se firma a cada dia como uma fonte de negócios, com forte tendência de crescimento. Em síntese, o pequeno torrão potiguar tem mostrado uma face próspera, bem diferente dos falsos estereótipos de pobres e deserdados.

Excelentes perspectivas econômicas se abrem com a construção do Aeroporto Internacional de Cargas e Passageiros de São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal, visto que, quando concluído será o maior terminal de cargas da América Latina. A inclusão de Natal como uma das sedes da Copa do Mundo 2014 foi outra boa oportunidade para o Estado.

Em 2014 o Rio Grande do Norte exportou US\$ 258,1 milhões, 25,7% a menos do que no ano anterior, retração um pouco superior à brasileira, que foi de 22,7%. A pauta de exportações é diversificada, entretanto, ao receber visitantes estrangeiros o Estado realiza uma atividade de exportação, já que produtos e serviços locais são consumidos por pessoas de outras nacionalidades. Além da pauta diversificada o destino das exportações é variado, tendo o Rio Grande do Norte realizado exportações para 83 países, em todos os continentes.

O UNIFACEX é uma das Instituições de Ensino Superior que a partir da formação acadêmica está comprometida com o crescimento da região na qual está inserida. E diante de uma demanda mercadológica local, com a expansão de empresas, de estabelecimentos comerciais, de instituições de ensino, de empreendimentos locais, de restaurantes, como vemos em Natal e em todo Rio Grande do Norte, vê-se a importância de cursos para suprir a demanda deste mercado de trabalho que se amplia com os novos investimentos que vieram nos últimos anos para o Rio Grande do Norte e para o Brasil, como se tem visto a partir dos números do PIB (produto interno bruto) de 2014 (mais



recente disponibilizado pelo IBGE), só o Rio Grande do Norte produziu 27 904 989 milhões, tendo cerca de 3.479.010 milhões de habitantes, segundo estimativas do IBGE (2018).

2.2.6. POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO UNIFACEX

Caracterização do Território

O UNIFACEX está situado na mesorregião Leste Potiguar do Estado do Rio Grande do Norte, especificamente, na cidade do Natal, com uma abrangência e influência regional de 10 cidades: Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú, Monte Alegre, Nísia Floresta e Vera Cruz.

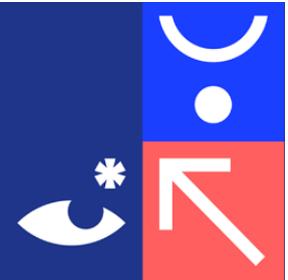
Natal			
Área	169.3 km ²	Ano de instalação	1599
IDHM 2010	0,763	Faixa do IDHM	0,600 a 0,699
População (IBGE Estimativa 2020)	890.480	Densidade demográfica	5 323,8 hab./km ²
Microrregião	Natal	Mesorregião	Leste Potiguar

É possível constatar que o município em que o UNIFACEX está inserida vem se desenvolvendo, permitindo um aumento dos indicadores de educação, renda e longevidade, deste modo é possível verificar a importância que o UNIFACEX tem para o desenvolvimento regional, uma vez que a mesma tem como finalidade institucional ofertar cursos que assegurem uma melhor qualidade educacional, e qualificando a sociedade, estes estarão mais preparados para o mercado de trabalho, garantindo melhores rendas e resolução de problemas socioeconômicos advindos do processo de crescimento regional. Neste sentido, o papel social do UNIFACEX plasmado em sua missão institucional tende de maneira concreta contribuir com o desenvolvimento da região e das pessoas que aqui convivem.

Natal			
Ano	Educação Matrículas – Ensino Médio	Renda Salario Médio - Formal	Longevidade
2018	30.560	3,1	80
2019	30.276	3	85
2020	29.993	3	80

Fonte: IBGE (2021)

Os indicadores de longevidade, educação e renda são utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mudando a percepção de que o crescimento limitava-



se apenas às questões econômicas para mensurar o desenvolvimento de uma nação ou mesmo região.

No período anterior, de 1991 a 2000, já demonstrava este crescimento, uma vez que em 1991 havia o IDHM 0,572 e encerrou a década com 0,664, portanto houve um aumento de 13.95% do IDHM. De acordo com o IBGE (2021) em 2010 o IDH do município de Natal subiu novamente para 0,763.

Índice de Desenvolvimento Humano - Natal			
	1991	2000	2010
IDHM	0,572	0,664	0,763

Fonte: IBGE (2021)

Desta forma é possível verificar como a região onde a IES está inserida vem se desenvolvendo nas últimas décadas, mantendo um crescimento do IDHM, resultando em novas expectativas e oportunidades sociais. Nesse sentido, a IES busca contribuir para um aumento nos indicadores através de suas ações de ensino, pesquisa e ações extensionistas.

Escolaridade da População Adulta

O Rio Grande do Norte tem a maior taxa de escolarização do Norte e Nordeste. De acordo com o IBGE (2020), 135 mil adolescentes potiguares estão na escola. No RN, 15% da população de 25 anos ou mais completaram o Ensino Superior. O índice ainda está abaixo da média nacional (17,4%). Em Natal e na Região Metropolitana de Natal, as médias são de 25,8% e 24%, respectivamente.

2.3. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

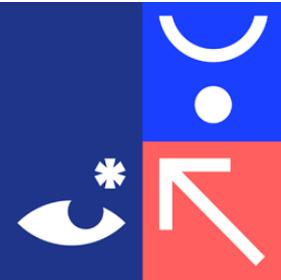
2.3.1. PERFIL INSTITUCIONAL

2.3.1.1. Missão

A missão do Centro Universitário FACEX, é “disseminar os saberes, entendendo o contexto e atendendo a sociedade por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão, comprometido com o desenvolvimento político, ético, cultural e socioambiental.”

2.3.1.2. Visão de Futuro

Em sua visão de futuro, o Centro Universitário FACEX pretende consolidar-se como uma das mais importantes instituições de ensino superior do estado e da região, contribuindo com o ensino, a iniciação científica e a extensão, sempre sintonizado com as tendências e vocações do mundo do trabalho e com o desenvolvimento sustentável da região onde está inserido.



2.3.1.3. Princípios

A missão institucional demonstra que o Centro Universitário FACEX está comprometido com a qualidade intelectual da formação de seus discentes, com a qualidade do atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais.

Este compromisso institucional está ancorado em princípios filosóficos e crenças ético-educacionais que norteiam as suas ações, entre os quais cabe destacar:

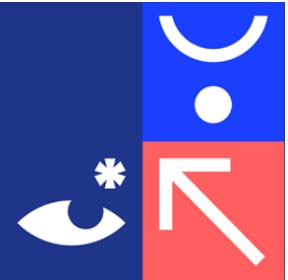
- Consciência de sua responsabilidade social, compromissado com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- Atuação permanente no resgate da cidadania – na formação do cidadão, ser ético e político, consciente de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;
- Ação aglutinadora, aberta a todo saber, crítica, criativa e competente, capaz de contribuir com o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserido.
- Compromisso com resultados na busca contínua do elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;
- Disponibilidade para fazer parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos;
- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Garantia de padrão de qualidade e vinculação entre a formação acadêmica, o trabalho e as práticas sociais.

2.3.1.4. Objetivo Geral

Formar profissionais e desenvolver atividades acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo, bem como a construção dos valores humanos, tendo em vista os problemas do mundo presente, visando contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Destaca-se que o objetivo geral será traduzido da seguinte forma:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito



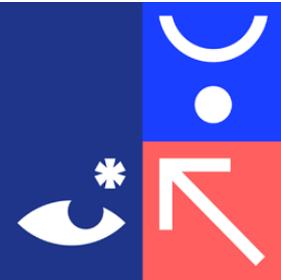
e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades;

- Formar valores humanos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar e apoiar a iniciação e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas no Centro Universitário;
- Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem;
- Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem; e
- Ser uma instituição compromissada com o desenvolvimento da cidade de Natal e, em especial, do Estado do Rio Grande do Norte e com a preservação da memória das manifestações culturais e folclóricas de seu povo.

2.3.1.5. Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Aperfeiçoar, permanentemente, a organização administrativa com vistas à eliminação de disfunções burocráticas e à promoção da gestão proativa de médio e longo prazo;
- Desenvolver o corpo docente e técnico-administrativo, viabilizando a associação entre o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social da Instituição;
- Sistematizar projetos e programas para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento do corpo discente;
- Aperfeiçoar a organização didático-pedagógica de forma a garantir atividades e serviços acadêmicos de excelência;



- Ofertar cursos de graduação e de pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento e em consonância com os anseios da sociedade e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho;
- Fomentar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a extensão e a cultura extensionista, aberta à participação da comunidade, visando à difusão dos resultados e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- Propiciar condições e infraestrutura compatível com a comunidade acadêmica e com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Centro;
- Consolidar mecanismos de gestão financeira e orçamentária que permitam o desenvolvimento institucional sustentável;
- Aprimorar o processo de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, do planejamento e da gestão universitária.

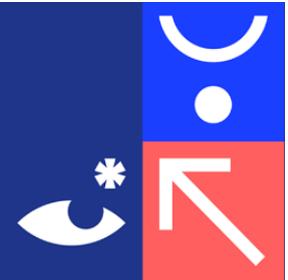
Ressalta-se que esses objetivos específicos representam o fundamento para a construção das metas e do plano de ação institucional.

2.3.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como, verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

A Avaliação Institucional, atividade de natureza permanente, tem por objetivo o aprimoramento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social, por meio da valoração da prática dos princípios, finalidades e objetivos da Instituição. Os processos de avaliação, com a participação de todos os segmentos acadêmicos e administrativos da Instituição, objetivando estabelecer um confronto entre as políticas institucionais e a sua efetiva implementação por meio de atividades, cursos, programas, projetos e setores, devem ser desenvolvidos em conformidade com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com outros instrumentos de gestão, considerando as diferentes dimensões institucionais previstas no SINAES. Os resultados dessa avaliação servirão como auxílio para melhoria da gestão do curso, de cunho administrativo, com proposições de ações, e nas atividades de suporte ao ensino, a iniciação científica e de extensão para debates e ajustes na coordenação.



Sendo assim, seja para verificar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do PDI, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação. Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão, devem ser acompanhados por toda a comunidade acadêmica.

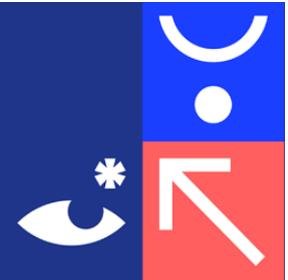
Nessa perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de autossuperação pelos atores-sujeitos e de autorregulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia. Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação e de compromisso com o futuro.

A avaliação do desenvolvimento institucional é um processo, contínuo, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. Desta forma, a política para a avaliação institucional no UNIFACEX está assentada nos seguintes objetivos:

- Orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho, em consonância com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Reformular as políticas gerais da Instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o programa;
- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;
- Incrementar o Processo de Avaliação Institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medida elas se articulam e correspondem à missão da Instituição na formação do profissional, na produção, divulgação e aplicação do conhecimento;
- Tornar permanente e contínua a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, a Avaliação do Desenvolvimento Institucional implica a criação de uma metodologia de acompanhamento ordenado das ações e prioridades, analisando a distância entre o pretendido e o realizado com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos do UNIFACEX e de sua imagem junto à sociedade, tendo como parâmetro de eficácia o alcance social das atividades, a eficiência do funcionamento e o crescimento destas atividades.

Desde a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pelo Ato GD nº 02, de 10 de junho de 2004 e aprovada pelo CONSUP em 11 de agosto de 2004, o processo de autoavaliação passou a ser uma das atribuições da CPA. Para tanto, se utiliza de uma gama de instrumentos de acompanhamento e avaliação institucional que se encontra descrita no documento intitulado de “Plano de Avaliação Institucional”. Nele, são detalhadas todas as fases do processo de avaliação



interna, bem como aspectos metodológicos e epistemológicos relevantes. É importante ressaltar que, de forma geral e independente do instrumento utilizado, a CPA entende que as orientações do Conselho Nacional de Ensino Superior (CONAES), através das 10 dimensões, norteiam as políticas institucionais de planejamento e de avaliação.

O UNIFACEX, atento aos eixos e suas respectivas dimensões estabelecidas pelo CONAES e aos objetivos da autoavaliação, acredita e encampa este processo como um aliado do desenvolvimento institucional com qualidade em todos os aspectos da vida acadêmica e administrativa. De forma mais pragmática e no contexto da melhoria contínua, pode-se dizer que os resultados da avaliação institucional são considerados elementos de retroalimentação para construção e reconstrução do processo de gestão e do próprio Plano de Desenvolvimento Institucional. A Avaliação Institucional (interna e externa) permite ao UNIFACEX detectar suas fragilidades, suas oportunidades e plenitude de acertos.

2.3.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

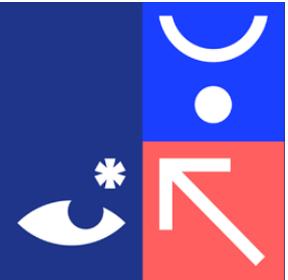
O registro e controle acadêmico, envolvendo todas as atividades discentes, são feitos pela Secretaria da Instituição por meio de programas informatizados apropriados para este fim. O registro acadêmico é feito por um sistema que atende aos requisitos de segurança, confiabilidade, transparência e agilidade das informações.

O sistema de informação TOTVS registra os dados desde o processo seletivo até a graduação dos discentes. O sistema permite: a matrícula dos discentes; a geração das turmas; acompanhamento das notas; a emissão do histórico escolar; emissão do diário de classe; acompanhamento financeiro; protocolo; espelho da folha de pagamento dos professores; gráficos de avaliação individual, em grupo, por disciplina, por curso, ingresso, evasão, transferências e outros. Servindo à comunidade discente, o Portal do Discente possibilita ao discente ter acesso às informações quanto ao vínculo com a instituição, histórico escolar, acompanhamento de notas, boletos de pagamento e demais requerimentos de interesse acadêmico, tudo pela internet.

Para garantir o bom funcionamento da organização é preciso trabalhar e aprimorar os meios de comunicação internos e externos da organização. A comunicação interna é um dos responsáveis pela eficiência operacional das atividades institucionais. Permite o adequado fluxo da informação e a correta execução das tarefas em todos os níveis organizacionais. Já a comunicação externa garante a interação com a sociedade, promovendo um canal bilateral de comunicação.

Para garantir a boa comunicação interna, o UNIFACEX utiliza, dentre outras ferramentas, o e-mail. O UNIFACEX possui domínio próprio e todos os setores e funcionários têm e-mails corporativos, facilitando assim a comunicação rápida, segura e eficiente.

Para a comunicação com os discentes, a instituição edita bianualmente o Manual do Discente no qual são colocadas todas as informações necessárias para o direcionamento acadêmico e administrativo. Nesse Manual estão expostos os principais pontos dos regulamentos institucionais, bem como os direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade acadêmica. Além disso, a Instituição faz uso da importante ferramenta Sala Virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem),



utilizado para viabilizar o fluxo de informação entre a comunidade acadêmica bem como para dar suporte nas atividades servindo de apoio ao ensino e aprendizagem.

Sempre que necessário a Reitoria edita Ofício Circular e/ou documento institucional comunicando as informações importantes para o bom andamento das atividades previstas no calendário acadêmico. As diversas unidades de ensino dispõem, ainda, de murais nos quais são fixadas informações pertinentes aos cursos e as suas respectivas Coordenações. O UNIFACEX também mantém em sua página na Internet, no endereço www.unifacex.com.br, as informações atualizadas do calendário acadêmico, bem como as últimas informações institucionais. Atualmente, a Internet tem se mostrado um canal bastante eficiente para garantir um fluxo contínuo de informação entre a instituição e o meio externo.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Projeto Pedagógico de Curso ampara-se pelo ideal político democrático e sua proposta de trabalho acadêmica detalhada, descrevendo um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas com base nos referenciais e preceitos legalmente relacionados à profissão do Pedagogo.

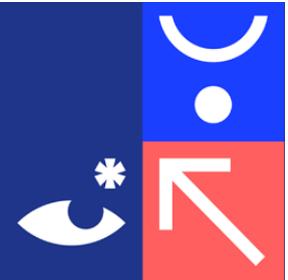
Este projeto foi elaborado em atendimento ao artigo 12 da Lei 9.394/96 (LDB) que determina *“os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I. Elaborar e executar a sua proposta pedagógica;”*.

No projeto se explicita a identidade do curso contemplando as tendências que regem a produção do saber na área do conhecimento da Licenciatura em Pedagogia, pautando-se nele para formar o profissional que estabeleça relação com o mercado de trabalho e as necessidades educativas para a sociedade. Em outras palavras, em sua intencionalidade, é comandado pelo futuro, pela visão prospectiva, a partir de um presente que se vive.

3.1.2. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O curso de Pedagogia do UNIFACEX tem realizado nos seus quase vinte e cinco anos a formação de profissionais para a educação, capazes de exercer a função de gestores (direção e coordenação) em espaço escolar e não escolar; como também, à docência atuando como professores na Educação Básica e em outras formações com o foco educativo.

Assim sendo, a concretização dessa proposta de formação profissional, tem amparo na capacidade institucional do UNIFACEX em empenhar-se na busca por excelência, demonstrando credibilidade junto à comunidade norte riograndense e do Nordeste. Segundo dados fornecidos pelo



E-MEC — base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior (IES) e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino, que informa através do site www.emec.mec.gov.br os conceitos destas IES — das quatro IES do Rio Grande do Norte credenciadas junto ao MEC, de natureza privada, o UNIFACEX apresenta Conceito Institucional comprometido com a qualidade de ensino, com a formação intelectual dos seus discentes, com a qualidade do atendimento às suas necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais, pois “não há sociedade sem prática educativa, nem prática educativa sem sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-los em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade” (LIBÂNEO, 2009).

O curso de Pedagogia destaca-se por desenvolver um projeto pedagógico permanentemente atualizado e articulado às diretrizes legais vigentes, às exigências do mercado e a formação do educador enquanto sujeito construtor da condição humana.

O corpo docente é outro indicador de qualidade do curso. Este é composto por um grupo de professores com titulação adequada, em permanente formação pedagógica, estabelecendo um diálogo entre as áreas do conhecimento, consciente de sua condição de “ser inacabado”. Dessa forma socializa com os estudantes a dimensão humana do SER EDUCADOR.

O curso dispõe de um espaço físico ambientado para as vivências no magistério - uma escola de aplicação durante todo o processo de formação, que se constitui em mais um diferencial.

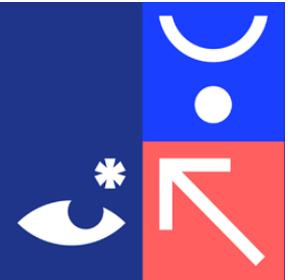
As transformações ocorridas no mundo contemporâneo, desencadeadas por um processo de reestruturação produtiva, pela emergência da ciência complexa e o desenvolvimento tecnológico impulsionaram uma produção de conhecimento cada vez maior e mais veloz. Estas repercutem em todas as áreas econômicas, sociais e políticas, provocando modificações no processo de trabalho, o qual passa a exigir um novo perfil de trabalhador.

Articulada com essas mudanças, as políticas educacionais implementadas a partir da Constituição de 1988 evidenciam a necessidade de se adotar novos paradigmas que venham atender às demandas educacionais. Essa realidade traz para os educadores de hoje um grande desafio: enfrentar a rapidez das mudanças, além da necessidade de aprender a conviver com a complexidade desse novo contexto, em que a informação demanda cada vez mais uma visão epistemológica pelo sujeito em formação.

Nesse sentido, a formação profissional em todos os níveis de ensino, especialmente no nível superior, tem um papel preponderante na construção do conhecimento. Esta passou a ter outra dinâmica e orientar a formação de pessoas com determinadas características que atendam não só às exigências do mercado, mas que sejam capazes de efetivar uma prática educacional consistente e consciente do exercício de sua cidadania.

A ênfase na informação traz para o sistema educacional, novas responsabilidades e novas formas de propor a formação dos professores. Nessa formação são consideradas dentre outras a capacidade de transformar informação em conhecimento, quando ele perpassa pelas exigências do teor científico, estando às instituições de ensino o papel de assim conduzi-lo.

Nessa perspectiva das novas exigências sociais o desafio na formação dos professores que vem se adequando às determinações legais ao longo desse processo, como especificado abaixo:

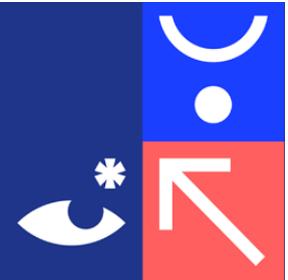


- - Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art. 205;
- - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), arts. 3º, inciso VII, 9º, 13, 43, 61, 62, 64, 65 e 67;
- - Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), especialmente em seu item IV, Magistério na Educação Básica, que define as diretrizes, os objetivos e metas, relativas à formação profissional inicial para docentes da Educação Básica;
- - Parecer CNE/CP nº 9/2001, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- - Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea “c”, do Parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- - Parecer CNE/CP nº 28/2001 que dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21/2001, estabelecendo a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- - Resolução CNE/CP nº 1/2002, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- - Resolução CNE/CP nº 2/2002, trata da duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica, em nível superior.
- - Resolução CNE/CP nº 1/2006 que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- - Resolução CNE/CP nº 2/2015 que determina Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível, curso superior (cursos de licenciatura de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Todo referido aparato legal revela um pouco da história construída na formação do curso no Ensino Superior. As mudanças ocorridas na formação e função do Pedagogo destacam-se com significativas alterações após os anos 1990, constituindo como o principal *locus*: a formação professores e gestores para atuar na Educação Básica na perspectiva de contribuir na consolidação do ensino de qualidade. Assim sendo, enfatizamos que o curso de graduação em Pedagogia do UNIFACEX é fundamentado por todos os documentos legais, articulado ao cenário social e profissional.

A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a se constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País, inclusive as estatísticas educacionais brasileiras, apesar de revelarem uma sensível melhoria nas últimas décadas, têm sido marcadas pelo fracasso escolar, mormente no sistema público que, contraditoriamente, é também seletivo.

O fracasso escolar é um fenômeno complexo decorrente de múltiplas determinações e



produtor de sérias consequências para o discente que fracassa, para sua família e, inevitavelmente, para o contexto socioeconômico e cultural onde estão inseridos aqueles que fracassam.

Se, por um lado, a complexidade desse fenômeno o apresenta como aparentemente imbatível, por outro, os seus efeitos para a sociedade brasileira nos instigam a buscar alternativas – se não para erradicá-lo – pelo menos, para minimizá-lo.

Nesse sentido, o UNIFACEX como uma instituição de Ensino Superior voltada para o desenvolvimento do seu Município, Estado e do seu País oferece o curso de Pedagogia como uma alternativa para desacelerar essa anomalia da educação brasileira e, particularmente, da educação norte-rio-grandense. O Projeto do referido curso não tem a pretensão de resolver todos os problemas do fracasso escolar, mas se propõe a contribuir com o desenvolvimento profissional de professores, imprescindível na busca da melhoria da qualidade da educação.

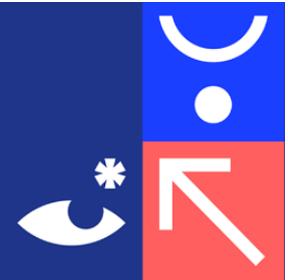
Assim sendo, a formação docente passa a ser a grande meta das agências formadoras e empregadoras e, principalmente, quando se necessita de profissionais que tenham competências desenvolvidas para exercer a profissão de forma ética. As agências formadoras buscam expandir cursos em nível superior, atendendo às exigências dispostas pelas políticas educacionais e legislação vigentes (Plano Decenal de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96 e outros) com o propósito de melhorar o perfil de escolaridade do magistério e, por sua vez, os professores são convocados a investirem em sua formação. Como também, atender a demanda do mercado de trabalho, pois tem sido crescente a oferta na rede pública e privada pela expansão do acesso à Educação Básica, necessitando de profissionais da educação formados com qualidade para o desenvolvimento da sociedade.

3.1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de Pedagogia do UNIFACEX tem como eixo basilar na Formação Docente e na Gestão do trabalho pedagógico/educativo. Entendemos à Docência como ação educativa intencional, baseada em teorias de relevância social e ética. No que se refere à Gestão amparamos o exercício da administração e da coordenação pedagógica, ambas sustentadas no princípio democrático, estimulando o diálogo, a construção de projetos coletivos e estratégias de ação envolvendo a comunidade educativa, pois é preciso considerar os desafios postos pelas transformações da sociedade contemporânea.

A dinâmica da sociedade atual está presente em todas as disciplinas do curso, inclusive nas práticas curriculares, nas optativas e nos tópicos especiais que abordam questões emergentes do contexto. Esta realidade é vivenciada na matriz curricular através do estágio supervisionado e demais atividades, estabelecendo-se uma estreita relação entre os aspectos teóricos e práticos, que envolvem o saber-fazer pedagógico.

O Centro Universitário Facex se insere no contexto de inúmeras mudanças e, em atendimento às determinações legais – CNE – Resolução n. 1/maio de 2006 e n.2/julho de 2015 que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e a proposta e a estrutura curricular para as licenciaturas, buscando uma constante sintonia com as mudanças que ocorrem na sociedade e, especialmente, na Educação. Desta forma, busca coerência com a legislação atual que define a



formação de docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também na gestão do trabalho pedagógico.

O curso de Pedagogia prioriza estudos teórico-práticos, que possibilitam a investigação e reflexão crítica; o planejamento; a avaliação de atividades educativas; a aplicação dos conhecimentos construídos no campo da educação, a contribuição de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

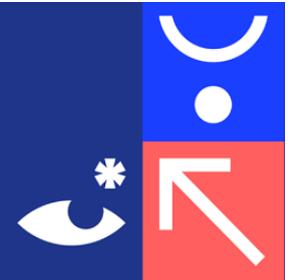
A estrutura curricular do curso de Pedagogia está organizada em quatro eixos que contemplam os **três núcleos**, conforme as novas diretrizes:

1. **Estudos básicos ou de formação geral** que considera a diversidade e a pluralidade cultural da sociedade brasileira através da literatura pertinente e de realidades educacionais articulando princípios, concepções e critérios das diferentes áreas do conhecimento voltados ao campo da pedagogia que favoreçam o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade e aplicação dos princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares;
 - Promove a observação, análise, planejamento e implementação e avaliação de processos educativos em ambientes escolares e não-escolares;
 - Acredita nos conhecimentos multidimensionais sobre o ser humano e aprendizagem;
 - Defende o planejamento e avaliação de experiências no contexto educacional brasileiro na educação infantil nos anos iniciais do ensino fundamental, como fundamentais na formação de professores e de profissionais envolvidos na educação.
 - Promove estudo da Didática, das Metodologias nas áreas do conhecimento pertinente aos primeiros anos de escolarização, através de práticas interdisciplinares.

2. **Aprofundamento e diversificação de estudos** voltados às áreas de atuação profissional priorizadas no projeto do curso e da instituição: Investigação sobre processos educativos e de gestão; Criação de material didático, aplicação e avaliação.

3. **Estudos integradores**, objetivando o enriquecimento escolar através de:
 - Práticas curriculares, iniciação científica, monitoria e extensão orientadas pelos professores;
 - Participação em seminários e eventos científicos;
 - Atividades práticas nas diferentes áreas do campo educacional.

Os Núcleos acima descritos se concretizam no currículo e contribuem com o desenvolvimento de habilidades e competências do(a) graduado(a) no Curso de Pedagogia do UNIFACEX, possibilitando o ingresso no mercado de trabalho com maior responsabilidade e compromisso profissional.



3.1.4. ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PDI

No ato da formulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia do UNIFACEX, e suas atualizações seguintes, o PDI foi e sempre será o norteador em relação aos aspectos teórico-metodológicos, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações de formação que o Curso de Pedagogia precisa seguir e respeitar; para se alinhar às ideias e determinações de tais documentos político-normativos maiores da IES.

O curso é concebido como sendo uma unidade acadêmica dotada de autonomia acadêmico-pedagógica para formar profissionais para atuarem em determinada área do conhecimento e mercado. Para que sua concepção seja levada efetivamente até as atividades acadêmicas, sua missão e seus objetivos, e para que o perfil desejado do egresso seja atingido, tona-se fundamental a articulação do PPC do Curso com o PDI da IES.

De forma mais geral e definitiva, o PPC do curso de Pedagogia UNIFACEX está relacionado e adequado com as políticas apresentadas no PDI em relação a:

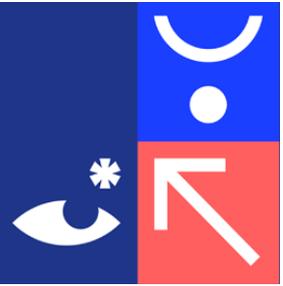
- Flexibilização do currículo a fim de proporcionar ao discente maior autonomia na sua formação acadêmica, o que se comprova inquestionavelmente pela oferta na matriz curricular do curso de disciplinas de tipologias, nomenclaturas e conteúdos variáveis ou optativos;
- Reuniões com o corpo docente, especialmente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Conselho de Curso (CONSEC), para discussão e análise (e até atualização) permanente do seu Projeto Pedagógico, levando-se em consideração sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas consolidadas e emergentes postas à profissão;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- Discussão sobre a qualidade do curso de graduação, nos diferentes fóruns, envolvendo Pró-reitores, Reitoria, Coordenadores e Conselhos.

3.1.5. CONCEPÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A concepção do processo ensino-aprendizagem atual do UNIFACEX encontra resposta na máxima de que somente com oportunidade de articular a teoria com a prática através de atividades e ações reflexivas, com a participação ativa do corpo discente, a proposta pedagógica do Curso se consolida. O ensino, de valores e os conteúdos, depende de ferramentas próprias de cumprimento de suas finalidades, que é formar o discente integralmente. Portanto, os pilares da educação para o século XXI, apresentados por Jacques Delors (2000), torna-se uma realidade na nossa forma de conceber o ensino aprendizagem: “aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver”.

O ensino, de valores e os conteúdos, depende de ferramentas próprias de cumprimento de suas finalidades, as quais incluem:

- Utilização de metodologias ativas de ensino, centradas na aprendizagem do estudante,



com critérios coerentes de acompanhamento e de avaliação do processo ensino-aprendizagem;

- Participação ativa do discente no processo de construção e difusão do conhecimento;
- Interdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas da educação, vivenciar a realidade profissional e a organização do trabalho, através das experiências práticas desde o início do curso.

3.1.6. REGIME ACADÊMICO, ESTRUTURA E DURAÇÃO DO CURSO

O Curso é organizado no regime semestral (com disciplinas obrigatórias e específicas para o respectivo período/turma, segundo a Matriz Curricular vigente, disciplinas estas organizadas segundo uma sistemática/lógica crescente de habilidades, competências, /especialização e conhecimentos técnicos), em que cada “Semestre Letivo” de oferta sequencial corresponde a um “Período” do Curso, sendo 08 (oito) Semestres Letivo, correspondendo a 08 (oito) Períodos Acadêmicos, totalizando 4 anos.

Embora o curso de Pedagogia do UNIFACEX seja ofertado no turno noturno, há componentes curriculares que ofertamos no diurno destinadas à comunidade externa, bem como as instituições (públicas e privadas, tais como: curricularização da extensão, prática curricular e estágios supervisionados obrigatórios.

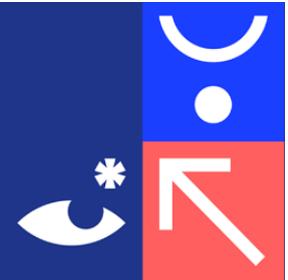
3.1.7. INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO

A organização curricular do curso possibilita a interdisciplinaridade. Na matriz as disciplinas que articulam as ações interdisciplinares, são elas: as Práticas Curriculares (4º período na pesquisa, 5º período alfabetizadoras, 6º período na educação infantil e 8º período na pluralidade cultural); Planejamento e Organização dos Estágios na Gestão (espaço escolar e não escolar), na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; permitindo a interligação e compreensão de conhecimentos fundamentais na formação do Pedagogo.

Nessa perspectiva atendem o princípio da interdisciplinaridade e da contextualização, conforme a Resolução n. 01/2006:

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

No núcleo da formação geral o sentido do Ser Educador foi articulado aos conhecimentos dos



Fundamentos da Educação amparados no Art. 2º, parágrafo 2º:

O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Esses conhecimentos permitirão constituir a *identidade docente*, o papel dos agentes educativos, a compreensão contextual do mundo, a função educativa, o papel dos discentes no processo de conquista da cidadania.

As disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e Trabalho de conclusão de curso se constituem nos conhecimentos técnicos que subsidiam as atividades acadêmicas exigidas no decorrer do processo do Curso.

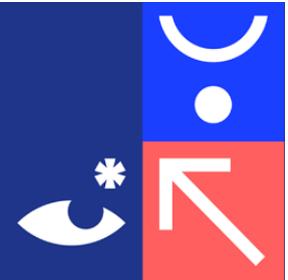
Na discussão sobre a pluralidade e diversidade cultural, promovemos a conscientização da importância do respeito à diversidade cultural brasileira. Por esse olhar, articulam-se as discussões inerentes a História, Sociologia, Arte e a Inclusão, reconhecendo a influência das Mídias no cenário nacional, pois

Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006, Art. 2º, parágrafo 1º).

Na compreensão sobre o Currículo e o Projeto Político Pedagógico – PPP, proporcionamos no estágio supervisionado a contribuição interdisciplinar baseada nos projetos, estabelecendo relação com os conteúdos abordados nas demais disciplinas deste período, considerando que

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central: I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Portanto, temos com base nas Diretrizes Curriculares Nacional promovido uma formação acadêmica, considerando as ações interdisciplinares e de responsabilidade pedagógica e social.



3.1.8. FLEXIBILIDADE

A flexibilidade, promovida pela estrutura curricular do curso de Pedagogia, permite ao discente a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em uma área de seu maior interesse, conhecer temas locais ou regionais e atualizar-se com novos assuntos relacionados à sua área de formação. Entendermos que o conhecimento não é estático e o contexto social e profissional deve procurar estar em constante atualização das problemáticas educativas. A esse respeito, é interessante mencionar a importância de estarmos sempre discutindo a matriz curricular, compreendendo o princípio da flexibilidade em prol da conquista da qualidade no ensino.

A prática docente se apresenta com alguns desafios que requerem um aprofundamento de conhecimentos específicos. Para atender esta questão, temos algumas disciplinas que permitem alterações em seus conteúdos, servindo de âncora para a reflexão e discussão de problemas do campo educativo que precisam ser compreendidas e superadas.

Nas disciplinas de tópicos especiais em educação, optativa, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso abordados, em forma de aprofundamento, conteúdos educativos essenciais para formação do professor educador do século XXI.

Também temos a flexibilização consolidada nas atividades complementares. Desta forma, o estudante poderá contabilizar no seu currículo participação em congressos, seminários, palestras, iniciação à pesquisa, atividades de extensão, monitoria e demais atividades que serão periodicamente ofertadas.

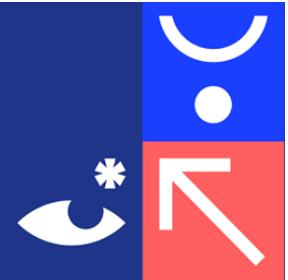
Nesse sentido, cabe destacar os Projetos Extensionistas Integradores (PEIs), componentes curriculares existentes, que, dentre outros objetivos, visa a promoção da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. A cada semestre, a disciplina leva ao desenvolvimento de projetos de extensão que se baseiam em processos interdisciplinares, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, promovendo a interação dos discentes/instituição/comunidade.

3.1.9. CONCEPÇÃO DE PESQUISA, FOCO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa é incentivada por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC) o qual tem por objetivo estimular o desenvolvimento do pensar criativo e a formação do conhecimento prático e metodológico do discente de graduação, sempre sob a orientação de um professor-orientador participante do projeto de pesquisa.

Os discentes participantes do PROIC/UNIFACEX poderão receber um atestado de participação, desde que cumpridas todas as diretrizes aqui estabelecidas, bem como as atividades explicitadas em um plano de trabalho.

É importante evidenciar que a seleção dos bolsistas de iniciação científica (PROIC/UNIFACEX) será de responsabilidade dos Coordenadores de Cursos, juntamente, com líderes de grupos e coordenador de projeto. Para tanto, deverá:



- Divulgar entre os discentes de graduação os objetivos e o período de inscrição no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PROIC/UNIFACEX), através de edital;
- Colocar o formulário de inscrição, na internet (site e no Ambiente Virtual de Aprendizagem), à disposição dos discentes candidatos ao Programa;
- Definir os critérios de seleção que irão adotar;
- Convocar dois professores-pesquisadores, preferentemente com titulação mínima de mestre, para comporem uma Comissão de Seleção que selecionará os discentes aptos ao Programa;
- Informar a Coordenação de Pesquisa e Extensão, em ata assinada pela Comissão, os nomes, em ordem alfabética, dos discentes selecionados para o Programa.

3.1.10. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

Com a finalidade de atender à legislação vigente para a Extensão, o UNIFACEX e o curso de Pedagogia têm por embasamento a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que determina em seu Art. 43, incisos VI e VII, que a educação superior tem por finalidade:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

[...]

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

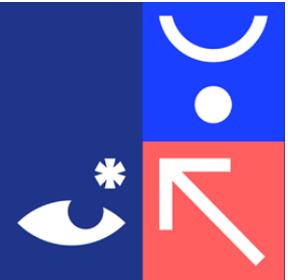
E, ainda, em seu Art. 44, inciso IV, a LDB esclarece que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

A referida resolução determina, em seu Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”; No Art. 7º dispõe, ainda, que “são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta resolução, e conforme normas institucionais próprias”.

O UniFaceX e o curso de Pedagogia cumpri com seu compromisso social e de responsabilidade social, em especial os de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente,



saúde, tecnologia e produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, a educação étnico-racial, os direitos humanos e a educação indígena.

Conforme determina o art. 8º da referida Resolução:

[...] as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos político-pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

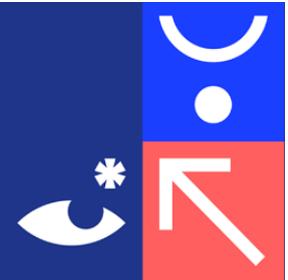
A Extensão se constitui importante e necessária forma de atuação acadêmica, ao lado do Ensino e a Pesquisa, que visa o aprimoramento dos conhecimentos por meio de articulações entre educação, cultura e ciência, estimulando a integração social entre academia e sociedade. Essa integração pode ser compreendida como uma relação social de impacto e transformação onde os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida, elegendo questões prioritárias, formulando soluções, compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

Através da realização das Ações de Extensão, os estudantes e toda a comunidade interessada têm a chance de desenvolver habilidades teóricas e práticas que venham a contribuir com seu crescimento pessoal e profissional. Essas ações são pensadas, inicialmente, a partir do princípio de indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Ao assumir esta postura o UNIFACEX expressa uma nova visão da sociedade em que se insere. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre a IES e a população. Por outro lado, retira o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, sinalizando para uma IES voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade visa produzir saberes tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, permitir que diferentes setores da população local e regional usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares. Os cursos e demais atividades de extensão podem também contribuir tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para o desenvolvimento de interesses pessoais.

O compromisso com os temas sociais permite que a ação educativa se torne significativa para a comunidade uma vez que contempla práticas sociais vivenciadas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, as atividades e ações de Extensão do UNIFACEX, além das ofertas próprias e internas, visam estabelecer, também, contatos e parcerias para trabalho conjunto com outras instituições e organizações que, de alguma maneira, estejam comprometidas com o trato das questões sociais, da ética e que se refletem no exercício consciente da cidadania. Tais parcerias representam não



apenas uma importante contribuição na aquisição de conhecimentos, mas também uma forma efetiva de se estabelecer o vínculo com a realidade sobre a qual se atua.

Tem-se, assim, um meio concreto de interação com o repertório sociocultural, permitindo resgate, no interior do trabalho acadêmico, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Essa perspectiva fundamenta-se na busca de sintonia com os dispositivos legais da LDB, com as necessidades que emergem das problemáticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, com os diversos segmentos da sociedade, instituições não governamentais (ONGs) e órgãos de Governo envolvidos com a melhoria das condições de vida da sociedade.

O Regimento Geral do UNIFACEX estabelece que a atividade de extensão se dará, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação. Já o PDI do UNIFACEX estabelece que a Extensão deva se pautar pelas seguintes diretrizes:

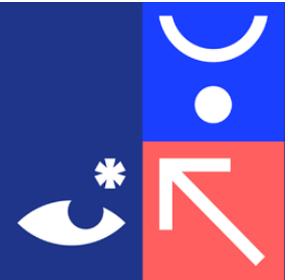
- Desenvolvimento de habilidades e competências do alunado possibilitando condições para que os discentes aprendam na prática os aspectos teóricos refletidos em sala de aula;
- Participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso;
- Oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades balizadas nos eixos temáticos do Fórum Nacional de Extensão;
- Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do discente em atividades extensionistas;
- Concretização de ações relativas a sua responsabilidade social.

A Extensão, como toda e qualquer atividade acadêmica, deve ser avaliada em processo contínuo, de forma a buscar o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação entre o ensino, a pesquisa e a formação do discente. Compete à CPE-Coordenação de Pesquisa e Extensão, ao NDE e ao colegiado a avaliação da pertinência, da relevância da utilização das atividades, dos resultados e dos objetivos da extensão na creditação curricular.

A atividade Extensionista curricular é sistematizada e acompanhado pelo coordenador do curso e pelos docentes responsáveis pelas disciplinas que tem estabelecido critérios em seus planos de ensino e de aula, para a obtenção de créditos curriculares e/ou o cumprimento da carga horária equivalente após a devida avaliação.

As atividades de extensão gerarão produtos que se caracterizarão pela responsabilidade social da Instituição, tornando-os então, acessíveis aos diversos setores da população de forma a transformá-los em partícipes dos resultados produzidos pelas atividades desenvolvidas intramuros na academia. Assim, entendendo que a “extensão” é uma ação que viabiliza a interação entre a Instituição e a sociedade, constituindo o elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática e promover a troca entre os saberes acadêmicos e o senso comum. As atividades de extensão serão realizadas semestralmente com envolvimento dos discentes, professores/tutores e comunidade.

No UNIFACEX, as atividades e ações de extensão são realizadas de acordo com documento próprio da instituição, denominado de Diretrizes da Extensão, concebido em concordância com as normas e legislação vigentes e que regulamenta esse tipo de atividade.



3.2. OBJETIVOS DO CURSO

3.2.1. GERAL

Formar professores e gestores (diretores e coordenadores) para desenvolver ações educativas e pedagógicas alicerçados pelo conhecimento científico, pela postura ética e crítica, considerando os aspectos sócio-político presentes no exercício de sua profissão no contexto contemporâneo.

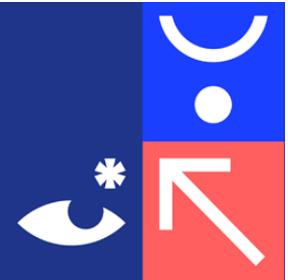
3.2.2. ESPECÍFICOS

- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica e científica dos discentes, através de práticas investigativas que lhes permitam teorizar a prática docente;
- Desenvolver competências necessárias para estabelecer relação teoria e prática nas experiências pedagógicas;
- Promover a compreensão sobre a relevância de práticas que evidenciem o respeito à diversidade cultural e a inclusão escolar;
- Possibilitar a aquisição de conhecimentos essenciais à prática docente e do gestor, visando à aprendizagem significativa e impulsionadora de ações educativas em instituição escolar, empresas, espaços filantrópicos (ONG's, associações, dentre outros);
- Estimular o diálogo, a autonomia, o empreendedorismo, o respeito, o compromisso, a responsabilidade com o exercício da profissão;
- Promover reflexão sobre a importância da formação continuada, responsável e comprometida com a sociedade.
- Envolver os discentes em práticas que permitam a utilização de recursos tecnológicos diversificados e motivantes.
- Incentivar a participação na extensão e pesquisa.

Ressalta-se que esses objetivos específicos representam o fundamento para a formação de profissionais, para atuar com ética no mercado de trabalho e em consonância com as metas e plano de desenvolvimento institucional. científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais.

3.3. PERFIL DO EGRESSO

O profissional formado pelo Curso de Pedagogia do UNIFACEX será capaz de atuar na docência e na gestão do trabalho pedagógico na Educação Básica, em instituições públicas e privadas, a partir



da compreensão do significado sociopolítico de sua prática pedagógica, com competência intelectual, técnica e consciência profissional.

Conforme a Resolução CNE/CP n.1/2006, no art. V, o egresso de Pedagogia deve estar apto para:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

[...]

IV - Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

[...]

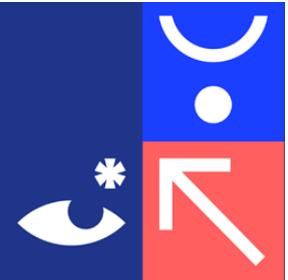
IX - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Nessa perspectiva, as **habilidades e competências** do Licenciado em Pedagogia se constituem em:

- Ter domínio dos conhecimentos teóricos e metodológicos que respaldam a ação docente e da gestão;
- Compreender os fenômenos educativos, superando a visão baseada no senso comum;
- Identificar aspectos culturais e sociais que interferem no processo educacional;
- Compreender e valorizar o conhecimento do educando;
- Possibilitar a construção de atitudes cidadãs;
- Analisar criticamente as práticas pedagógicas no processo de aprendizagem;
- Planejar e desenvolver ações educativas que possibilitem a superação das dificuldades de aprendizagem;
- Saber estabelecer articulações entre a teoria e a prática;
- Demonstrar compromisso com a educação na docência e na gestão.

As potencialidades (habilidades e competências) expressadas no exercício da profissão são adquiridas durante o processo de formação, tendo como base os conteúdos abordados nas disciplinas de cada núcleo (Ser Educador, Dimensões da Prática Educativa e da Gestão Escolar, Saberes e Fazeres da Prática Educativa na Educação Infantil e, nos anos iniciais do Ensino Fundamental) e nas experiências importantes nos estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Desse modo, os egressos têm a oportunidade de desenvolver comportamentos éticos, que primam pelo respeito às questões sociais e a formação do cidadão participativo. Atende também as especificidades do espaço educativo, ou seja, a promoção da aprendizagem significativa, oportunizando o desenvolvimento dos envolvidos do processo e permitindo que a equidade e a



justiça social tornem-se o aspecto fundamental no seu fazer profissional.

3.4. ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia vem sofrendo algumas alterações com base na análise avaliativa realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, amparadas em documentos legais – Resoluções CNE/CP n.1/2006; n.2/2015 e LDB 9.394/96 que formalizam o perfil e função do profissional da Educação. Na análise das necessidades observadas e discutidas com o corpo docente do curso reestruturou sua organização com a finalidade de assegurar a aquisição do conhecimento científico e o desenvolvimento dos discentes no processo de formação profissional.

Durante os quase 25 anos de existência do curso a matriz curricular tem sido alterada com base nos documentos legais e análise avaliativa realizada pelo NDE do curso. Mantivemos a matriz organizada nos quatro eixos/pilares, envolvendo os núcleos determinados pela Resolução CNE/CP n.2/2015, a saber: *os estudos integradores para enriquecimento curricular; o aprofundamento estudos dos conteúdos específicos e pedagógicos; e, os estudos de formação geral, envolvendo conhecimentos interdisciplinares e do campo educacional.*

Na distribuição das disciplinas na estrutura curricular levamos em consideração os eixos/pilares ancoradas na perspectiva de promover na formação:

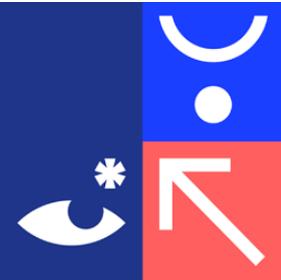
- I - A consciência do Ser Educador;
- II – O conhecimento sobre a Prática Educativa da Gestão Escolar;
- III – Os saberes da Prática Educativa na Educação Infantil;
- IV – Os saberes da Prática Educativa no Ensino Fundamental.

As disciplinas foram pensadas com o propósito de possibilitar a articulação da teoria com a prática nesses Eixos/pilares, favorecendo também uma intervenção interdisciplinar e o Trabalho Discente Efetivo – TDE.

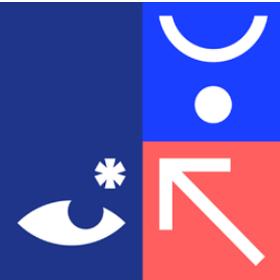
Quadro das disciplinas do Curso com as suas respectivas Cargas Horárias e Pré- Requisitos:

Desse modo, o Curso de Pedagogia UNIFACEX concebeu e oferta da Matriz Curricular do Curso abaixo definida, conforme as disciplinas, pré-requisitos, cargas horárias e divisões curriculares por semestre letivo (período do curso), a saber:

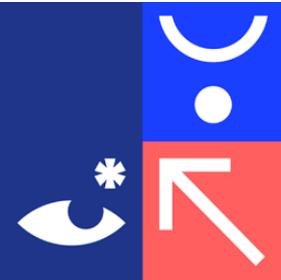
1º SEMESTRE – Ser Educador			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curriculariz ação	Carga horária (C/H) - TDE



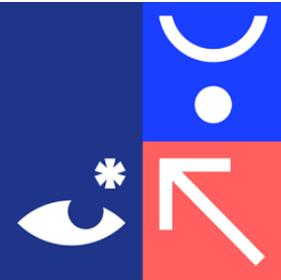
História da Educação Brasileira	-	-	66h (6hTDE)
Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas	-	-	66h (6hTDE)
Tecnologias e Mídias Educacionais	-	-	66h (6hTDE)
Psicologia educacional	-	-	66h (6hTDE)
Metodologia da Pesquisa Científica (EAD)	-	-	66h
Carga horária total			330h
2º SEMESTRE - Ser Educador e Prática Educativa da Gestão Escolar			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H)
Empreendedorismo (EAD)	-	-	66h
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	-	-	66h (6hTDE)
Organização política da Educação Básica (EAD)	-	-	
Currículo e Projeto Político Pedagógico	-	-	66h (6hTDE)
Didática	-	-	66h (6hTDE)
Carga horária total			330h
3º SEMESTRE - Ser Educador			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H)
Ciência, Sociedade e Cultura (EAD)	-		66h
LIBRAS (EAD)	-		66h
Educação para saúde, sexualidade e diversidade	-		66h
Educação e Ludicidade	-	15h	66h(6hTDE)
Arte e Educação	-	15h	66h(6hTDE)
Carga horária total			30h
			330h
4º SEMESTRE - Prática Educativa da Gestão Escolar			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H)
Prática Curricular em Pesquisa Educacional	-	30h	100h
Princípios da Gestão Escolar	-		66h(6hTDE)
O Pedagogo no espaço não escolar (EaD)	-		66h(6hTDE)
Planejamento e organização das atividades de estágio - EaD	Organização política da Educação Básica – Currículo e Projeto Político Pedagógico História da Educação Brasileira Didática	30h	66h
Estágio supervisionado na gestão	Organização		200h



	política da Educação Básica – Currículo e Projeto Político Pedagógico História da Educação Brasileira Didática		
Carga horária total		60h	498h
5º SEMESTRE – Ser Educador			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H) - TDE
Alfabetização e Letramento	-	15h	66h(6hTDE)
Literatura Infanto-juvenil	-	15h	66h(6hTDE)
Prática Curricular Alfabetizadora	-	30h	100h
Meio ambiente e sociedade (EAD)	-		66h
Corpo e Movimento na Educação Básica	-	15h	66h(6hTDE)
Carga horária total		75h	364h
6º SEMESTRE - Prática Educativa na Educação Infantil			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H) - TDE
Prática Curricular na Educação Infantil	-	30h	100h
Ciências Naturais na Educação Infantil	-	15h	66h(6hTDE)
Ciências Sociais na Educação Infantil	-		66h(6hTDE)
Matemática na Educação Infantil	-	15h	66h(6hTDE)
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Didática Alfabetização e Letramento Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas		100h
Planejamento e Organização do Estágio na Educação Infantil (EaD)	Psicologia do		66h

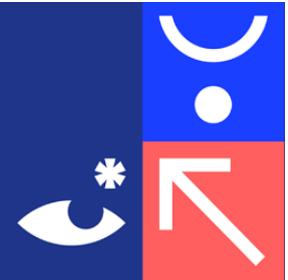


	Desenvolvimento e da Aprendizagem Didática Alfabetização e Letramento Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas		
Carga horária total		60h	464h
7º SEMESTRE - Prática Educativa no Ensino Fundamental			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H) - TDE
Língua Portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental	-	15h	66h
História e Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental	-	15h	66h
Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental	-		66h (6hTDE)
Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental	-		66h(6hTDE)
Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Didática Alfabetização e Letramento Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas		100h
Planejamento e Organização do Estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EaD)	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Didática		66h



	Alfabetização e Letramento Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas		
Carga horária total		30h	430h
8º SEMESTRE - Prática Educativa no Ensino Fundamental			
Disciplinas/ Atividades	Pré-requisito	Curricularização	Carga-horária (C/H)
Educação de Jovens e Adultos: aspectos teóricos e práticos (EaD)	-	15h	66h
Tópicos Especiais em Educação	-		66h
Optativa*	-		66h
Prática Curricular em Pluralidade Cultural	-	60h	100h
Trabalho de Conclusão de Curso	Estágio Supervisionado do gestor, ed. Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento e Organização do Estágio na gestão, ed. Infantil e ens.fund		66h
Carga horária total		75h	364h

Resumo Geral da C/H Total do Curso de Pedagogia - UNIFACEX	
Disciplinas	Carga-horária (C/H)
I - Disciplinas Obrigatórias do Currículo Pleno	2.310h
II - Prática Curricular	400h
III – Estágios obrigatório	400h
IV – Atividades Complementares (total)	200h
V – Curricularização da extensão	330h
TOTAL GERAL (I + II + III+IV)	3.310h



DISCIPLINAS OPTATIVAS	C/H
SEMINÁRIOS	66h
GESTÃO DAS EMOÇÕES	66h

Curricularização da Extensão

Para atender a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e determina em seu Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”; e ainda No Art. 7º dispõe, que “são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta resolução, e conforme normas institucionais próprias”.

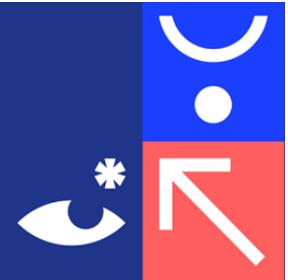
No UNIFACEX, as atividades acadêmicas de extensão estão integradas à matriz curricular do curso de Graduação em Pedagogia, por meio de algumas disciplinas distribuídas na matriz curricular, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico de interação com a comunidade em que o UniFaceX está inserido. Esses componentes curriculares, interdisciplinar, objetiva promover a interação transformadora entre o UniFaceX, o curso de Pedagogia, outros setores e atores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em permanente articulação do ensino e da iniciação científica, ancorada em processo pedagógico único. A interação da comunidade acadêmica com a sociedade pela troca de conhecimentos, pela participação e pelo contato com as questões presentes no contexto social contribuirá com a formação do discente como profissional e como cidadão crítico, reflexivo, ético e responsável.

3.5. CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura e os conteúdos curriculares foram determinados a partir da reflexão sobre o perfil do Pedagogo, considerando as atualizações determinadas pelos documentos oficiais e a necessidade de realizar projetos interdisciplinares e consistentes entre teoria e prática. Vale ressaltar que a partir da matriz de 2023 passamos a integralizar formalmente os 24% da carga horária a ser desenvolvida na modalidade da Educação a Distância.

A organização curricular foi gerada, na concepção da coordenação do curso, e NDE, como uma ferramenta capaz de induzir o corpo discente a estabelecer um contato com o mercado, que, por conseguinte, contribua de forma ativa para o processo de ensino-aprendizagem, ao tempo que seja passível de controle por parte da coordenação.

A disposição respeita ainda a distribuição e adequação de carga horária entre as unidades curriculares; a acessibilidade metodológica; sendo estas variáveis, alvo de constantes revisões por



parte do NDE. Cabe ressaltar, que o acervo, por ter a maior parte em formato digital, as obras são sempre atualizadas, proporcionando às discentes vivências com temas mais contemporâneos e que assim, o mesmo, consiga se atualizar em leituras a posteriores, não ficando preso apenas aos conhecimentos debatidos com os docentes em sala de aula.

O curso está cumprindo às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 com a disciplina de História e Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Prática curricular em Pluralidade Cultural.

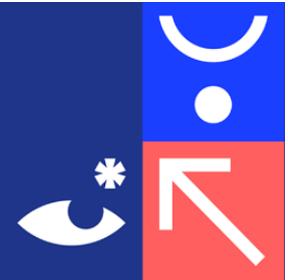
No que tange às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002, a Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas de Educação para saúde, sexualidade e diversidade; Meio Ambiente e Sociedade e em outras atividades de forma transversal.

3.6. METODOLOGIA

É preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. O cerne de todo fazer universitário é o conhecimento e as relações que em torno dele se estabelecem por meio de sua produção, transmissão, apropriação e disseminação, a partir e para a realidade social. O discente precisa aprender a estudar por si mesmo.

A evolução do conhecimento é de tal ordem que o curso não consegue supri-lo integralmente. Consoante esse conceito, a equipe docente deve pautar sua ação educativa em procedimentos que promovam a autonomia do discente e sua capacidade de análise e interpretação. Tendo em vista essas colocações, o UNIFACEX busca adotar uma metodologia de ensino que tenha como fundamentos expressos:

- Assumir que o conhecimento não é algo pronto, acabado e verdadeiro, mas provisório, relativo, datado no tempo e no espaço, produto da investigação, podendo ser alterado;
- Assumir a procura da criatividade, concebendo o estudo, por meio de novas formas de seleção e articulação do conteúdo, como uma situação construtiva e significativa que ocorre a partir de temas, questões e problemas;
- Garantir uma situação que não predomine a síntese e onde possa ocorrer o equilíbrio entre síntese e análise. Nesse sentido, algumas ações serão prioritárias no que se refere à inovação pedagógica e à formação do profissional cidadão;
- Avaliar continuamente os processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos objetivos da IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- Garantir a qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades de sua clientela;



- Promover a integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do discente na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática.

Assim sendo, no curso de Pedagogia estamos buscando sempre inovar com metodologia inovadoras e estratégias incentivadoras do processo ensino-aprendizagem, promovendo a curiosidade e a autonomia.

3.7. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO)

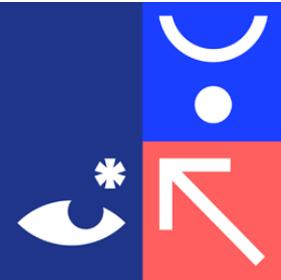
O Estágio obrigatório constitui-se de atividades elaboradas com o objetivo de propiciar a aproximação com a realidade profissional, através da participação em situações de trabalho, envolvendo professores e estudantes em espaços de educação formal e não formal. Essas atividades devem ser pautadas pela articulação entre as diferentes áreas do conhecimento num processo permanente de ação-reflexão-ação. A referida atividade acadêmica é ofertada em três etapas que se totaliza em 400h, conforme a Resolução CNE n.02/2015.

Na perspectiva da organização e concretização do Estágio Curricular Obrigatório, este documento apresenta orientações e ações para ser realizadas, de modo a assegurar aos graduandos experiências no exercício profissional, de acordo com o art. 8º, inciso IV das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e no art. 13, 1º parágrafo, inciso II, determinando que estão distribuídas na gestão e na docência da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais. No entanto, a partir de 2018 se cumpri na matriz curricular de Pedagogia a determinação da Resolução CNE n.02/2015, art.13, “II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição”.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do UNIFACEX define o Estágio Curricular Obrigatório em três momentos. Inicia-se no 4º período com ênfase na Gestão Escolar e não escolar; no 6º período, as atividades se concentram no desenvolvimento de práticas educativas, no âmbito da Educação Infantil e no terceiro momento, 7º período, a ênfase é dada nos anos iniciais do Ensino Fundamental no ensino regular e na modalidade da educação de jovens e adultos, podendo realizar-se em instituições educacionais formais (escola) e não formais. Na experiência dos estágios os conhecimentos prévios das disciplinas básicas são importantes para o seu desenvolvimento, por esta razão temos alguns pré-requisitos.

O documento que registra as atividades do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia do UNIFACEX se constitui em Portfólio ou relatório, preferencialmente em dupla. Este difere das atividades desenvolvidas normalmente nas disciplinas, por caracterizar-se síntese que articula, de forma interdisciplinar, os conhecimentos teóricos com as atividades práticas vivenciadas pelo aluno em situações reais da dinâmica do trabalho.

Com base em algumas ações desenvolvidas no estágio concretizam-se algumas atividades de extensão quando há abertura no local. O discente/estagiário, deve registrar planejamento, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo de estágio. Por meio dos registros se estabelece relações



entre a vivência do estágio e o aporte teórico dado na academia e adquirido pelo discente, para produção de suas reflexões no relatório ou portfólio.

Os registros devem ser feitos diariamente, sinalizando os sujeitos envolvidos, o local, a situação observada, as condições que podem estar interferindo na experiência, a influência da rotina e normas institucionais no fenômeno, dentre outros. No ambiente observa-se também a utilização de recursos didáticos, dentre eles os tecnológicos e a prática inclusiva.

O acompanhamento e a avaliação do estágio compreendem momentos presenciais e vivenciais. Os momentos presenciais acontecem em sala de aula da IES, nos quais são realizados estudos de fundamentação teórica, análise e aperfeiçoamento dos instrumentos para coleta de informações; registro, análise, sistematização das situações vivenciadas e orientações do planejamento a ser realizado no campo de estágio.

Na fase de desenvolvimento do estágio os alunos têm encontros sistemáticos assegurados para tirar dúvidas e receber orientações em atendimento específico as suas necessidades do campo de estágio.

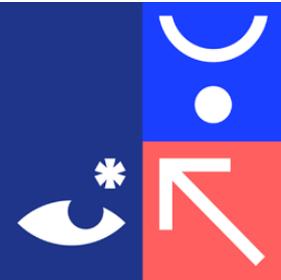
Nos momentos vivenciais os alunos são encaminhados ao campo de estágio, para proceder à coleta de informações que irão subsidiar as atividades pedagógicas e finalmente realizar as atividades práticas concernentes a experiência na gestão e na sala de aula. Nesta fase são acompanhados pela direção, coordenação e/ou professores na instituição onde se realiza o estágio; além do docente responsável pela disciplina.

O Estágio no 4º período proporciona as experiências práticas na Gestão escolar e não-escolar nos momentos de:

- a) Caracterizar a estrutura administrativa da escola ou espaços não escolares visando compreender a dinâmica e o funcionamento da instituição.
- b) Conhecer aspectos relativos à organização e funcionamento da gestão pedagógica da escola ou espaços não escolares.
- c) Compreender as formas de captação e gerenciamento dos recursos financeiros destinados às escolas ou outras instituições.
- d) Vivenciar nos espaços escolares e não escolares situações práticas relativas à gestão em suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira - reunião de conselhos, reuniões com professores e pais, assembleia da Caixa Escolar, prestação de contas, reunião do gestor com os vários setores da escola, reuniões para discutir o PPP, dentre outros;
- e) Participar do planejamento dos professores com a coordenação pedagógica.

No 6º e 7º períodos, as atividades se concentram no desenvolvimento de práticas educativas, no âmbito da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, momento em que são desenvolvidas as atividades de:

- a) entrevista com o professor/educador/coordenador;
- b) leitura do documento que orienta a ação educativa da instituição;
- c) observação e registro da dinâmica da sala de aula ou de outros espaços educativos;
- d) apoio ao professor/educador ou responsável na execução das atividades de sala de aula ou de outros espaços de aprendizagem;



e) planejamento e regência em sala de aula.

Os discentes são acompanhados por professor que orienta as ações de Estágio e por demais profissionais da instituição campo da prática desenvolvida. A relação entre os espaços abertos para o exercício da prática e a IES deve se constituir de intervenção colaborativa.

O Termo de Compromisso do estágio é firmado entre as duas instituições, assegurando o convênio entre ambas as partes, de modo que representa uma parceria respaldada na postura ética e sem custo financeiro. O campo de estágio envolve escolas e ambiente não-escolar (públicas e privadas), que prontamente se dispõe oferecer o espaço de aprendizado e troca de experiência.

Os discentes no final de cada estágio apresentam em seminário a síntese da experiência, orientado pelo docente da disciplina da IEs. Também entrega o relatório ou portfólio contendo mais detalhadamente o processo de experiência e aprendizado adquirido em campo. Quando houver abertura no campo de estágio acrescenta-se as intervenções específicas (palestra, minicurso, oficina, entre outros), para atender as demandas observadas e sugeridas pela equipe gestora.

3.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATC)

As atividades complementares (ATCs) visam articular a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada, envolvendo, por exemplo, monitorias, estágios não-obrigatórios, programas de iniciação científica, programas de extensão, eventos e cursos realizados em áreas afins.

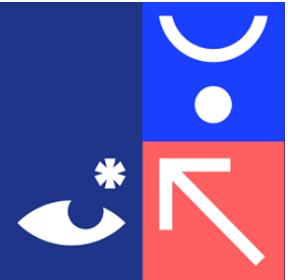
De acordo com o estabelecido pelas DCNs, as ATCs serão desenvolvidas no decorrer do curso totalizando 200 horas em conformidade com a Resolução CNE n.2/2015, que são integralizadas ao longo do curso. O cumprimento mínimo dessa carga horária é obrigatório para conclusão do curso.

As atividades complementares, para serem validadas, devem estar em consonância com a formação pretendida e alinhada com as atividades e categorias previstas no Manual de Atividades Complementares do UNIFACEX.

Entretanto, não constitui uma obrigação do curso de graduação em Pedagogia do UNIFACEX oferecê-las por meio da Coordenação de Pesquisa e Extensão. Outrossim, diversas atividades são promovidas como estímulo ao cumprimento das ATCs, a saber: seminários, minicursos, colóquios, jornadas, visitas técnicas, simpósios, monitoria de ensino e extensão, publicação de trabalhos, iniciação científica, participação em defesas de teses, dissertações e monografia da área, organização de eventos, estágio não obrigatório, dentre outros. Além das atividades realizadas internamente, o curso estimula a participação dos discentes em congressos locais, regionais, nacionais e internacionais, encontros, atividades em geral da área, oferecidas por outras instituições.

As atividades complementares são institucionalizadas pelo UNIFACEX através de Manual próprio. A partir das diretrizes deste manual, o curso de graduação em Pedagogia, com o auxílio de um sistema de informação acompanha o processo de ATC.

O acompanhamento é realizado da seguinte maneira: o discente anexa o documento comprobatório da atividade desenvolvida no portal do aluno. Os documentos são a comprovação da atividade, que posteriormente são analisados quanto aos seguintes aspectos: veracidade, coerência técnica e alinhamento de categoria, considerando as determinações expressas no manual



de ATC. A análise é realizada pelo coordenador do curso que, ao validar o documento apresentado, o sistema lança a carga horária compatível. O sistema foi desenvolvido por equipe própria de informática do UNIFACEX e serve a todos os cursos da instituição.

3.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na proposta curricular atual o trabalho de conclusão do curso vem sendo elaborado ao longo dos últimos semestres, articulando-se às disciplinas da matriz curricular Pesquisa Educacional e TCC. Além dessas disciplinas subsidiam as experiências vivenciadas no decorrer dos estágios que acontecem no 4º período, no 6º período e no 7º período do curso. No último semestre, o aluno conclui a sistematização das experiências vivenciadas no processo de formação, culminando em uma produção científica (resumo expandido/artigo/portfólio), a qual se define pelo Colegiado e constituirá no trabalho de conclusão de curso.

Os professores são convidados à orientação dos projetos dos artigos de acordo com o tema. Além dos orientadores, os discentes contam com o professor da disciplina TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, que ficará responsável pela orientação das determinações normativas do texto científico.

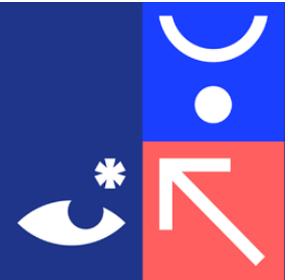
No 8º semestre será produzido e depositado o TCC em data previamente estabelecida e apreciada por uma banca de leitores, sendo divulgado o resultado em conceitos, conforme determinação em conselho do curso. Na avaliação as produções que adquirirem o conceito A (9 a 10 pontos) podem ser encaminhadas para revista Capem Diem avaliar a possibilidade de publicação; caso o professor orientador e o discente estejam de acordo.

A regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se expressa nas normas da ABNT e na estrutura definida e aprovadas pelo conselho de curso; que também se encontra em consonância com o Regimento da IES.

3.10. APOIO AO DISCENTE

3.10.1. ACOLHIMENTO

No primeiro dia de aula acadêmico, o discente tem acesso ao Manual do Discente disponibilizado via Ambiente Virtual Acadêmico (AVA), com todas as informações relevantes e que dizem respeito à sua futura vida acadêmica. Também, no início dos semestres letivos, uma apresentação é proferida; o que ajuda na propagação do conteúdo supracitado. Aos ingressantes são oportunizadas reuniões com palestras sobre o perfil de cada curso, a missão e a filosofia institucional, os serviços ofertados, direitos e deveres, normas acadêmicas e os discentes têm acesso a todos os espaços comuns da instituição. Além disso, os discentes do UNIFACEX são apoiados constantemente via suporte acadêmico e pedagógico (virtual e presencial) pelos professores e coordenação que necessitem de esclarecimentos pedagógicos.



3.10.2. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

As políticas do UNIFACEX para apoio psicopedagógico aos discentes estão estabelecidas no Serviço de Apoio Psicopedagógico ao Estudante, a disposição na instituição, e tem como intuito auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão incluindo desde a recepção aos novos estudantes até o acompanhamento e apoio às suas necessidades, ligadas direta ou indiretamente à vida acadêmica.

Encaminhamentos ao Setor de Psicopedagogia dos discentes com dificuldades no aprendizado, no relacionamento ou na produtividade acadêmica são ações previstas e utilizadas no cotidiano acadêmico, seja de modo espontâneo (quando a discente por sua iniciativa e conta própria procura o referido Setor da IES e realiza atendimento), seja de modo provocado, quando passa a existir um encaminhamento do discente pela Coordenação do Curso, a partir ou não de pedido de algum docente específico do Curso.

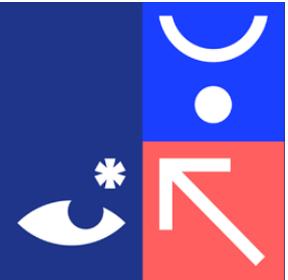
3.10.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O UNIFACEX considera o processo seletivo como o momento prévio de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. A partir do mesmo e em conjunto com as avaliações regulares em sala de aula, que é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem, é planejado o nivelamento dos discentes em áreas/disciplinas/conhecimentos básicos, quando necessário e se justificar.

Neste sentido, a IES, com o auxílio dos setores competentes e colegiado dos cursos, propicia ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula, buscando identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional. A política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

- Acompanhamento e orientação didática, de modo prioritário, aos discentes ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Orientação aos discentes que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas ditas básicas;
- Organização de atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não;
- Oferta de cursos de extensão em língua portuguesa e matemática básica. Estes cursos de nivelamento visam suprir as deficiências básicas dos discentes que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os discentes que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio;
- Desenvolvimento de turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso.

3.10.4. ATENDIMENTO EXTRACLASSE



A todos os discentes é disponibilizado um apoio pedagógico realizado pelos professores, previsto em suas atribuições docentes regulares. Quando os discentes apresentam suas necessidades específicas ele é orientado para o setor psicopedagógico fazer o atendimento em relação às mais diversas questões e problemas que enfrentam no dia a dia no Curso e suas peculiaridades.

Para o atendimento geral dos discentes, existem, na Central de Relacionamento da Instituição, setores de atendimento financeiro, setor de atendimento acadêmico ao discente, setor de controle acadêmico, setor de admissão e matrícula, setor de diplomas, secretaria geral, entre outros, tudo devidamente estruturado e organizado para dar todo o suporte aos discentes nas suas mais variadas necessidades e demandas. A Central de Relacionamento está aberta diariamente.

É importante lembrar que vários dos serviços e atendimentos que são prestados na referida Central de Relacionamento, atualmente já podem ser prestados virtualmente por meio do site do UNIFACEX, através dos vários sistemas específicos de serviços disponíveis virtualmente na plataforma.

3.10.5. MONITORIA

De acordo com o regimento geral do Centro Universitário Facex, a Monitoria, como atividade acadêmica auxiliar, é exercida por discente regular de curso de graduação do Centro Universitário que já tenha cumprido, de forma exitosa, a disciplina ou atividade programada para o exercício da monitoria. A Monitoria é contabilizada academicamente como atividades complementares, segundo normas específicas da instituição.

A função do monitor é voluntária, não constitui cargo ou emprego e nem gera vínculo empregatício de qualquer natureza com a IES. Durante o período de vigência da Monitoria, o discente terá como incentivo da Instituição a isenção de taxas. O discente deverá ter disponibilidade de, no mínimo, 6 (seis) horas semanais, distribuídas entre o acompanhamento do professor regente da disciplina, em sala de aula e atividades técnico-didáticas, ligadas ao ensino da disciplina, conforme plano de trabalho a ser apresentado à Coordenação do Curso.

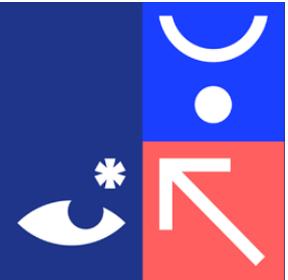
3.10.6. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O UNIFACEX incentiva a participação do discente na vida institucional considerando que é nessa função que reside sua essência e seu principal motivo de existir. A formação do cidadão ético, participativo e proativo se concretiza por meio de suas ações como acadêmico e que depois se somatizam no meio social.

No UNIFACEX, o ponto de vista do discente é primordial para o aperfeiçoamento das políticas e práticas desta IES, por isso estimula-se a participação da representação discente nos Colegiados de Curso, na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e nos Conselhos Superiores.

3.10.7. POLÍTICA DE BOLSA

A política de bolsa passa pelos convênios/parcerias com empresas privadas e instituições públicas, pelo programa próprio de oferta de desconto padrão aos discentes, possibilitando inclusive, negociações individuais para atender demandas específicas da comunidade discente. Além disso, o UNIFACEX disponibiliza bolsas de descontos nas mensalidades levando em consideração a



nota do discente no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

O UNIFACEX dispõe de Central de Relacionamento para atender a comunidade acadêmica, com setores especializados de atendimento ao financeiro, acadêmico, social (setor Psicopedagógico e Ouvidoria), FIES/PROUNI e empregabilidade (setor de estágio não-obrigatório). A Central de Relacionamento também disponibiliza diversos serviços online para atender aos discentes tanto no aspecto acadêmico quanto no financeiro.

3.10.8. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS

O estágio profissional, não obrigatório, constitui-se em atividade de formação acadêmico-profissional do discente, é realizado por livre escolha e deve ter registro na secretaria acadêmica. O Estágio não-obrigatório se encontra em conformidade com a determinação das diretrizes curriculares considerada no projeto pedagógico do curso. Também se ampara na Lei Nº 11.758/2008, que altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; no Regulamento Institucional de Estágio não Obrigatório do UNIFACEX e, ainda, nas determinações do Conselho do Curso.

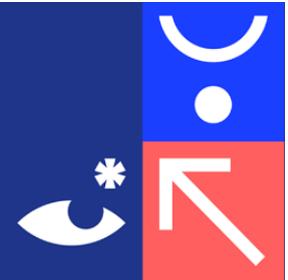
O Estágio não obrigatório só poderá ser realizado através de Agentes de Integração ou empresas previamente e devidamente conveniadas com o Centro Universitário Facex. A Instituição detém o instrumental necessário para gerir e regulamentar todos os processos referentes à atividade de estágios de forma autônoma e em parceria com agências de integração. Esta organização abrange: suporte administrativo; centralização das informações; administração, organização e controle dos relatórios e avaliações sobre estágio; viabilização do relacionamento com as empresas, mediante negociação de convênio, contrato e outras parcerias. A Instituição investe em um relacionamento com o mercado que permite aos discentes o engajamento em posições nas organizações, de modo a potencializar o seu aprendizado.

Todo estágio deve ser precedido de um Plano de Atividades (PA) para nortear a atuação e inserção do discente no ambiente de estágio. Tal plano de atividades do estagiário, elaborado conjuntamente pelas 3 (três) partes, será incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio (TCE) por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

O processo de avaliação é contínuo, tendo como referência o desempenho do estagiário e o seu Plano de Atividade. As atividades para avaliação são realizadas através de relatórios elaborados pelo estagiário. O relatório será avaliado pelo professor orientador e homologado pelo Assessor de estágio.

Cabe a assessoria de estágio, realizar visitas in loco para avaliar o trabalho desenvolvido pelo discente estagiário, ou outros meios de acompanhamento que forem julgados necessários.

Existe uma política de Estágio na Instituição que dá suporte ao Estágio Não Obrigatório, em consonância com os coordenadores e professores orientadores de todos os cursos de graduação, visando à preparação para o trabalho produtivo de discentes, bem como o desenvolvimento do Programa e acompanhamento dos estagiários nas empresas concedentes para crescimento pessoal e profissional. Mantém-se contatos com Empresas, Agentes de Integração e Instituições em geral, objetivando ampliar o rol de empresas conveniadas e ofertantes de estágio e empregos, que tem como canal de divulgação das vagas o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Evidencia-se ainda que ocorrem orientações periódicas com os discentes para elaboração de currículos, como se portar no



processo de entrevista de emprego e outros encaminhamentos necessários.

O Curso de graduação em Pedagogia do UNIFACEX reconhece no estágio uma singular oportunidade de aprendizagem para o aluno, tendo em vista permitir ao mesmo um contato direto com as práticas operacionais cotidianas, sempre em um ambiente de realidade profissional. Por meio desta vivência se consolida os conhecimentos teóricos e o desenvolvimento interpessoal, permitindo conhecer uma realidade que certamente fará parte de seu dia a dia profissional.

Assim, o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do discente para a vida cidadã e para o trabalho.

O referido Estágio é uma atividade opcional ao discente, possibilitando o conhecimento das habilidades inerentes a prática profissional. O campo de Estágio não obrigatório deve contribuir para ampliar o aprendizado do discente através da observação e do apoio nas práticas pedagógicas do profissional titular, não sendo uma exigência o domínio de competências, pois ele não irá assumir a regência de sala de aula e nem outras atividades que extrapolem a sua finalidade. O discente deve estar devidamente matriculado nas disciplinas regulares do curso e ter um professor responsável pela realização das atividades.

Essa é uma realidade que se difere do Estágio Obrigatório, pois neste o discente terá que corresponder a etapa do curso determinada, de modo que ele esteja apto a desempenhar novas atividades e atribuições, seguindo um processo crescente de conhecimentos e habilidades profissionais exigidas.

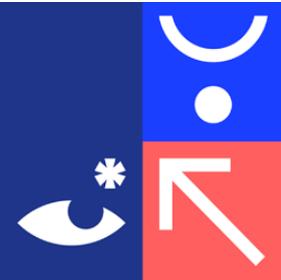
Os discentes do curso de Pedagogia do UNIFACEX estarão autorizados, por este Projeto de Curso, a realizarem seus estágios não-obrigatórios matriculados a partir do primeiro (01) período do curso, de forma regular. Acreditamos ser importante o discente no início da sua formação se familiarizar com a identidade profissional, atuando como apoio pedagógico do professor titular. Entendemos que o discente, nessa modalidade de estágio, não poderá assumir uma sala de aula, pois não estar apto pedagogicamente a desempenhar atividade de cunho profissional, própria da docência. Reafirmamos que a oportunidade servirá para o discente conhecer e/ou reconhecer a identidade e função do profissional da educação.

Nesta ótica, as atividades de estágio são possíveis de serem exercidas pelos discentes do curso de Pedagogia por meio de estágios não-obrigatórios nos diversos órgãos e instituições (públicas e privadas), bem como junto a profissionais liberais, devendo necessariamente obedecer a um conjunto de critérios, cujo controle se dá por meio da verificação da compatibilidade das atividades de estágio pretendidas pelo discente/empresa.

3.10.9. OUVIDORIA

O UNIFACEX possui o setor de ouvidoria desde 2009, cuja função é estabelecer um canal de comunicação entre os membros da comunidade acadêmica e a Gestão do Centro Universitário. Possui atendimento presencial, telefônico, on-line e sistema (<http://ouvidoria.unifacex.com.br/pagina/inicio>).

Tratando-se especificamente dos discentes, a ouvidoria do UNIFACEX conta com os gestores acadêmicos (coordenadores de curso e Pró-Reitoria Acadêmica) para deliberar as demandas, além



da Central de Relacionamento, setor financeiro, setor de estágio não-obrigatório, Call Center, setor de TI, setor Psicopedagógico e Reitoria, de maneira geral.

3.11. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

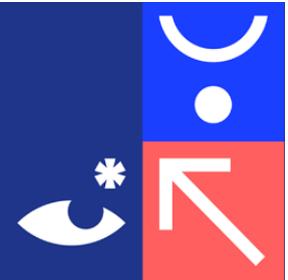
A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como, verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do PDI, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação. Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhados por toda a comunidade acadêmica. Nesta perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de autossuperação pelos atores-sujeitos e de autorregulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia. Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação e de compromisso com o futuro.

A avaliação do desenvolvimento institucional é um processo contínuo de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. Desta forma, a política para a avaliação institucional no UNIFACEX está assentada nos seguintes objetivos:

- Orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho, em consonância com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Reformular as políticas gerais da Instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o Programa;
- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;
- Incrementar o Processo de Avaliação Institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medidas elas se articulam e correspondem à missão da Instituição na formação do profissional, na produção,



divulgação e aplicação do conhecimento;

- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, a Avaliação do Desenvolvimento Institucional implica a criação de uma metodologia de acompanhamento ordenado das ações e prioridades, analisando a distância entre o pretendido e o realizado com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos do UNIFACEX e de sua imagem junto à sociedade, tendo como parâmetro de eficácia o alcance social das atividades, a eficiência do funcionamento e o crescimento destas atividades.

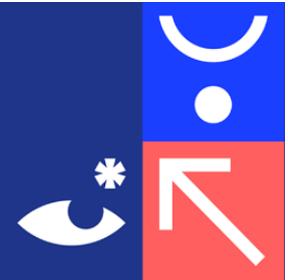
Desde a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pelo Ato GD nº 02, de 10 de junho de 2004 e aprovada pelo CONSUP em 11 de agosto de 2004, o processo de autoavaliação passou a ser uma das atribuições da CPA. Para tanto, se utiliza de uma gama de instrumentos de acompanhamento e avaliação institucional que se encontra descrita no documento intitulado de “Plano de Avaliação Institucional”. Nele, são detalhadas todas as fases do processo de avaliação interna, bem como aspectos metodológicos e epistemológicos relevantes. É importante ressaltar que, de forma geral e independente do instrumento utilizado, a CPA entende que as orientações do Conselho Nacional de Ensino Superior (CONAES), através das 10 dimensões, norteiam as políticas institucionais de planejamento e de avaliação.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico do curso de Farmácia constantemente sofre avaliações e análises da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando seu aprimoramento e melhoria continuados dentro de um processo de atualização focado basicamente nas mudanças pedagógicas e curriculares que o curso precisa implementar, no tempo e no espaço, no seu cotidiano acadêmico e fazer pedagógico.

Nas reuniões ordinárias do NDE, tais verificações são realizadas sempre com a participação opinativa do Conselho de Curso (CONSEC), ou por grupo específico de docentes de disciplinas e/ou atividades acadêmicas diretamente ligadas ou com interesses pedagógicos nas discussões e soluções em análise, visando à ampliação dos debates e do alcance das soluções. Para tanto, este processo permanente de avaliação interna do Curso leva sempre em consideração:

- O desempenho global do Curso, compreendendo todas as modalidades de Ensino e Extensão por ele desenvolvidas (em suas mais variadas atividades, ações, projetos e programas);
- O atendimento dos Padrões de Qualidade fixados para a área do Curso;
- Relatórios de usabilidade, atividades e interações do ambiente virtual de aprendizagem;
- Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- Os resultados das Avaliações Institucionais da CPA da IES sobre todo o corpo docente do Curso com disciplinas, sobre Curso em si, sua Coordenação, e sobre a própria IES, Sede e Polos, avaliações institucionais estas realizada ao final dos módulos das disciplinas. Participam o Corpo Docente, Corpo Discente e a Coordenação do Curso.
- Resultados de avaliação externa.

Todos esses elementos servem de base para uma reflexão somativa na ótica de aprendizagem



colaborativa, compreendendo se o perfil do egresso vem sendo alcançado a partir dos desenhos de formação apresentados. E concomitantemente a isso, informa se todo o contexto dos serviços institucionais atende a contento ao nosso graduando, tendo como eixo norteador a sua melhor aprendizagem.

Essa perspectiva de leitura permanente da qualidade da formação perpassa pela adoção do comportamento de reflexão – amadurecimento – ajustes – ações de aperfeiçoamento. Os insumos devem levar a Coordenação e seu NDE a ponderar sobre as variáveis que tem interveniência na execução do perfil do egresso.

3.12. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

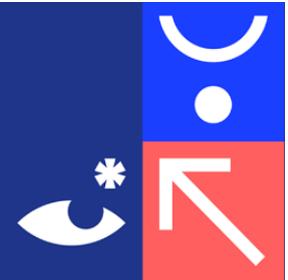
Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam nos processos informacionais e comunicativos, como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais. No contexto atual no qual o farmacêutico se insere, a incorporação dessas Tecnologias se faz relevante no curso de Farmácia, já que as TICs contribuem para o fornecimento de novas formas de busca ao conhecimento que está sob constante evolução.

No aspecto estritamente pedagógico e acadêmico, tem-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma importante e completa ferramenta/instrumento de apoio didático pedagógico ao docente, sendo um valiosíssimo mecanismo virtual de suporte às suas necessidades de ensino, tendo em vista que por meio de qualquer computador com acesso à internet, ou até mesmo a partir de um smartphone, em qualquer parte do mundo, o professor poderá executar inúmeras tarefas e ações não presenciais, em ambiente virtual. Todo conteúdo informativo e documental de caráter acadêmico e administrativo institucional no UNIFACEX, quando disponível, sempre será postado na internet através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), nomeado “Sala Virtual Unifacex”, disponível 24 horas por dia, diretamente em link próprio no site do UNIFACEX (<http://www.unifacex.com.br>) ou diretamente no endereço eletrônico: <http://salavirtual.unifacex.com.br/acad/login/>.

Neste ambiente (que é também o meio-veículo oficial de comunicação virtual da IES) todos os Discentes, Professores, Coordenadores e demais órgãos e dirigentes da instituição de ensino podem manter contato permanente uns com os outros para os mais diversos propósitos, postar materiais, realizar uma série de tarefas (como avaliações on-line) e se utilizar de várias ferramentas.

Os professores, por exemplo, enviam seus materiais pedagógicos e comunicados diretamente junto aos discentes (que são encaminhados, automaticamente, para o e-mail do discente), e a Coordenação do Curso pode enviar comunicados importantes para uma turma específica, ou para todos os discentes do Curso, além de postar materiais. O uso do AVA é obrigatório e cabe aos discentes, professores e Coordenações de Curso o constante e produtivo acesso contínuo à tal ferramenta.

É também na Sala Virtual que os discentes podem consultar o acervo da biblioteca física do Unifacex, bem como podem ser redirecionados à biblioteca virtual, chamada de “Biblioteca a+”, que



consiste em uma plataforma que reúne o conteúdo digital do Grupo A Educação e seus selos editoriais: Artmed, Artes Médicas, Bookman, McGraw-Hill e Penso. A “Biblioteca a+” compreende mais de 2000 títulos em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por autores nacionais e estrangeiros. Com essa plataforma, os professores e discentes poderão ter acesso rápido, onde e quando precisarem, a conteúdo científico e profissional de alto padrão, extremamente importantes para a sua formação.

3.13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação visa a aferição do desempenho do discente de forma continuada, permitindo a avaliação do processo e do resultado esperado, conforme definido no projeto pedagógico do curso, baseando-se nas competências, habilidades, atitudes e conhecimentos curriculares desenvolvidos.

A frequência às aulas e demais atividades curriculares, permitida apenas aos discentes devidamente matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei. A avaliação de aprendizagem terá objetivo formativo no qual se identificará as carências que não foram bem trabalhadas nas unidades letivas e que servirão de reflexão para aprimoramento metodológico da unidade seguinte. Para tal, seguindo calendário divulgado pela coordenação do curso, após cada uma das avaliações, haverá um momento denominado de “socialização dos resultados”, no qual o docente e os discentes discutirão, em conjunto, as questões abordadas na avaliação, as principais dificuldades e fragilidades percebidas e as estratégias que poderão ser utilizadas para aprimorar as metodologias de ensino.

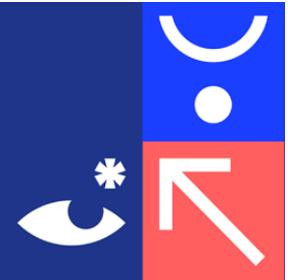
Para efeito de aprovação em disciplina, é requerido do discente, além do cumprimento das exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento Geral, que haja frequência mínima em 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades curriculares previstas na carga horária da disciplina, considerando-se reprovado, automaticamente, aquele que não satisfaça tal condição.

O aproveitamento é avaliado a partir do acompanhamento contínuo do discente e dos resultados por ele obtidos nas avaliações que consistem de um conjunto de verificações de aprendizagem nas atividades acadêmicas realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina. A verificação da aprendizagem consiste de qualquer instrumento ou processo utilizado, para aferir conhecimento ou habilidade do discente, na forma de teste, prova, trabalho teórico ou prático, projeto, ou de quaisquer outras técnicas pertinentes à programação da disciplina, aplicados individualmente ou em grupo, em consonância com o Projeto Pedagógico de cada curso.

O semestre letivo está dividido em duas unidades e eventual exame final, durante o período letivo, e expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento, e seus critérios serão divulgados aos discentes no início de cada semestre letivo, através dos Planos de Ensino.

A avaliação da aprendizagem em observância ao Projeto Pedagógico do Curso engloba os conteúdos ministrados, as atividades acadêmicas, as habilidades desenvolvidas e as competências requeridas do discente. O professor, a seu critério e com a anuência da Coordenação, pode



promover trabalhos, exercícios e outras atividades curriculares em classe, no total de 30% da nota final de cada unidade.

Os 70% restantes da nota final de cada unidade devem constar de uma atividade avaliativa denominada de Prova da Unidade, obrigatoriamente com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta. Conforme regimento interno da IES, a avaliação deve consistir de 80% de questões objetivas e 20% de questões subjetivas/discursivas.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade do controle de frequência dos discentes, devendo o Coordenador fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao discente que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Independentemente de outros critérios, deve o professor atribuir nota 0,0 (zero) ao discente que deixar de realizar avaliações ou quaisquer atividades curriculares que lhes sejam pertinentes na data prevista.

O docente, a qualquer momento, ouvida a coordenação de curso, pode anular qualquer avaliação, trabalhos, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, se houver suspeitas de vícios, uso de meios ilícitos ou necessidades extraordinárias.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% às aulas e demais atividades acadêmicas, o discente é aprovado:

I. Independente de exame final, quando obtiver média semestral igual ou superior a sete, correspondente à média aritmética das avaliações parciais realizadas durante o período letivo;

II. Mediante Exame Final, quando obtiver média semestral inferior a sete e superior ou alcançar média final não inferior a seis, esta resultante da média semestral alcançada no semestre letivo e a auferida no exame final;

III. As médias são expressas em números inteiros com aproximação até a primeira casa decimal, sem arredondamento.

É considerado reprovado o discente que:

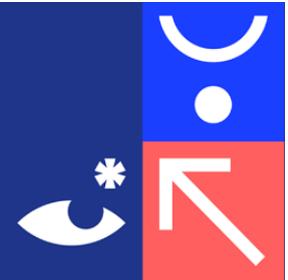
I. Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina;

II. Não obtiver na disciplina, resultado final igual ou superior a seis, após exame final.

Possibilita-se ao discente uma segunda chamada da Prova da Unidade (I e/ou II), objetivando a substituição de resultado nulo em razão de falta na data da avaliação, mediante apresentação de requerimento com justificativa comprovada de sua ausência e pagamento de taxa. A prova da segunda chamada da I e II unidades será contemplada dentro do Exame Final.

O Exame Final, previsto no Calendário Acadêmico, versará sobre os conteúdos da I e II unidades e será aplicado através de uma prova com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta, sendo vedada a aplicação da segunda chamada do Exame Final.

Para os discentes que requereram a segunda chamada da I e/ou II unidades, a nota do Exame



Final será convertida na proporção de 70% (setenta por cento) em substituição à Prova da Unidade que foi requerida.

3.14. NÚMERO DE VAGAS

A coordenação do Curso de Pedagogia, junto ao NDE, núcleo docente estruturante, se utilizou das avaliações de desempenho institucional, junto ao corpo docente e discente através da CPA, com o objetivo de analisar o número de vagas e melhor atender ao perfil do egresso e a demanda pelo curso.

Os resultados desses estudos foram dialogados com a Pró Reitoria Acadêmica e alinhados junto a secretaria geral no que tange à tomada do processo de decisão na oferta anual. Na análise vimos que o curso atende melhor os seus discentes até 140 vagas anuais, sendo 70 a cada semestre. Desta forma, estruturamos a oferta de vagas para proporcionar uma maior fidedignidade ao princípio de excelência que procuramos manter na formação dos discentes.

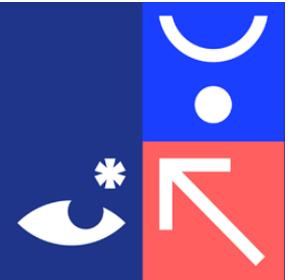
Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 52.809,601 km² e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2020), tem uma população estimada em 3.560.903 habitantes. A capital, Natal, de acordo com o IBGE (IBGE, 2021), tem uma população estimada de 896.708 habitantes.

Além de Natal, o estado tem duas outras cidades com população estimada acima de 150 mil habitantes: Mossoró (300.618 habitantes) e Parnamirim (267.036 habitantes). Com mais de 50 mil habitantes, temos os municípios de São Gonçalo do Amarante (104.919 habitantes), Ceará-Mirim (74.268 habitantes), Macaíba (82.828 habitantes), Caicó (68.726 habitantes) e Assu (58.743 habitantes), segundo o IBGE (IBGE, 2021).

No Rio Grande do Norte temos uma ampla oferta de escolas privadas e públicas que abrem frequentemente o campo de trabalho na escola regular. Nos últimos cinco anos o mercado de trabalho para o Pedagogo foi expandido podendo atuar como atendente terapeuta em clínicas, residências e escolas.

Para atender de forma adequada às necessidades acadêmicas das vagas ofertadas, o UNIFACEX investe de forma expressiva em recursos para oferecer aos discentes a melhor forma de estimular a vivência acadêmica, com infraestrutura ampla e moderna. A IES possui: espaços de convivência, espaços para atividades culturais e de lazer, auditório, quadra esportiva, biblioteca, complexos sanitários, além de laboratórios didáticos, em quantidade e qualidade adequada, para os períodos de funcionamento do curso, salas de aula equipadas com recursos didáticos e internet. O que possibilita a configuração de diversos ambientes de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aprendizado em equipes em metodologias ativas e colaborativas. É importante ressaltar que a Instituição dispõe de infraestrutura planejada para portadores de necessidades especiais, de acordo com as legislações vigentes, em especial a Portaria Ministerial no 3.284, de 7 de novembro de 2003.

4. CORPO DOCENTE



4.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO

O Curso de Pedagogia do UNIFACEX tem seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por 05 (cinco) professores apresentados no quadro a seguir e, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua Presidência, com o propósito de promover avaliações periódicas, num processo contínuo de realinhamento da proposta pedagógica, dentre outras finalidades e atribuições também importantes tanto acadêmicas, quanto administrativas.

O Curso de Pedagogia está incluído no Programa de Avaliação Institucional, nos termos do Decreto Federal nº 5.773/2006. Sua implantação é acompanhada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e executada pelo Núcleo Docente Estruturante com a participação do Conselho, Coordenadoria, alunos, professores e funcionários. Os resultados dessa avaliação são essenciais para pensar em estratégias que traga melhorias ao curso, como também na perspectiva de uma melhor aprendizagem por parte dos discentes.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do mesmo avalia e acompanha o processo do desenvolvimento do perfil do egresso conforme as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, diretrizes curriculares nacionais do curso e novas demandas de mercado, discutindo e reavaliando o que for necessário para a implementação e o aperfeiçoamento da proposta pedagógica.

Vejamos abaixo o Quadro de Docentes componentes do NDE do Curso de Pedagogia.

<u>Docentes do NDE do Curso de PEDAGOGIA</u> <u>do UNIFACEX:</u>	<u>Titulação*</u>			<u>Regime de Trabalho*</u>
	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	*
Joseane Maria Araújo de Medeiros		X		TP
Gislana Pereira de Oliveira	X			TP
Andressa Caroline de Lara Menezes Medeiros		X		TI
Ana Edilza Aquino de Sousa	X			TP
Luciana Kelly Souza de Azevedo		X		TP

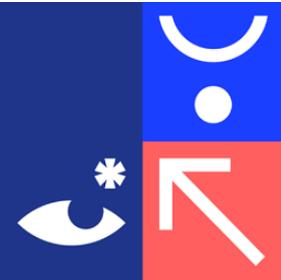
*Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.

** TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.

4.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

Conforme as DCNs, a Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia é exercida por docente do quadro permanente da IES, com licenciatura em Pedagogia, preferencialmente com experiência na área da educação básica, considerando que o conhecimento prático na base também é essencial para tomadas de decisões nas articulações teóricas aplicadas na proposta do curso.

A coordenador Joseane Maria Araújo de Medeiros, é formada na Licenciatura em Pedagogia (UFRN), especialista em psicopedagogia (UFRN) e mestrado em Educação (UFRN). A sua trajetória profissional começa com atuação na Docência em espaço educativo não formal como monitora no



programa social (SME) e como bolsista de iniciação científica pelo CNPq - UFRN (1990-1993) sob a coordenação da professora Marly Amarilha.

Em 1994 assumiu a sala de aula no 1º ano do Ensino Fundamental no Instituto Educacional Casa Escola - IECE. Na mesma instituição em 1997 foi promovida a coordenação da Educação Infantil. Neste mesmo ano também passou a fazer parte do corpo de Orientadores Educacionais do Colégio Nossa Senhora das Neves, assumindo a responsabilidade com os alunos do 1º, 2º e 5ºs anos do ensino Fundamental até o final do ano de 2001.

No IECE (Instituto Educacional Casa Escola) permaneceu com a Educação Infantil e passou a coordenar também o Ensino Fundamental em 2002. Essa experiência perdurou até o final do ano de 2008. Nessa instituição ela atuava na formação permanente dos professores, no atendimento as famílias, nas discussões de casos de alunos com Necessidades Educativas Especiais - NEE, no atendimento aos alunos, na organização de ações educativas extracurriculares, contribuindo com a gestão da escola.

No ensino público esteve na função de professora na Escola Municipal Almerinda Bezerra, localizada no bairro Guarapes e depois se transferiu para Escola Municipal Professor Zuza, localizada no bairro Nazaré assumiu a coordenação pedagógica desde 2007 até o ano de 2013. Nesta instituição de ensino também atuou como Presidente do Conselho Escolar, em três mandatos consecutivos de 03 anos cada, discutindo e deliberando decisões políticas, educativas e financeiras para melhoria da escola. No ano de 2014 atua como professora da Sala de Recursos Multifuncionais da escola Municipal Veríssimo de Melo, localizada no bairro de Filipe Camarão.

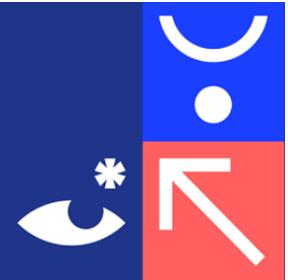
Atualmente exerce a função de coordenadora pedagógica no Instituto Padre Miguelinho e como professora do atendimento educacional especializado na Escola Municipal Joaquim Honório.

A coordenadora do curso também exerceu a Docência no Programa Continuum –UFRN/MEC, como professora formadora na base de Educação Especial de 2011 a 2012, nas disciplinas: Desenvolvimento de políticas públicas e a inclusão escolar; A formação docente e a inclusão escolar; Reflexão da prática escolar: por uma perspectiva inclusiva.

E na Secretaria de Educação à Distância – SEDIS/UFRN atuou na função de tutora, no período de 2013-2014, nas disciplinas: Educação Inclusiva, Teorias e Práticas Curriculares, Profissão Docente, no Curso de Pedagogia à distância.

No Centro Universitário FACEX foi integrada ao corpo de Docentes do Ensino Superior a partir de 2008, assumindo a coordenação geral do Curso de Pedagogia no 2º semestre do ano de 2010, estando até os dias atuais, ocupando a referida função e ministrando algumas disciplinas específicas, tais como: estágio supervisionado na gestão, educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Em sua função também colaborou no processo de formação continuada, fazendo parte do Núcleo Permanente de Educação – NEP (2010-2019), que tem a finalidade capacitar em serviço seus docentes. E coordenou a especialização em educação especial inclusiva.

Também atuou no período de 2014 a 2017 como orientadora de área do PIBID, acompanhando e planejando com os três bolsistas na Escola Municipal Juvenal Lamartine. No PROIC (programa de iniciação científica) do UNIFACEX tem contribuído na coordenação de projetos; como também, participado na função de colaboradora. O último projeto que participou com esta função foi coordenado pela professora Eleide Gomes, com o título: Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Análise das Dificuldades de Aprendizagens da Leitura e Escrita, durante o período de 2017-2018.



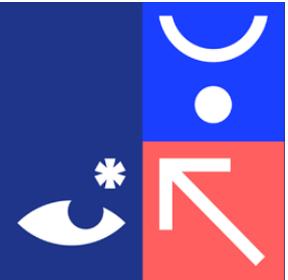
A atuação do Coordenador do Curso considera, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de gestão do curso, a relação com os docentes e com os discentes e a representatividade nos colegiados e conselhos superiores da IES.

As funções e atribuições do Coordenador de Curso, pautadas no regimento geral da IES, são de gestão e visa a obtenção dos resultados definidos em forma de metas específicas para a sua área, do ponto de vista das estratégias institucionais, do projeto pedagógico do curso e dos programas em que o mesmo esteja inserido.

O Coordenador de Curso de Graduação, no exercício das funções gestoras inerentes ao cargo, além do compromisso com o empreendedorismo, com a visão de futuro e com os valores e princípios adotados pelo Centro Universitário, deve, especificamente, demonstrar competência como gestor político estratégico, acadêmico, administrativo e institucional.

São atribuições gerais do Coordenador de Curso:

- Exercer a supervisão e zelar pela qualidade das atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão do Curso e representá-lo;
- Cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Curso, dos órgãos superiores e exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas na legislação pertinente, neste Estatuto e no Regimento Geral do Centro Universitário;
 - Integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso;
 - Propor alterações ao Conselho de Curso e supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas aprovadas pelo mesmo;
 - Decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades;
 - Exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso;
 - Tomar decisões ad referendum do Conselho de Curso, em casos de relevância e urgência comprovadas;
 - Designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos;
 - Acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico administrativo;
 - Elaborar e coordenar os projetos de monitoria;
 - Emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos;
 - Apresentar, à Pró-Reitoria da área acadêmica, relatório anual das atividades do curso respectivo;
 - Sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso;
 - Desenvolver ações de apoio ao processo avaliativo institucional;
 - Submeter projetos de iniciação científica;
 - Submeter projetos de extensão desenvolvidos e aprovados pelo Conselho de Curso à Pró-Reitoria indicada no Regimento Geral;
 - Opinar sobre a distribuição de disciplinas para os professores junto à Pró Reitoria pertinente;
 - Planejar as substituições docentes, durante eventuais ausências dos professores,



submetendo-as à Pró-Reitoria competente;

- Proceder a seleção dos professores necessários ao curso e propor a sua contratação pelos órgãos competentes;
- Sugerir aos órgãos competentes a dispensa do pessoal docente;
- Criar ações de melhoria baseado no processo de avaliação institucional e avaliações externas;
- Integrar, como representante eleito por seus pares, o Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX;
- Exercer todas as funções próprias ou correlatas, ou ainda outras que lhes sejam delegadas pela Reitoria.

No início do ano, o Coordenador precisa elaborar um plano de gestão com suas atividades acadêmicas e metas a serem cumpridas e ao término do ano, apresentar à Pró-Reitoria Acadêmica os resultados que foram atingidos ou não e suas respectivas justificativas. Todos os semestres, o coordenador é avaliado pelos discentes e corpo docente através da avaliação da CPA e seus resultados são apresentados à comunidade acadêmica e fica disponível nos ambientes virtuais para posterior consulta.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso (CONSEC) e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso.

4.3. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

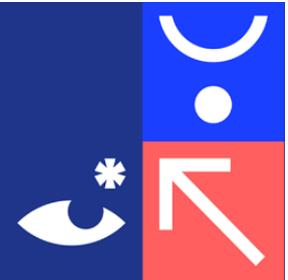
O Coordenador do Curso exerce suas funções administrativas e acadêmicas como Coordenador do Curso de Pedagogia do UNIFACEX em Regime de Trabalho de Tempo parcial (TP), com 18 (dezoito) horas semanais, incluindo docência em disciplinas do mesmo Curso e todas as atividades e ações acadêmicas e administrativas correlatas ao exercício pleno da Coordenação do Curso.

4.4. CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO)

O corpo docente é composto por 11 docentes. Destes, 2 é especialistas, 5 possuem mestrado e 4 docentes doutorados, totalizando 82% com titulação em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Os conteúdos dos componentes curriculares do curso são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do curso de licenciatura em Pedagogia, pelo conteúdo do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e as especificações do município.

O corpo docente, durante a semana pedagógica, apresenta o plano de ensino da disciplina, especificamente os conteúdos dos componentes curriculares e a literatura utilizada, com o objetivo de proporcionar aos discentes leitura de livros e periódicos, estimulando na escolha de literatura atualizada e publicações atuais, como também para não haver duplicidade de conteúdos e que haja uma maior interdisciplinaridade com as demais matérias pagas no módulo, visto que em todos os



semestres há trabalhos integrativos.

Dentro desse contexto, cabe ao docente construir sua disciplina dentro do ementário proposto pelo NDE, vinculando ao perfil do egresso e aos objetivos da disciplina, e sempre que for possível atualizar as referências bibliográficas e remetê-los para aprovação.

4.5. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente é composto por 11 docentes, destes 1 é contratado em regime de tempo integral, 4 em regime de parcialidades e 6 são horistas. Ou seja, 46% compõem o quadro como Integral ou Parcial.

4.6. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

O corpo docente possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 3 anos para licenciaturas. Com isso, 70% possuem mais de 3 anos de experiência extrassala de aula. Todos os professores possuem experiência na área da educação, mas em outras funções, o que é relevante, principalmente para compreensão dos discente, na aplicação da teoria e prática em espaços não escolares e/ou diferentes da docência.

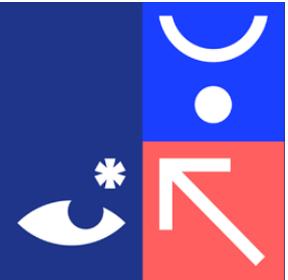
4.7. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do curso possui experiência na docência superior que justifica e qualifica-os para os seus respectivos componentes curriculares, oportunizando os discentes diversos meios de aprendizagem através de metodologias ativas e inovações tecnológicas aplicáveis à educação e voltadas para o aprendizado. A experiência docente será reforçada semestralmente com capacitações e qualificações didático-pedagógica e aperfeiçoamento didático pedagógico no ensino superior. Este último, de modo a identificar dificuldades dos discentes e promover uma adequação metodológica em sala de aula de acordo com o perfil do discente. Ainda assim, a CPA irá assessorar com métricas de modo a fomentar a qualificação e entendimento dos docentes sobre a importância das avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

4.8. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Farmácia do UNIFACEX tem um Conselho de Curso (CONSEC), oficialmente composto e materialmente atuante, também composto por 05 (cinco) professores e um discente apresentados no quadro a seguir:

<u>Membros do CONSEC do Curso de Licenciatura em Pedagogia</u>	<u>Titulação*</u>	<u>Regime de Trabalho*</u>
		* —



	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	
Joseane M. A, de Medeiros		X		TP
Ana Edilza Aquino Sousa	X		X	TP
Eleide G Teixeira Torres Lira		X		H
Lúcia de Fátima Cunha	X			H
Lucas Souto de Oliveira (titular) Javyla Danyvia Amorim do Nascimento (suplente)	Discentes			

***Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.**

**** TI – Tempo Integral TP – Tempo Parcial H – Horista**

O CONSEC reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que assim justifique a necessidade da administração acadêmica do curso. Evidencia-se que Compete ao Conselho de Curso:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, proposto pelo NDE (Núcleo Docente Estruturante);
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e de extensão relativos ao curso ou dentro de sua área específica;
- Pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual das atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Geral da IES.

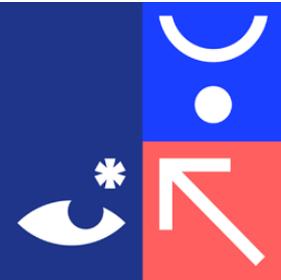
Cabe ressaltar que todas as suas decisões em plenária são registradas em atas, que ficam arquivadas na Coordenação. No plano de gestão da Coordenação do Curso, há indicadores de desempenho para uma avaliação posterior, com objetivo de melhorias de práticas da gestão.

5. INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário FACEX - UNIFACEX está situado em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte numa área total de 22.000 m² em terreno próprio. Sua área construída é de aproximadamente 19.000 m² e está disposta em várias edificações, conforme descrição dos itens que seguem.

As instalações físicas foram projetadas de forma global visando aproveitar bem o terreno, de forma a atender plenamente a todas as exigências legais e educacionais.

A área física do UNIFACEX é formada por prédios dos dois lados da Rua Orlando Silva, praticamente tomando todo o quarteirão. Do lado esquerdo, fica a piscina semiolímpica, a Central



de Relacionamento, Prédio II e o Ginásio de esporte. Do lado direito situa-se o Prédio I e o Prédio III, na Rua Dr. José Xavier da Cunha, 1978, encontra-se o moderno Prédio IV, assim como a Unidade V, localizada da Unidade Deodoro.

5.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A sala de trabalho para docentes em tempo integral consta de mesas, cadeiras, armários para guarda de material e equipamentos com segurança, computadores com acesso a internet, wi-fi, telefone, ambiente refrigerado, sistemas específicos internos da Instituição, dentre outros. Possui uma grande mesa redonda com objetivo de atender melhor discentes e orientandos. Cabe salientar que a entrada dessa sala é exclusiva para integrais, apenas sendo permitida a entrada de discentes após autorização do docente pela secretaria. O objetivo da sala de professores integrais ser restrita é para que os mesmos tenham condições de viabilizar ações acadêmicas como planejamento didático pedagógico.

5.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A Sala da Coordenação do Curso de Farmácia do UNIFACEX situa-se no 1º andar da Unidade III, acessível facilmente por escadas e elevador, e instalada em amplo espaço próprio e fixo capaz de manter todo o registro e arquivamento dos documentos próprios e internos do Curso. Também são realizadas reuniões internas neste mesmo espaço e o atendimento de discentes, professores e público externo de forma confortável e adequada.

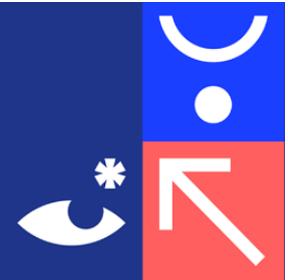
A sala contém armários, telefone e computador conectado a internet e impressora com recursos de excelente qualidade. Com o objetivo de dispor de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilite formas distintas de trabalho, a instituição disponibiliza uma sala de reuniões, com mesa redonda, data-show, computador e armário, caso o quantitativo de discentes/docentes for em um número maior.

5.3. SALA COLETIVA DOS PROFESSORES

A IES disponibiliza 01 (uma) sala para os professores que totaliza uma área de mais de 65m². Nelas há as mesas e cadeiras, espaço para computadores, acesso a internet, *wi-fi*, ambiente refrigerado, espaço para lanches dentre outros. Além disso, a instituição possui máquina e cadeira de massagem para os pés e corpo dos docentes, propiciando momentos de relaxamento e proporcionando uma melhor qualidade de vida a eles. Cabe ressaltar que esta sala conta com apoio técnico administrativo. Com isso, atendemos de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

5.4. SALAS DE AULAS

As salas de aula destinadas aos diversos cursos são amplas, considerando-se o número de discentes matriculados nas turmas correspondentes, o que a torna flexível para uso de metodologias mais ativas ou diferenciadas, como dinâmicas de grupo, debates em círculos ou em formato em “U”. Todas se encontram bem conservadas e permanentemente limpas. O mobiliário existente, em cada



uma delas, é adequado e suficiente para as atividades nelas desenvolvidas, além de não oferecerem interferências significativas resultantes de ruídos externos ou poeira.

Quanto aos recursos didáticos, as salas dispõem de quadro branco para pincel, computador, datashow, caixa de som e disponibilidade de *Wi-fi*.

As salas possuem carteiras individuais projetadas de forma a proporcionar conforto ao discente. A Instituição disponibiliza carteiras em configurações especiais, entendendo que há discentes destros e canhotos, como também, cadeiras de tamanhos maiores, caso o discente necessite. Mesmo conservadas, são periodicamente pintadas para manter sempre uma ótima aparência. Tanto as salas como todo o mobiliário são limpas diariamente (de forma rotineira ou tantas vezes quantas forem necessárias), proporcionando aos discentes e professores um ambiente agradável e confortável.

5.5. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DISCENTES

O UNIFACEX oferta a seus discentes vários laboratórios de informática (todos com computadores completos e todos os softwares necessários ao trabalho acadêmico diário), distribuídos pelas várias unidades de ensino. Somado a isso ainda existem computadores nas bibliotecas da Instituição para uso de livre acesso.

Convém destacar que os laboratórios são modernos e atualizados e contam com equipe própria de manutenção. Todos os laboratórios possuem equipamento multimídia facilitando a exposição dos conteúdos. A instituição disponibiliza acesso à Internet com *link* dedicado da Embratel de alta capacidade, proporcionando acesso eficiente e rápido na *web*, e como redundância da disponibilização do serviço, tem-se 02 (dois) com provedores de internet.

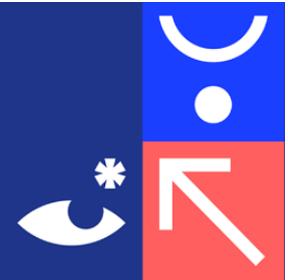
Todos os equipamentos disponibilizados para os professores e discentes, nos diversos espaços já referidos, estão conectados às redes de comunicação científica. A instituição disponibiliza 07 dias por semana 24 horas por dia sua estrutura de portais de comunicação bem como portal de apoio ao ensino presencial (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) para a comunidade acadêmica.

Na estrutura física está disponibilizado um laboratório de informática com 30 computadores ligados à Internet, para acesso comum dos discentes destinados a estudos ou pesquisa, aberto das 8h00min às 21h00min com a presença de um monitor de laboratórios para apoiar o uso. Ambiente de Internet sem fio localizado em todas as áreas comuns de todas as unidades e na biblioteca, esta que também conta com ambiente de estudo e pesquisa com computadores ligados à Internet e sala de estudos para grupos.

A infraestrutura ainda conta com mais 08 laboratórios de informática destinados às aulas práticas, somando 244 computadores ligados à Internet. Neste ambiente temos mais um monitor de laboratórios que está presente, das 13h30min às 22h30min, para apoiar o uso.

5.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A seguir são apresentados os Nomes Completos, Cargas Horárias (CH) Totais, Ementas e as Bibliografias (Básicas e Complementares) de todas as Disciplinas. Para melhor explicitar o ordenamento dos conteúdos e suas finalidades pedagógicas, as disciplinas são apresentadas na sequência do semestre letivo em que serão oferecidas (Períodos do Curso).



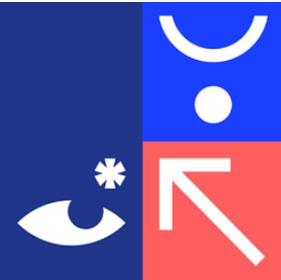
Cabe ressaltar que a bibliografia é sempre atualizada e referendada pelo Núcleo Docente Estruturante e para melhor atender aos discentes, no que tange a obras com edições mais atuais, e maior comodidade, é estimulado junto a equipe docente a utilização da biblioteca virtual, chamada de “Biblioteca a+”, que consiste em uma plataforma que reúne o conteúdo digital do Grupo A Educação e seus selos editoriais: Artmed, Artes Médicas, Bookman, McGraw-Hill e Penso. A “Biblioteca a+” compreende mais de 2000 títulos em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por autores nacionais e estrangeiros. Com essa plataforma, os professores e discentes poderão ter acesso rápido, onde e quando precisarem, a conteúdo científico e profissional de alto padrão, extremamente importantes para a sua formação.

Além disso, os docentes são encorajados a cada semestre, fornecer aos discentes uma lista de pelo menos dois artigos científicos publicados nos últimos 3 anos para compor as “leituras complementares e atualizadas”, com o objetivo de trazer o que há de mais atual na disciplina, correlacionando sempre que aplicável às necessidades regionais e atuais do semestre letivo em que a disciplina estiver sendo ministrada.

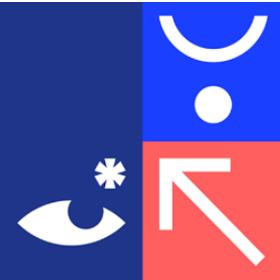
1º PERÍODO

Componente curricular:	História da Educação Brasileira
Carga horária:	66 h
Ementa:	Estudo da História da educação no Brasil. Fundamentos e tendências do pensamento pedagógico brasileiro: função da escola, do professor e do aluno. Manifesto dos pioneiros. A política educacional no Brasil. Estado, educação e sociedade civil. Educação popular e movimentos sociais. Estado militar e sua influência na educação brasileira.
Bibliografia básica:	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da Pedagogia : geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8.ed. São Paulo: Ática, 2006. LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
Bibliografia complementar:	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da Pedagogia : geral e Brasil. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. COSENTINO, Francisco Carlos. Trajetória social e influência política dos governadores gerais do estado do Brasil (1640-1702) . http://www.ufjf.br/rehb/edicoes-antiores/volume-10-n%C2%B0-1-e-2-jan-dez2008/volume-10-n%C2%B0-1-e-2-jan-dez-2008/ LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação . 4.ed. São Paulo: Ática, 2005. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira : a organização escolar. 15. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Componente curricular:	Tecnologias e Mídias Educacionais
Carga horária:	66h

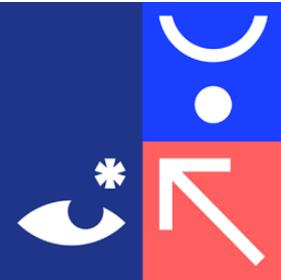


Ementa:	A história do conhecimento, poder e tecnologias. A tecnologia no ambiente educacional. O computador como ferramenta: aplicativos para desenho, edição de texto, cálculos e apresentação. A internet na área educacional. Ferramentas tecnológicas para o ensino e gestão educacional.
Bibliografia básica:	<p>KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. 4.ed. São Paulo: Papyrus, 2010. Disponível em https://elivros.love/livro/baixar-tecnologias-e-ensino-presencial-e-a-distancia-vani-moreira-kenski-epub-pdf-mobi-ou-ler-online. Acesso em out/2022.</p> <p>MORAN, José Manuel. Integração das tecnologias na educação. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 204 p. Sancho, Juana María org. Neves, Beatriz Affonso tradutor. Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed 327 p. ISBN 85-7307-431-0.</p> <p>SILVEIRA, Daniella Santos da; PEIXOTO, Vanessa Alessandra Cavalcanti. Educação a distância e ambientes virtuais de aprendizagem: notas introdutórias sobre teoria e prática. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. .</p>
Bibliografia complementar:	<p>ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Tecnologias na Educação: dos caminhos trilhados aos atuais desafios. Bolema, Rio Claro, SP, v.21, n.29, p.99-129, abr. 2008. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291221870006 Ballalai, Roberto orgs., Educação à distância. Niterói: GRAFCEN Editora, 1991. 236 p. (Cooperação Técnica e Cultural) MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; KRAMER, Sonia. Contemporaneidade, Educação e Tecnologia. 2007. http://www.somaticaeducar.com.br/arquivo/artigo/1-2008-08-18-11-12-00.</p> <p>FERREIRA, G. C. Redes sociais de informação em organizações num contexto da sociedade contemporânea, 2012. Monografia. Universidade de São Paulo, 2012, 244f. Monografia – Curso de Pós Graduação da Ciência da Informação. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17042013-154735/publico/GoncaloCostaFerreiraCorrigido.pdf>. Acesso em 18 nov. 2019.</p> <p>FOINA, Paulo Rogério. Tecnologia de informação: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MORAN José Manoel; MASETTO Marcos T; BEHRENS Maria Aparecida. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. Campinas/SP: Papyrus, 2000. https://books.google.com.br/books?id=i7uhwQM_PyEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false</p> <p>SILVA, Eliana Eduardo da; BICALHO, Juliana Mara Flores. TECNOLOGIAS DIGITAIS: AS MÍDIAS DIGITAIS E O ENSINO HÍBRIDO. Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1519>. Acesso em: 21 fev. 2022.</p>



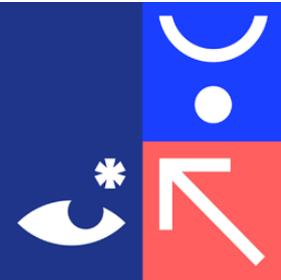
Componente curricular:	Educação inclusiva: possibilidades e perspectivas
Carga horária:	66h
Ementa:	Conhecimento das especificidades, das necessidades e das potencialidades dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação. A ação educacional voltada para um olhar de respeito às diferenças e diversidades. A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, pautada nos direitos humanos. O ensino de qualidade para todos, com instrumentos técnico-pedagógicos que possam garantir a acessibilidade.
Bibliografia básica:	BRASIL. Lei 13.146 de julho de 2015 . Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acessado em nov.2022. COOL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro et al. Desenvolvimento psicológico e Educação : Necessidades educativas especiais a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil : história e políticas Públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar:	BEYER, Hugo Otto. Inclusão e a avaliação na escola de alunos com necessidades educativas especiais . Porto Alegre: Mediação, 2013. KUENZER, Acacia Z. Da dualidade assumida à dualidade negada : o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf PACHEVITCH, Sibeli. LIMA, Edina Alves de. MARTINIÁK, Vera Lucia. Inclusão escolar e a educação inclusiva dentre o ensino regular e a formação inicial docente para a atuação neste contexto . Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 04, pp. 05-21. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-inicial-docente , DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-inicial-docente. Acessado em fev.2023. RIBAS, João Batista Cintra. O que são pessoas deficientes . 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. STAINBACK, Susan; STAINBACK, William e. Inclusão : um guia pra educadores; Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes médicas sul, 2009.

Componente curricular:	Psicologia educacional
Carga horária:	66h
Ementa:	Compreensão das contribuições da Psicologia para a educação. Principais teorias psicológicas. Análise da evolução da Psicologia Escolar e educacional enquanto corpo de conhecimento científico e teórico, buscando compreender a atuação e levando em consideração a atual conjuntura, a LDB e as novas tecnologias.
Bibliografia básica:	BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. Reformada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2009.



	<p>CASSINS, Ana Maria. Manual de psicologia escolar – educacional. Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007.</p> <p>ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo Affonseca [Org.] Saúde mental na escola [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 9. ed Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>CARONE, Iray. A psicologia tem paradigmas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>FIGUEIREDO, Luís Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. Psicologia: uma nova introdução. São Paulo: EDUC, 2003.</p> <p>PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 8. ed Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira da. SENTIDO DE VIDA E SAÚDE MENTAL EM PROFESSORES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 23, n. 1, p. 131-145, jun. 2022 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mar. 2023. http://dx.doi.org/https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a11.</p> <p>TELASKA, T. dos S.; MINHO, A. A. M. Inteligência emocional: revisão sistemática da literatura . Revista Educar Mais, [S. l.], v. 6, p. 284–293, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2688. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2688. Acesso em: 17 mar. 2023.</p>

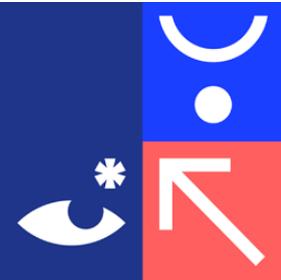
Componente curricular:	Metodologia da Pesquisa Científica (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	A organização da vida de estudos na universidade. Biblioteca e o uso de recursos bibliográficos. Processo de leitura. A prática da documentação. Fichamento. Resumo. Resenha. Seminário. A ciência e seus princípios fundamentais. O método científico. Tipos de conhecimento. Conceito de pesquisa. Análise crítica de pesquisas em Direito. Passos na realização de uma pesquisa: da formulação do problema à análise dos resultados. Tipologia de trabalhos científicos: projeto, monografia, dissertação, tese, relatórios e artigos científicos. Projeto de pesquisa: como se elabora. Técnicas de coleta de dados. Estrutura e normalização do trabalho técnico científico conforme normas da ABNT. Artigo científico
Bibliografia básica:	<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. 2.reimp. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 7 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p>



Bibliografia complementar:	<p><u>Complementar:</u></p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI. (Coord.). Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos).</p> <p>_____. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos).</p> <p>MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TIERNO, Bernabé. As melhores técnicas de estudo: saber ler corretamente, fazer anotações e preparar-se para os exames. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Ferramentas).</p> <p>VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2003.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>BLOISE, Denise Martins. A importância da metodologia científica na construção da ciência. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica.</p>
----------------------------	--

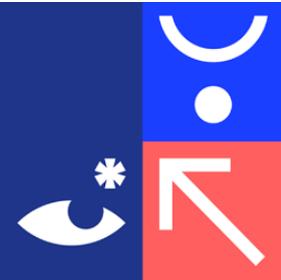
2º PERÍODO

Componente curricular:	Empreendedorismo (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	Aborda o desenvolvimento do empreendedorismo, sua história, bem como o perfil e os estilos de empreendedorismo, com enfoque para as ferramentas para desenvolver novos negócios e plano de negócios.
Bibliografia básica:	HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 480 p. E-book. ISBN 9788580553321. LACERDA, D. et al. (Org.). Gestão da inovação e competitividade no Brasil . Porto Alegre: Bookman, 2015. 264 p. E-book. ISBN 9788582603420.
Bibliografia complementar:	CHRISTENSEN, C.; BURGELMAN, R. A.; WHEELWRIGTH, S. C. Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções . 5. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012. 648 p. E-book. ISBN 9788580550900. CRAINER, S. et al. Inovação: como levar sua empresa para o próximo nível . Porto Alegre: Bookman, 2014. 190 p. (Série Thinkers50). E-book. ISBN 9788582602218. TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da inovação: integrando tecnologia, mercado e mudança organizacional . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 648 p. E-book. ISBN 9788582603062.



Componente curricular:	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem
Carga horária:	66h
Ementa:	Compreensão das contribuições da Psicologia para a educação. Comportamento humano e educação. Principais teorias psicológicas. O conceito de desenvolvimento e de aprendizagem e sua relação com o ensino.
Bibliografia básica:	BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. Reformada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2009. BOSSA, Nadia A. Dificuldades de aprendizagem : o que são? Como tratá-las? [recurso eletrônico] Porto Alegre: Artmed, 2007. ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo Affonseca [Org.] Saúde mental na escola [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2014.
Bibliografia complementar:	GARDNER, Howard [et al.] Inteligências múltiplas ao redor do mundo . Porto Alegre: Artmed, 2010. IMBERNON, Francisco. Pedagogia Freinet : a atualidade das invariantes pedagógicas. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Penso, 2012. GANDINI, Lella; HILL, Lynn; CADWELL, Louise, SCHWALL, Charles [Orgs.]. O papel do ateliê na educação infantil . A inspiração de Reggio Emilia. 2ª edição. Porto Alegre: Penso, 2019. MURCIA, Juan Antonio Moreno [et al] Aprendizagem através do jogo [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2008. PACHECO, José; PACHECO, Maria de Fátima. [Org.] Escola da Ponte sob múltiplos olhares : palavras de educadores, alunos e pais [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2013.

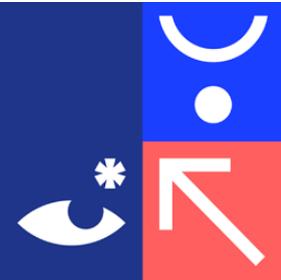
Componente curricular:	Organização política da Educação Básica (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	A educação no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Redação e debate da relação Estado/políticas educacionais. Legislação, Estrutura e organização da educação no Brasil atual.
Bibliografia básica:	CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 581 p. ISBN 9788532619662. MORALES, Pedro. Avaliação escolar : o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2003. 174 p. ISBN 8515025027. SANTOS, Ana Paula Maurilia dos. Legislação e Ética Profissional . 1. Porto Alegre, RS: Sagah, 2019. recurso on-line ISBN 9788595029019.
Bibliografia complementar:	BRZEZINSKI, I. (org) LDB interpretada : Diversos olhares se entrecruzam. 6.ed. São Paulo, 2001. CURY, Carlos Roberto. A educação básica como um direito . http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134



	<p>DEMO, Pedro. A nova LDB: Ranços e avanços. Campinas, SP: Papyrus, 2004. SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurídes Brito da. Como entender e aplicar a nova LDB: Lei nº 9.394/96. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.</p> <p>MORALES, Pedro. Avaliação escolar: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2003. 174 p. ISBN 8515025027.</p> <p>SAVIANI, D. A nova lei de educação: trajetória, limites e perspectivas. SP/Campinas: Autores Associados, 2011.</p>
--	---

Componente curricular:	Currículo e Projeto Político Pedagógico
Carga horária:	66h
Ementa:	Conceito de Currículo e Projeto Político Pedagógico – PPP. A sua relação com a sociedade e a ética no processo de formação. O compromisso com o desenvolvimento do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo. O Planejamento Estratégico e Participativo. A articulação entre o PPP e o plano de ensino e de aula. As concepções de currículo e sua relação com os aspectos políticos, econômicos, pedagógicos e culturais.
Bibliografia básica:	<p>GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 19. ed. São Paulo: Libertad, 2009.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio. Currículos e programas no Brasil. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p>
Bibliografia complementar:	<p>CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papyrus, 2001.</p> <p>DELORS, Jacques. Educação - Um Tesouro a Descobrir, São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico da escola-uma construção possível. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2001.</p> <p>_____. A. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. Disponível em http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/109/298</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. Disponível em http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf</p>

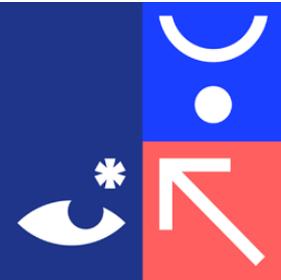
Componente curricular:	Didática
Carga horária:	66h
Ementa:	Conhecimento sobre o contexto histórico da Didática. As tendências pedagógicas e as influências na prática escolar na atualidade. A importância dos princípios éticos na formação do professor. A estrutura e a elaboração do planejamento no processo ensino-aprendizagem. A avaliação reflexiva do ensino.
Bibliografia básica:	LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2009.



	<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido (org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
Bibliografia complementar:	<p>CARDOSO, Ana Carolina Grangeia. A didática e suas contribuições para a prática docente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 08, Vol. 05, pp. 05-17. Agosto de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/contribuicoes, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/contribuicoes. Acesso em out/2022.</p> <p>COMÉNIIO, João Amós. Didática Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v20n68/a13v2068.pdf</p> <p>RIOS, Terezinha. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar; trad. Ernani F.da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>

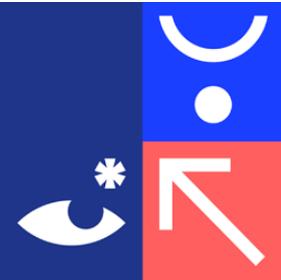
3º PERÍODO

Componente curricular:	Ciência, Sociedade e Cultura (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	A ciência como paradigma fundante da Idade Moderna e condutora das dinâmicas sociais. A filosofia como instrumento de reflexão e pesquisa científica, a partir da compreensão do papel do conhecimento, das noções de lógica, moral, ética, trabalho e profissão. A sociologia como ciência social. Estado, trabalho, tecnologia e sociedade. O ser social, cultura e as práticas culturais. Relações étnico-raciais e multiculturalismo.
Bibliografia básica:	<p>DIONIZIO, Mayara Joice. Legislação e ética profissional. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book</p> <p>GONÇALVES, Adriana Fernandes (org.). Metodologia do ensino de ciência. Porto Alegre: SAGAH, 2016. E-book.</p> <p>SANTOS, Pricila Kohls dos; SANTOS, Elisângela Ribas dos; OLIVEIRA, Hervaldira Barreto de. Educação e tecnologias. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book.</p>
Bibliografia complementar:	<p>AZEVEDO, Vanessa. Psicologia social. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book</p> <p>BES, Pablo Rodrigo. Organização e legislação da educação. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book</p> <p>_____; GOLBSPAN, Ricardo Boklis. Sociologia da educação. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book</p> <p>BONJOUR, Ann Baker Laurence; ROCHA, Maria Carolina dos Santos; PICH, Roberto Hofmeister PICH. Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2010. E-book.</p> <p>DORETO, Daniella Tech. Estado, sociedade e direitos do trabalho. In: Processo de trabalho em serviço social. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book</p>

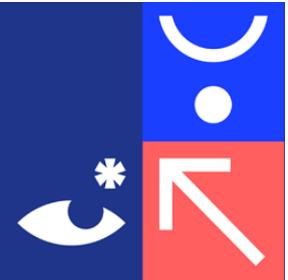


	<p>Leituras Complementares e atualizadas:</p> <p>LUZ, Madel; SABINO, Cesar; MATTOS Rafael S. A ciência como cultura do mundo contemporâneo: a utopia dos saberes das (bio)ciências e a construção midiática do imaginário social. Porto Alegre. Revista sociologias, Volume: 15, Número: 32, Publicado: 2013 disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100010</p> <p>SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz. Ciência como cultura - paradigmas e implicações epistemológicas na educação científica escola. São Paulo. Revista Química Nova, Número: 32, Publicado: 2013 disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-40422009000200043</p>
--	--

Componente curricular:	LIBRAS (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, constituindo como sistema linguístico das comunidades e primeira língua de pessoas surdas no Brasil, contribuindo para a formação do pedagogo na perspectiva da Educação Inclusiva. A lei que assegura os direitos da pessoa com surdez e a BNCC - Base Nacional Comum Curricular na aprendizagem e desenvolvimento. Vocabulário inicial para uso de LIBRAS no contexto escolar visando uma abordagem bilíngue.
Bibliografia básica:	<p>BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 26 out. 2022.</p> <p>GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus Editora, 2007.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 26 out. 2022.</p> <p>_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.</p> <p>BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAFAEL, Valquíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da LIBRAS. São Paulo: Eduspe, 2011.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p>



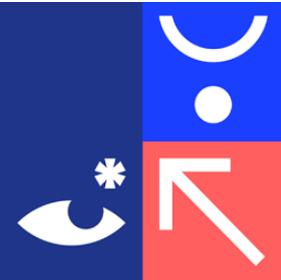
	<p>PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras: que Língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p>
Componente curricular:	Educação para saúde, sexualidade e diversidade
Carga horária:	66h
Ementa:	Reflexões quanto às concepções e práticas educativas da saúde, sexualidade e diversidade por meio de abordagem analítica de temas para integração e aprofundamento de conteúdos relativos à educação e saúde visando o entendimento da complexidade humana, relações étnicas raciais, história sociedade e cultura, construção de um referencial teórico que permita aos educandos o desenvolvimento de ações voltadas para a educação social.
Bibliografia básica:	<p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso:02/02/2022</p> <p>CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 2009.</p>
Bibliografia complementar:	<p>AQUINO, J. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 2007.</p> <p>AQUINO, Estela M. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. Disponível em http://www.scielo.org/pdf/rsp/v40nspe/30631.pdf. Acesso em: 02/02/2022.</p> <p>MEYER, Dagmar E. Estermann. Saúde e sexualidade na escola. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001</p> <p>TIBA, Içami. Adolescência: o despertar do sexo: um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações. 12 ed. São Paulo: 2000.</p> <p>VITIELLO, Nelson. Sexualidade: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 2001.</p> <p>Leituras complementares e atualizadas:</p> <p>JORNAL BIOSFERAS. Artigo bioética. Homossexualidade e adoção em uma família moderna. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/biosferas/Art0025.html. Acesso em: 02/02/2022.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46. Acesso em: 02/02/2022.</p> <p>SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Disponível</p>



em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/abstract/?lang=pt>
 . Acesso em: 07/02/2022.

Componente curricular:	Educação e Ludicidade
Carga horária:	66h
Ementa:	A relação educação e ludicidade no processo de aprendizagem. O brincar no desenvolvimento da criança. Os jogos e brincadeiras infantis e a relação histórica e social.
Bibliografia básica:	BROCK, Avril. Brincar . 1. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. recurso on-line ISBN 9788563899347. HORN, Maria G. Brincar e Interagir nos Espaços da Escola Infantil . 1. Porto Alegre, RS: Penso, 2017. recurso on-line ISBN 9788584291045 OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
Bibliografia complementar:	ALDUINO, Camila Campos Vizzotto. PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Brincar, brinquedos e relações de gênero na prática docente da educação infantil . Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 13, pp. 47-64. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/relacoes-de-genero . Acesso em 19 de dezembro de 2022. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. _____. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação . 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. MARQUES, Lidiane da Costa da Silva. Et al. A importância do brincar na Educação Infantil . Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 08, pp. 103-114. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959. disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/brincar-na-educacao . Acesso em 19 de dezembro de 2022. VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

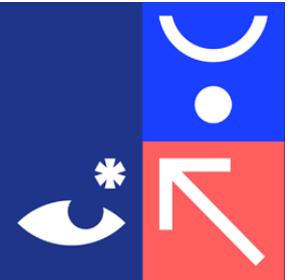
Componente curricular:	Arte e Educação
Carga horária:	66h
Ementa:	A Arte e Educação no Brasil e seu processo histórico. Percurso da educação escolar em Arte. Ensino da Arte no Brasil e perspectivas. Tendências pedagógicas e estéticas no ensino da Arte. A Arte como objeto do conhecimento. A importância da arte na construção do conhecimento. As linguagens artísticas como eixos articuladores de experiências na arte visual, na música, no teatro, na dança e nas



	artes integradas.
Bibliografia básica:	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. BNCC - Base Nacional Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília, 2018. FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa Toledo, FUSARI, Maria Felisminda de Resende e. Metodologia do ensino de arte . São Paulo: Cortez, 2003. COLL, César, TEBEROSKY, Ana. Aprendendo artes: conteúdos essenciais para o ensino fundamental . São Paulo: Ática, 2000.
Bibliografia complementar:	BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (org.) Arte/educação contemporânea: Consonâncias internacionais . São Paulo: Cortez, 2005. _____. (org). Arte – Educação: leitura no subsolo . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. BAUMER, Édina Regina. O ensino da arte na educação básica: as proposições da LDB 9.394/96 . http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003F/00003F62.pdf . BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf https://novaescola.org.br/conteudo/14751/veja-o-que-muda-para-o-ensino-de-arte-com-a-bncc CUNHA, Daiane Solange Stoeberl da; LIMA, Sonia R. Albano de Lima. O ensino de arte para a educação básica à luz dos ordenamentos vigentes: paradoxos em análise . REV. TULHA, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, pp. 78-109, jan.–jun. 2020. Disponível em https://www.revistas.usp.br/revistadatulha/article/view/168051/161833 . Acessado em nov.2022.

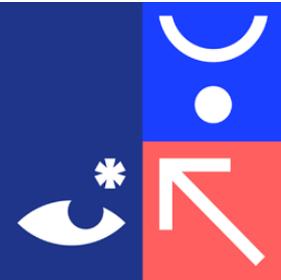
4º PERÍODO

Componente curricular:	Prática Curricular em Pesquisa Educacional
Carga horária:	100h
Ementa:	A Ciência e seus princípios fundamentais. A formulação lógica da pesquisa científica. Os tipos de pesquisa utilizados na educação. As técnicas e os instrumentos de investigação em educação. A estruturação do projeto de pesquisa, a aplicação e a análise.
Bibliografia básica:	CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia Científica . 4.ed. São Paulo: Pearson, 2004. FAZENDA, Ivani (ORG) Metodologia da pesquisa educacional . 6. ed. São Paulo. Cortez, 2000. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: E.P.U., 2007.
Bibliografia complementar:	DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 2005. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2010. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 2009



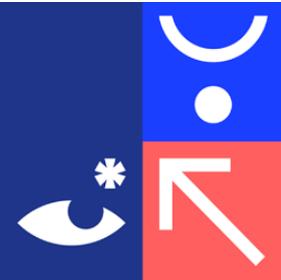
	<p>MEDEIROS, Joseane M. A.; LIRA, Eleide G. T. T.; QUEIROZ, Noemi F. Da educação do direito a aprendizagem da inclusão. Rev. Educação e Saúde. Natal, RN: UNIFACEX, n.3, p. 11-22. Disponível: http://unifacex.com.br/institucional/iniciacao-cientifica/e-books/. Acesso em 04 de dezembro de 2022.</p> <p>COSTA, Samantha de Andrade. Pesquisa em educação: A importância de educar pela pesquisa sob a ótica de Pedro Demo. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 10, pp. 139-145. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-em-educacao Acesso em 04 de agosto de 2022.</p>
--	---

Componente curricular:	Princípios da Gestão Escolar
Carga horária:	66h
Ementa:	Princípios da organização e da gestão escolar. Escola como instituição educativa de organização do conhecimento. Concepções político-pedagógicas da prática da gestão escolar.
Bibliografia básica:	<p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia críticosocial dos conteúdos. 28. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.</p> <p>SNYDERS, Georges. Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p>
Bibliografia complementar:	<p>COLOMBO, Sonia Simões et al. Gestão Educacional: Uma Nova Visão. ArtMed, 2000.</p> <p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>MARTINS, André Antunes. Democracia, micropolítica e os dispositivos de gestão educacional gerencial. Disponível em http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/54948 Acesso em agosto de 2022.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>AGUIAR, Marcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. Revista <i>Retratos da Escola</i>, Brasília, v. 13, n. 25, p. 1-294, jan./mai. 2019. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/990/pdf. Acesso em agosto de 2022.</p>



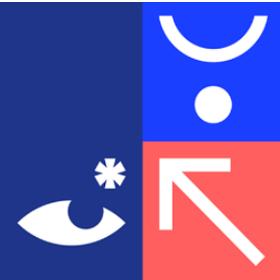
Componente curricular:	O Pedagogo no espaço não escolar (EaD)
Carga horária:	66h
Ementa:	As práticas sociais como educação. Identificação dos espaços educativos não escolares: estruturas, organizações, dinâmicas e contextos. O papel do pedagogo nas organizações. Conceituar aprendizagem e autorregulação da aprendizagem. Educação indígena e do campo. Perspectiva interdisciplinar na educação.
Bibliografia básica:	DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação . Petrópolis: Vozes, 2007. FAZENDA, Ivani. Didática e interdisciplinaridade . 6 ed. Campinas: Papirus, 2001. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos : Para quê. São Paulo: Cortez, 2011.
Bibliografia complementar:	BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura . Maio de 2006. CERONI, Mary Rosane. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares . http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100040&script=sci_arttext . DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir . São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2012. FELDEN, ELIANE DE LOURDES. O Pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades . Vivências: revista eletrônica DAURI, vol. 9, nº 17, out. 2017. Disponível em: < http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_017/artigos/pdf/Artigo_07.pdf RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência . São Paulo: Cortez. 2010 <u>Leituras Complementares e atualizadas:</u> LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos . Inquietações e buscas. Educar, Curitiba, p. 153-176. Editora da UFPR. Disponível em < http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074 >. Acessado em: 07/02/2022. DINIZ, Patrícia da Silva; DIAS, Ticiania Bomfim Menezes. Pedagogos em espaços não escolares . Disponível em https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Pedagogos_em_espacos_ao_escolares.pdf Acessado em 07/02/2022.

Componente curricular:	Planejamento e organização das atividades de estágio - EaD
Carga horária:	66h
Ementa:	Planejamento e organização de atividades de caráter teórico-prático que permitam a vivência do docente em espaços de educação formal e não formal, possibilitando ao mesmo a aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos e indispensáveis ao exercício da gestão na ação educativa. O papel do coordenador na articulação: ensino, avaliação e aprendizagem.
Bibliografia básica:	FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.



	<p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação, Mito e Desafio: uma perspectiva construtiva. 30.ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2011.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001</p>
Bibliografia complementar:	<p>AQUINO, José Mauro Braz de; FREIRE, Maria Luzivany Euzébio. O despertar do coordenador pedagógico para a formação continuada docente. Curitiba, v. 4, n. 5, Edição Especial, p. 2433-2446, ago. 2018. Disponível em http://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/265/222. Acesso: ago.2019.</p> <p>DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2012.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiana: Editora Alternativa, 2001.</p> <p>RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza; SOUZA, Lânia Daniela Marta. O Perfil do Gestor escolar Contemporâneo: das permanências as incorporações para exercício da função. Rev. Espaço do Currículo, v.10, n.1, p. 106-122, Janeiro a Abril de 2017. Disponível em http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v10i1.33386/17435. Acesso: ago.2019.</p> <p>SNYDERS, Georges. Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.</p>

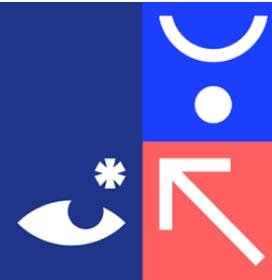
Componente curricular:	Estágio supervisionado na gestão
Carga horária:	66h
Ementa:	O papel da gestão e da coordenação no espaço educativo. Atuação do pedagogo em instituições escolar e não escolar. Contexto atual e características das instituições. Articulação teoria-prática. Prática democrática e suas dimensões.
Bibliografia básica:	<p>BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file. Acesso: 01 de ago de 2022.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>LIMA, Manolina Correia; OLIVO, Silvio. Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP Nº 1, 15 de maio 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file. Acesso: 01 de agosto de 2022.</p>



	<p>BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>JESUS, Fernanda Bordini Manenti de. O papel do coordenador pedagógico frente à indisciplina escolar. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 12, pp. 27-37. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-do-coordenador acesso em 18 de novembro de 2022.</p> <p>LIMA, Manolina Correia; OLIVO, Silvio. Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas</u></p> <p>ESBERCE, Soeli. Et al. Gestão escolar com ênfase no emprego das tecnologias: desafios do gestor escolar. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 10, Vol. 08, pp. 95-101. Outubro de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/emprego-das-tecnologias. Acesso em 18 de novembro de 2022.</p> <p>SANTOS, Marcelo da Cruz. SOUSA, Priscila Batista de. A Política da Coordenação Pedagógica na Educação Infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 10, pp. 176-189. Março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politica-da-coordenacao. Acesso em 18 de novembro de 2022.</p>
--	---

5º PERÍODO

Componente curricular:	Alfabetização e Letramento
Carga horária:	66h
Ementa:	Letramento e Alfabetização: concepções; práticas de intervenções pedagógicas. Estudo dos aspectos sócio, político e educacional da alfabetização. Análise e compreensão das hipóteses da construção da escrita. A função social da leitura e escrita.
Bibliografia básica:	KRAMER, Sonia. Alfabetização: leitura e escrita: formação de professores em curso. 1 ed. São Paulo: Ática, 2001. ROJO, Roxane. MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. Parábola 2012. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.
Bibliografia complementar:	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil acesso em out.2022.



CÓCCO, Maria Fernandes. HAILER. Marcos Antônio. **Didática da alfabetização**: decifrar o mundo - alfabetização e socioconstrutivismo. São Paulo: FTD, 2002.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 13 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MENDONÇA, Marcia; SANTOS, Carmi Ferraz. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Alfabetizacao_letramento_Livro.pdf. Acesso em 02/02/2022

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em 02/02/2022

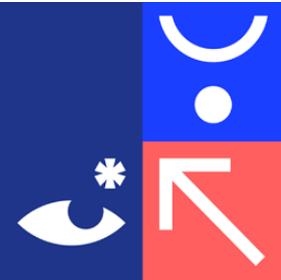
SPECHLA, Luana Cristiane; MARTINS, Edson. A importância do letramento na alfabetização. Disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n3/6%20ARTIGO%20LUANA.pdf>. Acesso em 02/02/2022

Leituras Complementares e atualizadas:

VIEIRA, Diogo dos Santos; LIMA, Maria das Graças dos Santos. **Escola, professores e famílias**: fios que conectam a alfabetização e letramento na infância. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.01.jan. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3992/1549>. Acesso em 02/02/2022.

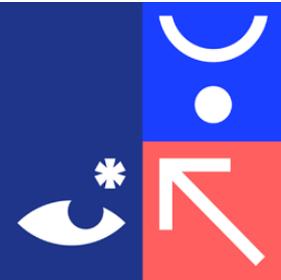
PAULUK, Solange Daufembach Esser. **Letramento digital, multiletramentos e o novo papel do professor**. In: BATISTA, Carlos (org). **Alfabetização, letramentos e multiletramentos**: conceitos e exemplificações na contemporaneidade. E-book. Itapiranga: Schreiben, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Douglas-Pestana-Dos-Santos/publication/358039332_ALFABETIZACAO_LETRAMENTOS_E_MULTILETRAMENTOS_conceitos_e_exemplificacoes_na_contemporaneidade/links/61ec4d39dafcdb25fd439605/ALFABETIZACAO-LETRAMENTOS-E-MULTILETRAMENTOS-conceitos-e-exemplificacoes-na-contemporaneidade.pdf#page=16 Acesso em: 02/02/2022.

Componente curricular:	Literatura Infanto-juvenil
Carga horária:	66h
Ementa:	Conhecimento dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos da Literatura. A formação de repertório: os contos e as fábulas. A relação literatura e educação. A formação do leitor na escola. A poesia e o cordel. A narrativa e a ilustração. A literatura e o jogo dramático.
Bibliografia básica:	ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione. 2003.



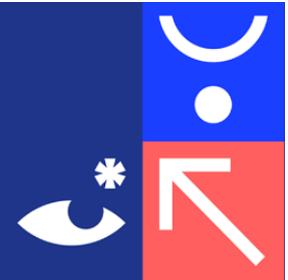
	<p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo: Paz e terra, 2007.</p> <p>PALO, M. J. & OLIVEIRA, M. R. D. Literatura infantil: voz de criança. São Paulo: Ática, 2008.</p>
Bibliografia complementar:	<p>AMARILHA, Marly. Estão mortas as fadas? Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>_____. Alice que não foi ao país das maravilhas; educar para ler ficção na escola. São Paulo: Livraria da Física, 2013.</p> <p>HELD, Jacqueline. O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica. São Paulo: Summus, 2007.</p> <p>SILVA, Ediliz Aparecida Ferreira. ANDRADE, Jucélia da Silva. FONSECA, Maria de Lourdes. A Literatura Infantil como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da leitura de crianças em processo de alfabetização. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 09, Vol. 12, pp. 54-68 Setembro de 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ferramenta-pedagogica. Acesso fev.2022.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura na Escola e na Biblioteca. São Paulo: Editora Papyrus, 2001.</p> <p>TOURO, Gilmara Pereira Macedo. Et al. A literatura infantil na perspectiva da formação do docente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 12, pp. 17-26. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-do-docente. Acesso fev.2022.</p> <p>ZILBERMAN, Regina (org.). Literatura Infantil Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.</p>

Componente curricular:	Prática Curricular Alfabetizadora
Carga horária:	66h
Ementa:	Neurociências e aprendizagem. A ciência da leitura; práticas de intervenções pedagógicas para aprender a ler. Estudo dos aspectos sócio, político e educacional da alfabetização. O cérebro e as hipóteses da construção da leitura e da escrita. prática curricular interdisciplinar e extensionista.
Bibliografia básica:	<p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005</p> <p>SNYDERS, Georges. Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p>
Bibliografia complementar:	<p>CATANIA, A. Charles. Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1999</p> <p>COSENZA, Ramon. Neurociência e Educação. 1. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.</p> <p>JULIÃO, Bruna de Oliveira; PIZA, Carolina Toledo; Mello, Cláudia Berlim. Escala de sondagem do desenvolvimento neuropsicomotor e de habilidades acadêmicas para o Ensino Fundamental I: percepção de professores. Ensaio: avaliação. política pública. educ. 29 (112)Jul-Set 2021. Disponível em</p>



	<p>https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wfrqjRsxN6VV8HYws7YFtTH/?lang=pt. Acesso em 02/02/2022.</p> <p>SALVADOR, César Coll. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2004.</p> <p>VELASQUES, Bruna Brandão e Pedro, RIBEIRO. Neurociência e aprendizagem: Processos básicos e transtornos. Rio de Janeiro. Editora Rubio. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=lang_pt&id=W_x7BAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT10&dq=neuroci%C3%A4ncia+e+aprendizagem&ots=HJ3induDls&sig=6csujxoJaJA32Z02GOLL492eQb4#v=onepage&q=neuroci%C3%A4ncia%20e%20aprendizagem&f=false. Acesso em 02/02/2022.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>GRANDO, Katlen Böhm. Pensando a alfabetização a partir de contribuições das neurociências. Disponível em http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/5. Acesso em 02/02/2020.</p> <p>RAMOS, Daniela Karine et alli. Jogos educacionais: contribuições da neurociência à Aprendizagem. Disponível em https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/46530/29523. Acesso em 02/02/2020.</p>
--	---

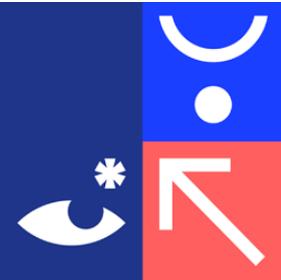
Componente curricular:	Meio ambiente e sociedade (EAD)
Carga horária:	66h
Ementa:	O homem, ser social e cultural. Conceitos de sociedade, desenvolvimento, meio ambiente. Relação natureza e sociedade. Teorias do Desenvolvimento. Desenvolvimento, questão ambiental e crise da sociedade industrial. Tecnologias e seus impactos socioambientais. A crise ecológica e social e as críticas ao modelo de desenvolvimento. Padrões sociais de produção e consumo. Educação Ambiental: instrumento de transformação social e alternativa para soluções sustentáveis.
Bibliografia básica:	CALVACANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. DREW, David. Processos interativos homem - meio ambiente . 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. PHILIPPI JUNIOR, Arlindo ; BRUNA, Gilda Collet (Edit.). Curso de gestão ambiental . 2. ed. São Paulo: Manole, 2014.
Bibliografia complementar:	DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder . 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. PARDO DÍAZ, Alberto. Educação ambiental como projeto . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
	<u>Leituras Complementares e atualizadas:</u>



	<p>MORAES, José Carlos & ANDRADE, Marli Turetti Rabelo. Educação Ambiental para Construção de uma Sociedade consciente dos Princípios de Sustentabilidade. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 81-95, 2021.</p> <p>SOUZA DE RAMOS, A.; LEITE NOGUEIRA, E. M.; ABREU LIMA, R. Análise de estudos sobre meio ambiente e sociedade: uma revisão sistemática. <i>Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade</i>, v. 10, n. 21, p. 76-92, 17 dez. 2021.</p>
--	---

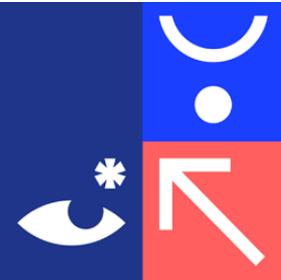
Componente curricular:	Corpo e Movimento na Educação Básica
Carga horária:	66h
Ementa:	O movimento corporal enquanto forma de expressão e linguagem. O lúdico na escola. A motricidade e a psicomotricidade inseridas na educação. A pedagogia do movimento.
Bibliografia básica:	<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso fev.2022.</p> <p>GALLAHUE, David L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Porté, 2005.</p> <p>GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação. São Paulo, Papirus, 2004.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução. Ministério da Educação e Cultura, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf</p> <p>CORREIA, Eanes dos Santos; SILVA, Veleida Anahi da; NASCIMENTO, Willdson Robson Silva do. Ensino e aprendizagem: um processo não linear. Educon 2020, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 9, p. 13-13, set. 2020. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13727/4/3. Acesso nov.2022.</p> <p>LE BOULCH, Jean. O Desenvolvimento Psicomotor do Nascimento até 6 anos: A Psicocinética na Idade Pré-Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.</p> <p>KISHIMOTO, T. M. org. Jogo, Brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Leituras Complementares:</p> <p>BARBIERI, Fernanda. Psicomotricidade na educação infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 03, Vol. 11, pp. 05-27. Março de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/psicomotricidade-na-educacao. Acesso nov.2022.</p> <p>SACCHI, Ana Luisa; METZNER, Andreia Cristina. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Rev. bras. Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 254, p. 96-110, jan./abr. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.3804. Acesso nov.2022.</p>

6º PERÍODO



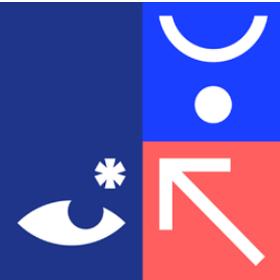
Componente curricular:	Prática Curricular na Educação Infantil
Carga horária:	66h
Ementa:	História da Educação Infantil. Currículo na Educação Infantil (BNCC). Os campos de experiências, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Objetivos e práticas na educação infantil.
Bibliografia básica:	ANGOTTI, Maristela (org.) Educação infantil: para que, para quem e por que? Campinas, SP: Alínea, 2006. BRASIL, BNCC - Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação (MEC). Educação Infantil . Brasília: MEC/SEF, 2018 OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar:	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil . Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf FLORENTINO, Priscila Elaine. LOPES, Sandra Aparecida. Educação infantil, inclusão e a tecnologia assistiva. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 13, pp. 93-106. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-e-a-tecnologia . MACHADO. Maria Lúcia de A. Encontros e desencontros na Educação Infantil . São Paulo: Cortez, 2005. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf PANIAGUA, Gema. Educação Infantil: resposta educativa à diversidade . Porto Alegre: Artmed, 2007 ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Os fazeres na educação infantil . São Paulo: Cortez, 2007.

Componente curricular:	Ciências Naturais na Educação Infantil
Carga horária:	66h
Ementa:	Abordagens teórico-metodológicas das questões pertinentes ao ensino de Ciências e seus conteúdos na Educação Infantil. Exploração de materiais, experimentos e atividades referentes às ciências da natureza que auxiliam na construção dos conceitos em Ciências. Contextualização do ensino das Ciências Naturais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental
Bibliografia básica:	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular . Educação Infantil. Brasília> MEC/SEF, 2002. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil acesso em out.2022 LIMA, M. E. C. C.; AGUIAR JÚNIOR, O. G.; BRAGA, S. A. M. Aprender ciências: um mundo de materiais . 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.



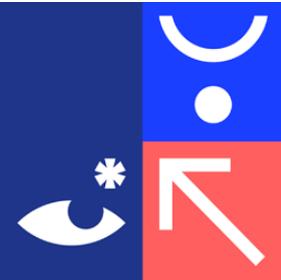
	<p>ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; MELLO, A. M.; VITORIA, T.; GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. Os fazeres na Educação Infantil. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BIZZO, Nélio. Ciências: Fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>BIZZO, Nélio. Novas bases da biologia: seres vivos e comunidade: volume 2: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>Básica: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 2008.</p> <p>FRIZZO, M. N. O ensino de Ciências nas séries iniciais. Ijuí; Unijuí Ed, 2006.</p> <p>LOPES, S. G. B. C. Bio – volume 2 – Introdução ao estudo dos seres vivos. 1. ed. – São Paulo: saraiva, 2002.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>OLIVEIRA, Judite Geralda Gomes de; OLIVEIRA, Francisca Zélia de & PAZ, José Flávio da. (2021). O Lúdico como Estratégia de Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil. <i>Revista Faculdade Famen / Reffen, volume 2, número 1, pág. 86 – pág. 99, 2021.</i> Disponível em https://profjfpaz.unir.br/uploads/54255777/arquivos/Artigo_FAMEN_14_452593_90.pdf acesso em nov.2022.</p> <p>ZUQUIERE, Rita de Cássia Bastos. O Ensino de Ciências na Educação Infantil: Análise de Práticas Docentes na Abordagem Metodológica da pedagogia Histórico- Crítica. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90857/zuquiere_rcb_me_bauru.pdf?sequence=1. Acesso em mai.2022.</p>

Componente curricular:	Ciências Sociais na Educação Infantil
Carga horária:	66h
Ementa:	<p>Conceito de ciências sociais. O ensino das Ciências Sociais na Educação Infantil. O saber histórico e a construção do espaço geográfico. O objeto de estudo das Ciências Sociais. Produção de uma prática pedagógica contextualizada e interdisciplinar na educação infantil. O currículo na educação infantil.</p>
Bibliografia básica:	<p>ARIÈS, Phillippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1 e 2. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf</p> <p>VYGOTSKY. L.S. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BAZÍLIO Luiz Cavalieri, KRAMER, Sônia. Infância, educação e direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso:02/02/2022</p>



	<p>DELORS, Jacques. Educação: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2009.</p> <p>FREITAS, Marcos Cesar (org). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez Editora, 2006</p> <p>VIANA Nildo. O que são ciências sociais. Artigo publicado originalmente em: Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás. Vol. 27. nº 04, out. dez./2000. pp. 725-754. Disponível/em: http://eumarxista.blogspot.com/2013/12/o-que-sao-as-ciencias-sociais_758.html Acessado em: 10/02/2022.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>MIRANDA, Bruna Rodrigues Cardoso; LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. Avaliação do processo de formação do caráter em crianças na Educação Infantil. Ensaio: avaliação da política. pública. Educional, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 828-848, jul./set. 2021. Disponível em https://www.scielo.br/i/ensaio/a/9wrWZq8T7xi8yvK4BJGhbbd/?format=pdf&lang=pt. Acessado em 02/02/2022</p> <p>MOREIRA, Janete Silva; SIMÃO, Ana Margarida Veiga. Oportunidades de autorregulação em contexto pré-escolar: percepções e práticas de educadores de infância. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e189254, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/157698/152990. Acessado em 02/02/2022.</p>
--	---

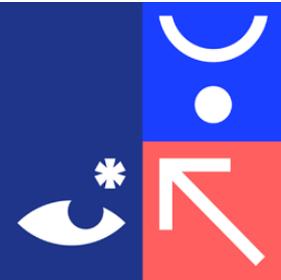
Componente curricular:	Matemática na Educação Infantil
Carga horária:	66h
Ementa:	A matemática e a educação infantil. Abordagens metodológicas. O número e suas funções. O senso espacial, figuras e formas. Diferentes interpretações da medição. O papel do lúdico no ensino da matemática.
Bibliografia básica:	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil. Brasília> MEC/SEF, 2002. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil</p> <p>KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de vygo para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 27 ed. Campinas: Papyrus, 2002.</p> <p>PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2012.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 2002. v.3. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf</p> <p>FONTANA, R.; CRUZ, M^a N. da. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 2007</p> <p>KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Artes Médicas Sul, 2001.</p> <p>NACARATO, Adair Mendes. Eu trabalho primeiro no concreto. Revista de Educação Matemática – Ano 9, Nos. 9-10. Disponível em https://dc2d101b-a-62cb3a1a-ssites.googlegroups.com/site/oficinadotiao/a-arte-de-resolver-problemas/arquivos/RevEdMat_gamo.pdf?attachauth=ANoY7crNTX_BcwPcTeOsoO</p>



Ementa:	Aplicação das atividades de caráter teórico e prático, planejadas e organizadas para a Educação Infantil. Constituição de experiência na docência com crianças em espaços de educação escolar.
Bibliografia básica:	LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo:Cortez, 2009. FONTANA, R.; CRUZ, M ^a N. da. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 2007. MASSETO, Marcos Tarcisio. Didática: a aula como centro . 4. ed. São Paulo: FTD, 2007.
Bibliografia complementar:	FAZENDA, I. Práticas Interdisciplinares na Escola . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 HOFFMAN, J. Avaliação, Mito e Desafio: uma perspectiva construtiva . Porto Alegre: Educação & Realidade, 2003. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. Leituras Complementares e atualizadas: PAIVA, Isabel de Carvalho; RABELO, Jeriane da Silva; MATOS, Rosa Gabrielle Sousa. Estágio supervisionado na educação infantil: reflexão para a formação docente . Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, P. 1-12, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6681/5534 . Acesso: ago.2022. FREITAS, Bruno Miranda; FREITAS, Mônica Cavalcante; CAVALCANTE, Gustavo Freitas; Elementos norteadores dos estágios supervisionados: o olhar docente . Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.1-13, 2020. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4510/5135 . Acesso: ago.2022.

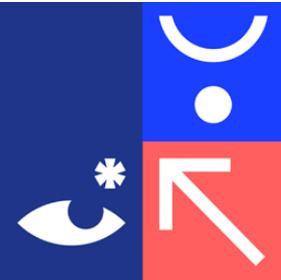
7º PERÍODO

Componente curricular:	Língua Portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental
Carga horária:	66h
Ementa:	Estudo de procedimentos teórico-metodológicos para o ensino da língua portuguesa: a fala, a leitura, a escrita e a análise linguística. Análise da prática pedagógica do ensino da língua. Saber linguístico do aluno e o saber linguístico trabalhado na escola. BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
Bibliografia básica:	ALMEIDA, Milton José. O texto na sala de aula . 3 ed. São Paulo: Ática, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . MEC: 2018. Disponível em



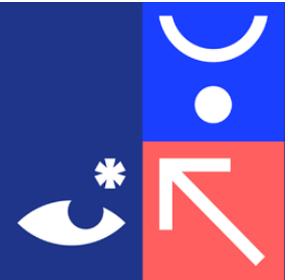
	<p>http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ acesso em out/2022.</p> <p>POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Aula de português: discurso e saberes escolares. 1 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.</p> <p>KATO, Mary A. O aprendizado da leitura. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.</p> <p>KAUFMAN, Ana; Rodrigues, Maria Elena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SMOLKA, Ana Luiz Bustamante: A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>MOREIRA, Nidia Cristina De Lima et al. Análise da funcionalidade dos pets de língua portuguesa dos anos iniciais do ensino fundamental. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79705>. Acesso em: 24/02/2022</p> <p>PAIVA, José Jaires de; LUCENA, Everaldo Araújo de. Dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais na leitura e na escrita: dislexia e disgrafia. REDES:Revista Educacional da Sucesso, vol.1, nº1, 2021. Disponível em: https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2021/06/13.pdf. Aceso em: 24/02/2022.</p>

Componente curricular:	História e Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental
Carga horária:	66h
Ementa:	Concepções acerca do ensino da História e Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental da Educação Básica. Metodologia e Conteúdos, contemplando as representações socioespaciais, a partir do estudo teórico/metodológico de novos procedimentos didáticos. O papel do professor no ensino de História e Geografia nos anos iniciais segundo a BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso: 02/02/2022</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 2008.</p> <p>COLL, César et al. Psicologia do ensino. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Ensino de História: entre Bases Nacionais e a formação de professores. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e80412, 2021. Disponível em https://doi.org/10.1590/0104-4060.80412. Acesso: 02/02/2022.</p>



	<p>PABIS, Nelsi Antônia. O Ensino de História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Disponível em http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/334/1/O%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20e%20Geografia%20nos%20Anos%20Iniciais%20do%20Ensino%20Fundamental.pdf Acesso: 02/02/2021.</p>
--	---

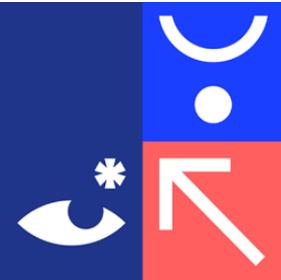
Componente curricular:	Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental
Carga horária:	66h
Ementa:	Análise das propostas de ciências naturais para o ensino nas séries iniciais do ensino fundamental. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de ciências naturais. Avaliação no ensino das ciências naturais. Planejamento de atividades: objetivos, conteúdos programáticos, recursos materiais e avaliação. Análise de livros didáticos.
Bibliografia básica:	<p>COLL, C.; TEBEROSKY, A. Aprendendo ciências: conteúdos essenciais para o ensino fundamental de 1º a 4º série. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2002.</p> <p>LIMA, M. E. C. C.; AGUIAR JÚNIOR, O. G.; BRAGA, S. A. M. Aprender ciências: um mundo de materiais. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso: 02/02/2022</p> <p>COSTA, Tayse Pereira Alves; NOGUEIRA, Cristiane Silveira Mendes; CRUZ, Alenice Ferreira. As atividades práticas no ensino de ciências: limites e possibilidades sobre o uso desse recurso didático no processo de ensino-aprendizagem. Revista Macambira, Serrinha/Bahia, v.4, n.2, jul./dez.p.1-21, 2020.</p> <p>VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas e mudanças - por uma práxis transformadora. 3 ed. São Paulo: Libertad, 1998.</p> <p>SILVA, Elânia Francisca da; FERREIRA, Raimundo Nonato Costa; SOUZA, Elaine de Jesus. Aulas práticas de ciências naturais: o uso do laboratório e a formação docente. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro/SP, v. 31, n.64. 2021. Disponível em https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15360. Acesso: 02/02/2022.</p> <p>SILVA JÚNIOR, C. da; SASSON, S. Biologia: seres vivos: estrutura e funções. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>Leituras Complementares e atualizadas:</p> <p>OLIVEIRA, Cristina Aparecida de & SESSA Patrícia. Alfabetização Científica e Formação de Professores dos Anos Iniciais: Implementação da BNCC. 2021. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Campina Grande/PB, 2021. Disponível em https://doi.org/10.26512/lc28202241065 . Acesso em dez.2022.</p> <p>SILVA, Jackson Nunes da; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães. Estratégias Pedagógicas Norteadas por Metodologias Ativas no Ensino de Ciências Naturais. Revista Signos, Lajeado/RS, ano 42, n. 2, p. 21-50, 2021.</p>



	Disponível em https://www.univates.br/bdu/items/6adcff23-88d8-4d15-977f-024c0fee3862 Acesso em dez.2022.
--	---

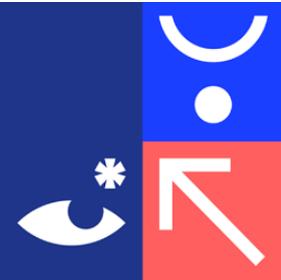
Componente curricular:	Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental
Carga horária:	66h
Ementa:	Natureza do conhecimento matemático. Números e operações com seus significados; Geometria e Medidas; Materiais didáticos de ensino na área de matemática. BNCC - Base Nacional Comum Curricular e os conhecimentos específicos para o desenvolvimento de habilidades e competências.
Bibliografia básica:	BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. BRASIL. BNCC - Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação média e tecnológica. Matemática . Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ ANGELO, Jamisson da Silva. O ensino de matemática nos anos iniciais como forma de aquisição de competências básicas necessárias à formação do estudante . Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 01, pp. 84-98. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/basicas-necessarias .
Bibliografia complementar:	BROUSSEAU, G. Fundamentos e Métodos da Didática da Matemática . In: BRUN, J. Didática das Matemáticas. Tradução de: Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget. Cap. 1. p. 35-113. 2006. LOPES, Celi E. O ensino da estatística e da probabilidade na educação básica e a formação de professores . Disponível em https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dmafe/subsistemas/professor/material/2081973108_CELI%20ESPASANDIN%20LOPES.pdf MACHADO, Nilson J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000. MONTENEGRO, Gildo A. Geometria descritiva: volume 1 . São Paulo: Edgard Blücher, 2001. PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia . 21. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012. RUBINSTEIN et al. Matemática para o curso de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental . 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

Componente curricular:	Planejamento e Organização do Estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EaD)
Carga horária:	66h
Ementa:	Planejamento e organização de atividades de caráter teórico-prático que permitam a vivência do docente em espaços de educação formal e não formal, possibilitando ao mesmo a aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos no



	decorrer do curso e indispensáveis ao exercício da docência e da ação educativa.
Bibliografia básica:	<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo ((Coord.)). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Editora Cortez, 2001.</p>
Bibliografia complementar:	<p>HOFFNMAN, Jussara. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2002.</p> <p>LIBANEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404301/mod_resource/content/3/Texto-%20Pimenta-%201999-FP-%20ID%20%20e%20SD.pdf Acesso em fev.2022</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido, Maria Socorro Lucena Lima. Estágio e Docência. São Paulo/SP: Cortez, 2004.</p> <p>TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/Ks666mx7qLpbLThJQmXL7CB/?format=pdf. acessado em fev.2022</p> <p>ZABALA, Antônio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernande F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>NETO, Samuel de Souza; AYOUB, Eliana. Maurice Tardif - trajetória de um pesquisador: entre profissionalização do ensino, pensamento crítico e riscos contemporâneos. Disponível em https://www.scielo.br/j/pp/a/Twcm6XXvZWkPbnnfLzZTYfy/. Acessado em fev.2022</p>

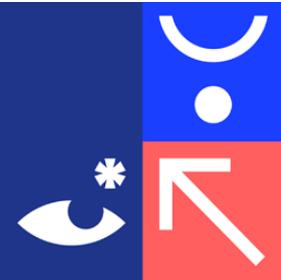
Componente curricular:	Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental
Carga horária:	66h
Ementa:	Desenvolvimento das atividades pedagógicas articuladas com embasamento teórico prático. Experiência na docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes éticas necessárias para atuação do docente no espaço educativo.
Bibliografia básica:	<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio. Currículos e programas no Brasil. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>SILVA, Wagner Rodrigues; FAJARDO-TURBIM, Ana Emília. Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas. Brasília: Liber, 2012.</p>



Bibliografia complementar:	<p>AGUIAR, Márcia Ângela; SCHEIBE, Leda. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf/</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.</p> <p>MIRA, Masília Marques. Práticas de ensino e de pesquisa no estágio supervisionado e a formação do pedagogo. http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com/w/file/attach/91453227/PR%C3%81TICAS%20DE%20ENSINO%20E%20DE%20PESQUISA%20NO%20EST%C3%81GIO%20SUPERVISIONADO%20E%20A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DO%20PEDAGOGO.pdf</p> <p>HOFFNMAN, Jussara. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2002.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>FIGUEIREDO, Luzinete da Silva. A relação com o saber e a pedagogia da autonomia. Educon 2020, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 9, p. 1-16, set. 2020. Disponível em: a relação com o saber e a pedagogia da autonomia; the relationship with the knowledge and pedagogy of autonomy; la relation avec la connaissance et la pedagogie de l'autonomie (ufs.br) Acessado em 02/02/2022</p> <p>LENT, Robert. Desafios da educação básica na pandemia e após. Disponível em https://www.abc.org.br/2020/10/30/desafios-da-educacao-basica-na-pandemia-e-apos/</p>
----------------------------	--

8º PERÍODO

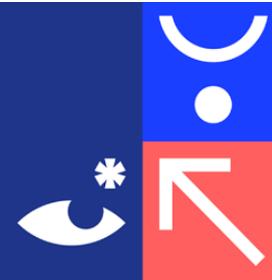
Componente curricular:	Educação de Jovens e Adultos: aspectos teóricos e práticos (EaD)
Carga horária:	66h
Ementa:	A importância da didática para a prática do professor. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. Currículo para a Educação de Jovens e Adultos. A educação de jovens e adultos como instrumento de inclusão social. Relação entre as propostas curriculares para a EJA e as práticas educativas do ensino regular. As práticas pedagógicas e seus reflexos na ação docente. Organização do trabalho na Educação de Jovens e Adultos. A relação professor-aluno na Educação de Jovens e Adultos. A rotina na Educação de Jovens e Adultos. Planos ou Projetos desenvolvidos na Educação de Jovens e Adultos.
Bibliografia básica:	<p>FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Aprendendo com a própria história. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>
Bibliografia complementar:	DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil . Disponível em http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a18.pdf . Acesso: 21/02/2023.



	<p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p> <p>_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.</p> <p>Leituras complementares</p> <p>Urpia, M.F., Matos de Souza, R., Lins, M. J. F. & Clark, G. N. (2018). Outros tempos, tempos outros.... Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, 6, p. 1-8. https://revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5711</p> <p>Urpia, M. F. M., Clark, G. N., Freitas, M., Lins, M. J. F & Matos-de-Souza, R. (2019). Apresentação. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, 7, p. 1-4. https://revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/issue/view/521</p>
--	---

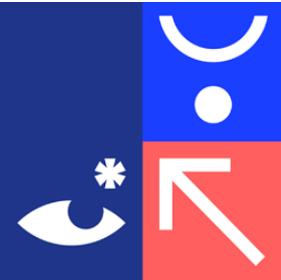
Componente curricular:	Tópicos Especiais em Educação
Carga horária:	66h
Ementa:	Aprofundamento dos conhecimentos específicos da formação do Pedagogo em relação à docência e aos fundamentos da educação. Os conteúdos são identificados nos estágios supervisionados e nas discussões sobre os desafios da profissão na atualidade.
Bibliografia básica:	Depende dos assuntos elencados para aprofundamento.
Bibliografia complementar:	Depende dos assuntos elencados para aprofundamento.

Componente curricular:	Prática Curricular em Pluralidade Cultural
Carga horária:	66h
Ementa:	Arte, Cultura e Sociedade. Antecedentes históricos da cultura popular e erudita no Brasil . Antropologia como campo de conhecimento. Cultura brasileira e nordestina na educação . A pluralidade cultural e sua diversidade no contexto escolar. A cultura como processo de construção do indivíduo. e suas contribuições e reflexos na educação. A Cultura como uma prática simbólica e política. Diversidade cultural, multiculturalismo e seus contextos nas relações sociais, raciais e de gênero.
Bibliografia básica:	GEERTZ, Cliford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2012. TRASFERETTI, José. Ética e responsabilidade social . 3. ed. rev. Campinas: Alínea, 2010.
Bibliografia complementar:	BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore . São Paulo: Brasiliense, 2004. CARVALHO, Sueli G.; HANASHIRO, Darcy M. Mori. Diversidade cultural : panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. Disponível em



	<p>http://seer.ufrgs.br/read/article/view/40623. Acesso em ago.2022.</p> <p>LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 22.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.</p> <p>MEZZOMO, Frank; SEMPREGOM, Roselene. Experiências da escravidão e formação de comunidades quilombolas no Paraná. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/28221. Acesso em ago.2022.</p> <p>RODRIGUES, Carolina C. Produção de substâncias, revelação e outras armadilhas no combate ao racismo no Brasil contemporâneo. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/11179. Acesso em ago.2022.</p>
--	---

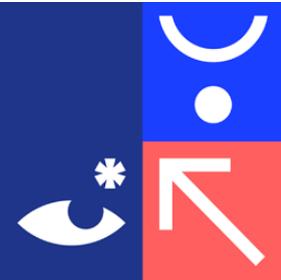
Componente curricular:	Trabalho de Conclusão de Curso
Carga horária:	66h
Ementa:	Produção de um trabalho acadêmico fundamentado cientificamente. As regras da ABNT na constituição do trabalho acadêmico. A ética na produção acadêmica. O plágio e suas consequências.
Bibliografia básica:	<p>BASTOS, Lilia da Rocha. et. al. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, tese, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: LTC, 2016.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p>
Bibliografia complementar:	<p>BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>BELLO, J.L.P. Metodologia Científica. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met01.htm.</p> <p>CERVO, P.A.; BERVIAN, a. I. Metodologia Científica. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Metodologia da pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo: EditoraCortez.</p> <p>LEIGH, Andrew. Como fazer propostas e relatórios: elaboração de propostas e relatórios de forma objetiva e com criatividade, detalhamento para torná-los transparentes e fidedignos, uso de textos, imagem e números. São Paulo: Nobel, 2009.</p> <p><u>Leituras Complementares e atualizadas:</u></p> <p>NETTO, Milton Alves de Souza. Metodologia para elaboração de Trabalhos Científicos. Disponível em: https://nossacausa.com/elaboracao-de-projetos-no-terceiro-setor/. Acesso: 30/07/2022.</p> <p>BRASIL. ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas. Disponível em: http://www.abnt.org.br/. Acesso: 30/07/2022.</p> <p>Revistas científicas brasileiras: conheça as mais importantes. Disponível em: https://regrasparatcc.com.br/bases-de-dados/revistas-cientificas-brasileiras/.</p>



OPTATIVAS

Componente curricular:	SEMINÁRIOS
Carga horária:	66h
Ementa:	O papel da educação e do professor. As concepções de ensino e aprendizagem e as exigências do momento contemporâneo.
Bibliografiabásica:	FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa de Lima. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 13 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2002. SNYDERS, Georges. Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
Bibliografia complementar:	DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2004 GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. Integração conceitual, formação de conceitos e aprendizado. Rev. Bras. Educ. 15 (44) • Ago 2010. Disponível em https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200004 . Acesso em 22/04/2021 RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SCHLEMMER, E. et al. Educação online: desafios contemporâneos. ResearchGate, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359586133 . Acesso em 25/10/2022.

Componente curricular:	Gestão das emoções
Carga horária:	66h
Ementa:	Desenvolvimento do autoconhecimento, autocontrole emocional, automotivação, empatia e sociabilidade. Bem estar e as emoções. Um sentido para a vida. A busca da felicidade e a Psicologia Positiva. Sofrimento e Resiliência. Aprendendo a lidar com a ansiedade e o estresse. Neurociência, Mindfulness, Compaixão e seus benefícios em todas as áreas da vida.
Bibliografia básica:	ACHOR, S. O Jeito Harvard de Ser Feliz - o Curso Mais Concorrido de Uma Das Melhores Universidades do Mundo. Editora: Saraiva, 2012. BEN-SHAHAR, T. Aprenda a Ser Feliz - O curso de felicidade da Universidade de Harvard. Editora: Lua de Papel, 2015. Frankl, V. E. Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo. Ed. Ideias e Letras. Aparecida: SP, 2005.
Bibliografia complementar:	CEZAR, Adieliton Tavares; JUCA-VASCONCELOS, Helena Pinheiro. Diferenciando sensações, sentimentos e emoções:: uma articulação com a abordagem gestáltica. IGT rede , Rio de Janeiro , v. 13, n. 24, p. 04-14, 2016 . Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000100002&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 27 jan. 2020. REEVE, Johnmarshall. Motivação e emoção. Rio de Janeiro: LTC, 2006. BUENO, José Maurício Haas, PRIMMI, Ricardo. Inteligência Emocional: Um Estudo



de Validade sobre a Capacidade de Perceber Emoções. São Paulo: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente - Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. **Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 24, n. 2, p. 201-209, June 2008.

•Leitura recomendada:

MARCOLLI, C & WAGSCHAL, T. More Life, Please! The Performance Pathway to a Better You. Urbane Publications Limited. Ano: 2015 272 pages

SCHAWBEL, D. Shawn Achor: What You Need To Do Before Experiencing Happiness. Forbes (2013). Retrieved November, 2017.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200010>.

5.7. BIBLIOTECA DO UNIFACEX

A Biblioteca é órgão complementar da instituição, vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica desta IES é Coordenada e Supervisionada sob forma sistêmica como biblioteca híbrida (Universitária e escolar), com atribuições diretas aos cursos de nível superior com perfil e formação voltados para a pesquisa, ensino e extensão. Sua política de funcionamento rege-se por regulamento próprio e Normas Internas.

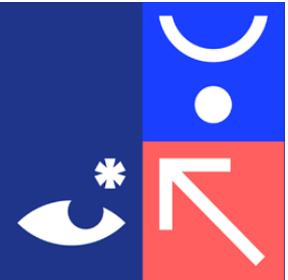
A Biblioteca tem como objetivo: Recuperar, organizar, disseminar e socializar a informação bibliográfica, multimeios e virtual, bem como promover a cultura entre docentes, discentes e funcionários da IES de forma dinâmica e eficaz, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

É fundamental que as solicitações de livros, periódicos, DVDs e outras sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o Ensino, quanto para a Pesquisa e a Extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo, coloca-se também como essencial. Possui salas de estudo em grupo e individualizado, com ambiente tranquilo e adequado.

5.7.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA

Dispomos de duas bibliotecas, uma localizada na Unidade I do UNIFACEX, denominada Biblioteca Central Senador Jessé Pinto Freire (BSJPF), sendo de fácil acesso para os seus usuários: discentes, professores e funcionários, como também à comunidade em geral.

A estrutura da biblioteca Unidade I está distribuída em sede própria com três pavimentos, providos de acesso aos deficientes, sendo um térreo, pavimento 1, pavimento 2 e um mezanino.



Dispõe também de banheiro masculino e feminino. Sua área física é de 1.163,21m², distribuída da seguinte forma: Térreo = 505,13 m²; Pavimento 1 = 412,30 m²; Pavimento 2 = 245,78 m² e 156,32 m² de área para serviços técnico-administrativos. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, Coleção Especial, Leitura individual (sala com 80 assentos), 07 salas para estudo em grupo, 17 cabines individuais semiabertas, 17 terminais de acesso à Internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo mais de 300 assentos para uso diário. Dispõe de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

A biblioteca da Unidade Deodoro consta com 376,04 metros, sendo seu espaço todo climatizado com ambientação moderna e confortável. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, Leitura individual (sala com 04 assentos), 04 salas para estudo em grupo, 11 cabines individuais com computador e acesso à internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo quase de 70 assentos para uso diário, seja individual, ou em mesas. Dispõe de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

5.7.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A biblioteca funciona em horário ininterrupto de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h e no sábado das 8h às 12h.

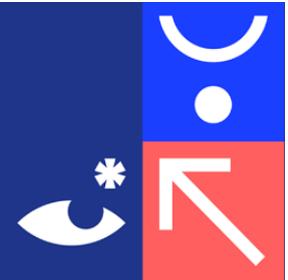
5.7.3. SERVIÇOS OFERTADOS PELA BIBLIOTECA

A Biblioteca disponibiliza alguns serviços pertinentes à sua comunidade interna e externa:

- Atendimento ao público: este serviço está ligado diretamente ao usuário, atuando junto em tirar dúvidas e auxiliar na utilização dos serviços e localização física dos materiais.
- Empréstimos: disponibiliza a circulação e empréstimo dos materiais do acervo da biblioteca para seus clientes internos, bem como reserva e renovação (in loco ou online), devolução e as modalidades de empréstimo especial e empréstimo entre bibliotecas.
- Serviços Online: via Internet, o usuário pode reservar e renovar materiais, como também consultar sua situação na biblioteca.
- Comutação Bibliográfica: viabiliza a possibilidade de obter cópias de artigos publicados em periódicos, teses e anais de congresso pertencentes a outras instituições.

5.7.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A política de aquisição, atualização e expansão do acervo bibliográfico adotada pelo UNIFACEX é baseada nas necessidades dos cursos de Graduação, Pós-graduação e extensão, mantidos pela Instituição, seguindo as indicações dos corpos docente e discente com base nos conteúdos



programáticos dos cursos oferecidos. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

Para seu desenvolvimento, a Biblioteca do UNIFACEX conta com plano de expansão para o período de vigência do PDI, abrangendo os recursos de informática, serviços, recursos humanos, recursos materiais e recursos físicos.

5.7.5. ACERVO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca caracteriza-se como multidisciplinar, uma vez que existe a necessidade de fornecer com precisão, relevância e atualidade, as informações bibliográficas necessárias aos discentes do colégio, graduação e pós-graduação do UNIFACEX e à comunidade em geral.

Possui um acervo de qualidade, composto por edições atuais e em excelente estado de conservação. O crescimento da coleção é constante, sendo ampliado de acordo com o Cronograma de Desenvolvimento Organizacional da IES e através das solicitações emitidas pelos Coordenadores de curso, que seguem as bibliografias do corpo docente e das solicitações dos discentes. Após realizar a seleção do material pelos professores e Coordenadores, a listagem com as solicitações é enviada para a Biblioteca, que, por sua vez, faz o levantamento quantitativo do material já existente e encaminha para a Direção Financeira que executa os procedimentos de compra.

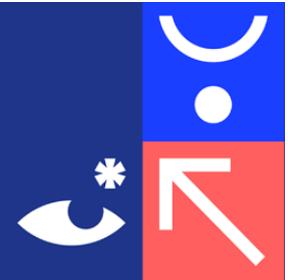
O acervo é uma ferramenta indispensável para subsidiar a formação do corpo discente e docente da IES, tanto no aspecto educacional quanto no cultural.

O acervo é composto por mais de 31.708 títulos e 90.237 volumes/exemplares de todas as áreas do conhecimento humano, distribuídos em livros, folhetos, periódicos, multimeios (multimídia) e produção acadêmica, conforme especificados a seguir.

TIPO DE MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	26.206	63.273
Folhetos	917	1.222
Periódicos	1.276	21.084
Multimeios (Multimídia)	1.061	2.120
Produção Acadêmica	2.248	2.538
TOTAL	31.708	90.237

O material bibliográfico pode ser consultado pela base do Sistema *Pergamum* (PUC-PR) via Internet, através da homepage da UNIFACEX (www.unifacex.com.br) ou na base local da própria Biblioteca. Todo o acervo está automatizado e o catálogo online disponibilizado para consulta é de fácil utilização e oferece diferenciadas formas de busca da informação.

No que tange à entrada e saída de materiais no âmbito da biblioteca, todos aqueles que são adquiridos e devolvidos circulam com bastante agilidade. Esse fluxo ocorre de maneira satisfatória porque o acesso ao material é priorizado pela Seção de Processamento Técnico que disponibiliza o



documento ao usuário, e pela seção de circulação, que é responsável pela reposição do documento na estante, tanto novos como os devolvidos do empréstimo.

A Biblioteca é organizada com a Classificação Decimal Universal (CDU), o que facilita a localização física dos materiais, haja vista que esse sistema de classificação possibilita a organização dos materiais por assunto.

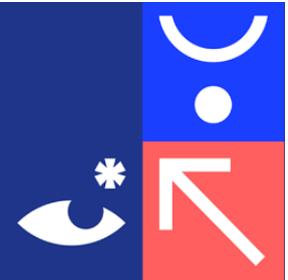
Dinamizando o suporte à pesquisa acadêmica e, acompanhando as mudanças de paradigmas para o setor de bibliotecas, o UNIFACEX conta com o uso de novas ferramentas desenvolvidas no campo da disseminação da informação, uma vez que a biblioteca deixa de ser local de conservação e preservação das informações em suportes impressos. A Biblioteca do UNIFACEX faz uso de bases de dados, disponibilizando pontos de acesso direto à informação, estando disponível não só aos usuários da rede da Instituição, como também a qualquer pessoa da comunidade universitária.

A Instituição conta atualmente com o uso de livre acesso via internet de bases de dados específicas e distintas, sendo prioridade a consulta em:

BASES DE DADOS	FORMA DE ACESSO
SCIELO	Internet
CAPES –PERIÓDICOS (LIVRE ACESSO)	Internet
PROSSIGA	Internet
CCN- CNPq	Internet
TESES. EPS. UFSC	Internet
TESES/USP	Internet
TOTAL	06

5.8. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

O UNIFACEX dispõe de 05 (cinco) laboratórios de informática que atendem aos cursos oferecidos pela Instituição satisfatoriamente, sendo um exclusivo de uso comum dos discentes. Além destes existem laboratórios especializados. O quadro a seguir demonstra os existentes no UNIFACEX.



Laboratórios de Informática	Nº de Computadores
Campus Capim Macio (CM)	
Life 03	30
Life 04	20
Life 05	50
Life 06	36
Life 07	52

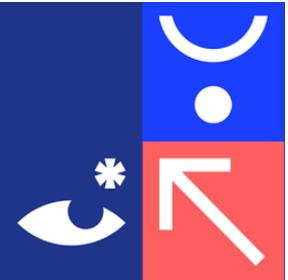
5.9. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Todas as condições de acesso para portadores de necessidades especiais estão observadas em todas as unidades da Instituição. Existem elevador, instalações sanitárias especiais, rampas e corrimões no prédio. O UNIFACEX cumpre o Decreto nº 5.269/04, “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Para melhor atender o referido discente, no térreo do Campus Deodoro situa-se a secretaria, a quadra, o setor de pagamento de mensalidades, cantina, espaço de convivência, auditório, reprografia, salas de aula, bebedouros etc. Em todos os ambientes, há rampas e corrimões. No andar de cima, temos os laboratórios, outros banheiros, bebedouros, sala da coordenação e demais salas. Os pisos superiores também contam com corrimão e rampas.

No Campus de Capim Macio, oito de suas salas de aula, salas de coordenadores, todos os cinco Laboratórios de Informática e Biblioteca situam-se no térreo dos prédios I, II e III, contando com rampas de acesso, o que facilita a locomoção de portadores de necessidades especiais. Ainda no térreo situa-se a recepção e secretaria, a quadra poliesportiva, o setor de pagamento de mensalidades, cantinas, espaço de convivência, auditório, reprografia, bebedouros etc. Os pisos superiores contam com corrimão.

Desta forma, propicia aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Ressalte-se que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é integralmente respeitada, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de



dezembro de 2012, e será atendida pela IES, quando demandada por discentes com essa necessidade.